

ESE

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

Lúcio Flávio de Sousa Costa

**Por uma cidadania ativa e responsável: um
alicerce disponível para realizar a missão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus*
Uberlândia.**

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM
EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro

20**17**

ESE

**POLITÉCNICO
DO PORTO**

Lúcio Flávio de Sousa Costa

Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia.

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE em EDUCAÇÃO

Orientação

Professor Dr. António José de Oliveira Guedes

— MESTRADO EM ESTUDOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM EDUCAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES EDUCATIVAS

Dezembro

20**17**

Dedicatória

*Dedico a todo o povo brasileiro que
luta por uma Democracia e defende a
inclusão social como objetivo fim. Por
um país com justiça social e
cooperativo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus toda a sua bondade criativa. À minha mãe, Iraci de Souza, que se apresenta persistente diante muitas adversidades da vida. Ao meu pai, Adão Gonçalves da Costa, que sempre acreditou nas minhas lutas e desafios. À minha esposa, Karyne Pimenta de Moura Costa, que sempre foi a minha alegria, a minha flor alecrim e o meu coração, contrapesando diante de uma racionalidade estéril e desmedida da modernidade. Aos meus amigos e às minhas amigas da Filosofia de 1997, que me proporcionaram a diversidade de pensamento, tornando-me melhor pessoa e cidadão do nosso país. Aos profissionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia, professores (as), servidores (as) administrativos e todos os discentes que, de alguma forma, sob uma missão social, procuram a sua realização.

RESUMO

A dissertação objetiva analisar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia por meio dos programas da Coordenação de Assistência Estudantil para apontar os benefícios que transferem ao educando, concedendo a sua permanência e a melhoria da educação. Essa dissertação se apresenta como uma proposta e uma discussão sobre o conceito de *cidadania* inserido na missão dos Institutos Federais, especificamente do *Campus* Uberlândia. No contexto da atualidade brasileira, o trabalho evidencia o modelo do sistema capitalista neoliberal, que promove uma educação fragmentada do conhecimento, nociva para o mundo natural e destituída de melhoria da vida social. O nosso objetivo procura superar o modelo do sistema capitalista neoliberal. Nesse sentido, versaremos sobre o encaminhamento de um outro modo de vida possível diante do modelo neoliberal vigente, que não admite pensar e viver sem a concepção da meritocracia. Essa concepção, à luz do sistema neoliberal, promove um discurso de eficácia e de qualidade como o único modelo para a ascensão social.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidadania. *Campus* Uberlândia. Missão. Fragmentação. Meritocracia. Sistema Neoliberal.

ABSTRACT

The thesis analyzes the mission of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Triângulo Mineiro/Uberlândia *Campus* by means of the programs of the Coordination of Student Assistance to indicate the benefits that transfer to the student, granting their attendance and improving the education. This thesis is a proposal for and a discussion about the concept of *citizenship* as described in the mission statement of Federal Institutes, specifically of Uberlândia *Campus*. In the current Brazilian context, the work presents the model of the neoliberal capitalism, which promotes a fragmented education of knowledge, harmful to the natural world and devoid of improvement of social life. Our goal is to overcome the model of the neoliberal capitalism. In this sense, we discuss another possible way of life inside the neoliberal model in which it is not allowed to think and live without the conception of meritocracy. This conception, under the auspices of the neoliberalism, promotes a discourse of efficacy and quality as the only model for achieving social ascension.

KEYWORDS:

Citizenship. Uberlândia *Campus*. Mission Statement. Fragmentation. Meritocracy. Neoliberalism.

ÍNDICE

LISTA DE SIGLA	xi
LISTA DE QUADRO	xiii
LISTA DE GRÁFICO	xiii
PERFIL DOS (AS) EDUCANDOS (AS) E OUTROS PERFIS	xiii
1. INTRODUÇÃO	1
2. CAPÍTULO I – PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO	7
2.1. A pergunta de partida	7
2.2. Tema e justificação	14
2.3. Objetivos	16
2.3.1. Objetivo geral	16
2.3.2. Objetivos específicos	16
2.3.3. A formulação do problema	17
3. CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA	19
3.1. Uma modernidade: construindo o desconstruído	19
3.2. Cidadania: por uma vida autêntica na atualidade	38
4. CAPÍTULO III - ESTUDO EMPÍRICO	59
4.1. Metodologia	59
4.1.1. Desenho da pesquisa	59
4.1.2. Método e desenvolvimento	61
4.1.3. Etapas da pesquisa e intervenções	62
4.1.4. Metodologia de análise de dados	62
4.1.5. Plano de recrutamento	64
4.1.6. Forma de recrutamento	64
4.1.7. Justificativa para o número de participante	64
4.1.8. Abordagem dos participantes	65

4.1.9. Critério de inclusão	65
4.1.10. Critério de exclusão	66
4.1.11. Análise crítica dos riscos	66
5. CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	67
5.1. Perfil do (a) educando (a)	69
5.2. Perfil do (a) pedagogo (a)	85
5.3. Perfil do (a) educador (a)	93
5.4. Perfil do (a) coordenador (a)	104
5.5. Introdutório das perguntas das letras K a N	112
5.6. Questionário dirigido aos (às) educandos (as)	113
5.7. Questionário dirigido aos (às) pedagogos (as)	115
5.8. Questionário dirigido aos (às) educadores (as)	117
5.9. Questionário dirigido aos (às) coordenadores (as)	120
5.10. Conclusão do estudo empírico	121
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
7. BIBLIOGRAFIA	129
8. APÊNDICES	135

LISTA DE SIGLA

IFTM – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

TCLE – Termo de Consentimento de Livre Esclarecido

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Distribuição de beneficiados (as) e não beneficiados (as) por curso.....	63
Quadro 2 – Participação dos (as) servidores (as) do <i>Campus</i> Uberlândia	63
Quadro 3 – Ferramenta de coleta de dados.....	69

LISTA DE GRÁFICO

PERFIL DOS (AS) EDUCANDOS (AS) E OUTROS PERFIS

Gráfico 1 – Característica por sexo	69
Gráfico 2 – Faixa etária	70
Gráfico 3 – Caracterização por estado civil	71
Gráfico 4 – Caracterização por nível escolar	71
Gráfico 5 – Caracterização por uso e não uso de modalidade da Coordenação de Assistência Estudantil.....	72
Gráfico 6 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?.. ..	74
Gráfico 7 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	76
Gráfico 8 – Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	77
Gráfico 9 – Você julga que o Brasil é um país desigual?	78
Gráfico 10 – Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?	79
Gráfico 11 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	79
Gráfico 12 – Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado na sua melhoria como estudante com bom desempenho?	81
Gráfico 13 – Você considera o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia interessado na sua vida fora da instituição?	82
Gráfico 14 – Você se sente prestigiado (a) como estudante do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?.....	83
Gráfico 15 – Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da instituição?.....	84
Gráfico 16 – Caracterização por sexo	85
Gráfico 17 – Faixa etária	85
Gráfico 18 – Caracterização por estado civil	86
Gráfico 19 – Caracterização por área de conhecimento	86
Gráfico 20 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?.. ..	87
Gráfico 21 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	87
Gráfico 22 – Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	88

Gráfico 23 – Você julga que o Brasil é um país desigual?	89
Gráfico 24 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?	89
Gráfico 25 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	90
Gráfico 26 – Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?	90
Gráfico 27 – Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?.....	91
Gráfico 28 – Você se sente prestigiado (a) como pedagogo (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?.....	92
Gráfico 29 – Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da instituição?	92
Gráfico 30 – Caracterização por sexo	93
Gráfico 31 – Faixa etária	94
Gráfico 32 – Caracterização por estado civil	94
Gráfico 33 – Caracterização por área de conhecimento	95
Gráfico 34 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	95
Gráfico 35 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	96
Gráfico 36 – Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	97
Gráfico 37 – Você julga que o Brasil é um país desigual?	98
Gráfico 38 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?	99
Gráfico 39 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	99
Gráfico 40 – Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?	100
Gráfico 41 – Você considera o mérito como o único modelo de ascensão social?.....	101
Gráfico 42 – Você se sente prestigiado (a) como educador (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?.....	102
Gráfico 43 – Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da instituição?	103
Gráfico 44 – Caracterização por sexo	104
Gráfico 45 – Faixa etária	104
Gráfico 46 – Caracterização por estado civil	105
Gráfico 47 – Caracterização por área de conhecimento	105
Gráfico 48 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	106
Gráfico 49 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	106
Gráfico 50 – Você acha que a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) seja em termos de menor renda?	107
Gráfico 51 – Você julga que o Brasil é um país desigual?	108
Gráfico 52 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?	108
Gráfico 53 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	109

Gráfico 54 – Você considera o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com o bom desempenho do (a) educando (a)?	109
Gráfico 55 – Você considera o mérito como o único modelo de ascensão social?.....	110
Gráfico 56 – Você se sente prestigiado (a) como coordenador (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	111
Gráfico 57 – Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da instituição?.....	111

1. INTRODUÇÃO

A dissertação analisa o conceito de *cidadania* para servir de alicerce à missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)/*Campus* Uberlândia, tendo em vista a inclusão social e o fortalecimento da democracia. Nesse sentido, a dissertação pauta-se conceitualmente, elencando a História da Educação no Brasil, especificamente, a partir da criação dos Institutos Federais. A passível aproximação entre o conceito de *cidadania* e a criação dos Institutos Federais (Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008) remete ao autor Eliezer Pacheco, que escreveu duas obras: *Fundamentos Político-pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora* (2015) e *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica* (2011). O conceito de *cidadania* representa também a razão de ser dos Institutos Federais.

A discussão do conceito de *cidadania* perpassou descritivamente um momento histórico, como as revoluções burguesas na Europa, e decisivamente pela Revolução Francesa (1789), cujo papel foi alavancar a pretensão da burguesia, enriquecida pelos avanços no desenvolvimento das forças produtivas (direitos econômicos), mas sem os direitos da aristocracia (direitos sociais e políticos), que, por sua vez, já apresentava sinal de decadência.

Segundo Pacheco (2015), a burguesia representava, no contexto histórico, o anseio de mudança de todas as classes dominadas. O sucesso da burguesia não representou o das demais classes, tornando-se unicamente dominante e conservadora. Essas classes que não obtiveram sucesso foram denominadas de *proletariado*, ou melhor, a classe sem propriedade. O capitalismo moderno torna-se o único regulador e limitador do conceito de *cidadania*. Nesse cenário, tal conceito se modifica e busca o horizonte da igualdade. Em *Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?*, Buffa, Arroyo

e Nosella (2010) apontam duas transições de perspectiva pela burguesia: a igualdade na troca, visto que o contrato dos cidadãos é pensado como livre e igual, bem como a igualdade jurídica, segundo a qual todos são considerados iguais perante a lei, e vice-versa. Essa perspectiva com ascensão burguesa se apresenta como legítima à apropriação das coisas pelo trabalho. Depois de consolidada a ascensão, a propriedade não será mais obtida por nascimento, como na aristocracia, uma classe privilegiada, mas por uma ideia de igualdade.

A educação é uma aposta, independentemente da perspectiva de classe. Ela se torna oportunidade para transformar a condição humana. O novo desenvolvimento tecnológico-científico impulsiona nova educação. Conforme Pacheco (2011), a qualificação profissional não pode ser objeto limitante da educação para se adentrar o mercado de trabalho. A educação é ampla, e o educando não pode ignorar sua peculiaridade transformadora, pois ela se conjuga com a liberdade individual e coletiva, compreendendo as relações sociais que determinam os momentos históricos favoráveis ou adversos. O conceito de *cidadania*, protagonista agora, é a busca de equilíbrio, de oportunidade dos novos desenvolvimentos tecnológico-científicos e sociais. O verbo *educar* torna-se princípio de ascensão social, ou melhor, anseio real, tendo em vista a melhoria da vida de toda a humanidade.

Segundo Buffa et al.(2010), a defesa da burguesia de que todos os homens são iguais e possuem a luz natural da razão perpassa o princípio de educar para todos. A desigualdade é identificada como condição social e não de natureza. A educação proposta pela burguesia se confirma no modo distribuído da manufatura com divisões de tarefa e disciplina. O livro didático e textos predeterminados apresentam-se como ferramenta para conduzir a percepção de mundo burguês às fases do educando e dos educadores. O ensino deve ser posto como cartilha do mundo burguês, ou melhor, do mercado capitalista. Consolidada a economia capitalista, o poder político torna-se outro objetivo almejado da burguesia, tendo em vista a

implantação da democracia burguesa. Nessa direção, o novo tempo se aprofunda com as primeiras declarações dos *Direitos do Homem e dos Cidadãos*.

De pensamento progressista da burguesia para um pensamento conservador, ou seja, para quem era proprietário, a educação burguesa passa a ser para cidadão de primeira classe; para quem não era proprietário, para cidadão de segunda classe. No primeiro momento, a propriedade era pensada como fundiária (acúmulo de terra, não de capital). A consequência da diferença de tratamento das duas classes correspondia à sua formação para atender o mercado do trabalho. De um lado, a educação para quem possuía propriedade voltava-se para postos de trabalho gerenciais e estratégicos com alto grau de decisão; por outro lado, a educação para quem não possuía propriedade voltava-se para postos de trabalho que dependiam de alto grau de obediência, menor instrução e maior especialização de tarefa operacional. O cidadão com propriedade teria todo o benefício da liberdade e da cidadania, enquanto o cidadão sem propriedade teria o benefício da liberdade, da proteção da sua vida e da sua crença, mas não teria voz na instância do Estado, um cidadão de segunda ordem.

Segundo Buffa, Arroyo e Nosella (2010), o Brasil é capitalista e caracteriza-se por não haver cidadãos, pois as elites brasileiras não precisam de direitos, visto que elas possuem privilégios, enquanto a maioria da população não possui direito e, quando procura por ele, o Estado a trata com força policial, reprimindo-a. A criminalização dos movimentos sociais é um fato no Brasil. O capitalismo praticado no Brasil fortalece-se, marginalizando a maior parte da população brasileira e empobrecendo toda a sua localidade.

Nesse sentido, o importante ponto de partida é retomar a discussão do conceito de *cidadania*, atendo-se ao sentido da criação dos Institutos Federais com a missão principal de deitar fim à desigualdade social e local, bem como fortalecer a democracia. A redemocratização do conhecimento e

da produção é um dos caminhos para a emancipação da localidade brasileira. Os Institutos Federais criados e expandidos são idealidades do anseio da realidade de emancipação, como o conceito de *cidadania* que vá além da limitação da classe burguesa, agora dominante. O diálogo com as localidades precisa ser contínuo. Há uma missão dos Institutos Federais que se conjuga com o atual conceito de *cidadania*: a melhoria da vida social de qualquer localidade brasileira, bem como o fortalecimento da democracia, respeitando-se as suas diferenças culturais (individuais e coletivas) e recusando-se a desigualdade política, social e econômica.

O desafio da dissertação é apontar o caminho para ultrapassar o *statu quo* da economia neoliberal, em direção a uma *cidadania* ativa e responsável. O objetivo não é repetir a postura ocorrida pela classe burguesa, que alcançou o seu estágio maior e depois se acomodou em seu próprio sucesso diante da classe aristocrática, tornando-se privilegiada e dominante. A educação deve passar a ser o caminho empreendido para a retomada de transformação social? Ou deve permanecer como reprodução da classe burguesa? O desafio é uma questão ética e uma transdisciplinaridade da realidade vivida. Lutar diante de qualquer injustiça, o sujeito da história é obrigado a adotar uma postura diante do mundo. Qual postura? Um mundo cada vez mais fragmentado de conhecimento e individualista. Qual papel da instituição educacional? Reforçar o *statu quo* ou transformá-lo, superando-o? São perguntas que perpassam dialeticamente o indivíduo e o coletivo diante do mundo atual. A missão dos Institutos Federais e o conceito de *cidadania* podem propor algo além do reforço do *statu quo*. Nesse sentido, esta dissertação torna-se viável. O homem deve ser pensado de dentro da pluralidade cultural na qual se encontra no seu espaço disforme e no seu tempo descontínuo, em cada possibilidade de modo de ser (relação social), apresentando-o não por uma uniformidade de natureza estática, mas por uma natureza social e histórica.

A concretude da dissertação sob a perspectiva do questionário da pesquisa do campo confirma a importância da missão do IFTM/*Campus*

Uberlândia por meio dos programas da Coordenação de Assistência Estudantil, tendo em visto a compreensão do conceito da *cidadania* como objetivo a ser sempre promovido para o aprofundamento da igualdade de oportunidade. Essa tarefa é um dos objetivos específicos e reforça os demais para se alcançar o objetivo geral.

2. CAPÍTULO I – PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. A PERGUNTA DE PARTIDA

A pergunta de partida da desta investigação é a seguinte: como se operacionaliza a construção de uma cidadania ativa e responsável para servir de alicerce à missão do IFTM/*Campus* Uberlândia.

A escolha pelo tema da dissertação perpassa um ligeiro contexto histórico na Europa. Um momento da História em que começa a surgir o Estado moderno (Estado de direito). Esse ponto de partida foi escolhido para descrever o contexto histórico que subjaz à obra de Frederick Eby (1976) *História da Educação Moderna: teoria, organização e práticas educacionais*, obra vasta que apresenta o desenvolvimento da educação na Europa Ocidental e na América. Nessa obra, Eby (1976) menciona dentre os renomados teóricos da Educação, da Filosofia e outras áreas do conhecimento, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), um dos expoentes da Filosofia e da Educação da modernidade. Cite-se de Eby (1976) um momento específico da História que começava a emergir na Europa ocidental e na América:

A emancipação do indivíduo do eclesiasticismo, dogmatismo filosófico e escravidão econômica e política tinha atingido seu clímax logo após os meados do século XVIII. As doutrinas de igualdade e de direitos naturais inalienáveis tinham agido como um fermento sutil através das classes média e superior da Europa Ocidental e da América. O apelo apaixonado de Rousseau em prol da emancipação do indivíduo da escravidão social ressoou por toda parte. (Eby, 1976, p.316)

A supracitação condiz com inúmeros momentos históricos até confirmá-la, momentos esses que resultaram na mudança da ordem social do controle da Igreja para o do Estado. Percebe-se nessa mudança que as doutrinas de igualdade e de direitos naturais são algo a ser buscado concretamente. Os desdobramentos do momento histórico são imensos. O que se delimita

como importante também mencionar é uma linha do pensamento de Norberto Bobbio (1992) da obra *Era dos direitos*. Nessa obra, o autor (1992) aponta a transição das ideias para prática como fator da mudança da ordem social. Segundo o Bobbio (1992, p. 29), as teorias filosóficas são expressões fora do tempo e do espaço, tornando-se por isso universais em relação ao conteúdo, mas são limitadas na sua eficácia, ou melhor, na sua praticidade.

A constatação histórica de Eby (1976) e a reflexão de Bobbio (1992) conduzem a uma conclusão: as transformações sociais necessárias advém da prática e da própria condição histórica. A pergunta se inicia pelo trâmite da realização prévia da praticidade que será acomodada à dissertação intitulada *Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/Campus Uberlândia*. Segundo Bobbio (1992), o surgimento de uma nova concepção de Estado se apresenta por ser não “mais fim em si mesmo e sim meio para alcançar fins que são postos antes e fora de sua própria existência” (p. 29). Esse estado é considerado limitado e não absoluto. Nessa perspectiva que aflora, depois de muitas manifestações sociais, a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), doravante *Declaração*, a qual será inserida na discussão, tendo em vista a passagem do direito natural (teórico) para o direito positivo (prático). Bobbio (1992) entende a limitação da nova condição do homem, mas exalta positivamente o horizonte a ser almejado continuamente, pois

Nem tudo o que é desejável e merecedor de ser perseguido é realizável. Para a realização dos direitos do homem, são frequentemente necessárias condições objetivas que não dependem da boa vontade dos que os proclamam, nem das boas disposições dos que possuem os meios para protegê-los (Bobbio, 1992, p. 44)

Conforme a citação acima, Bobbio (1992) não recusa a *Declaração* (1948) e até alenta a sua proteção como fundamento comum a ser seguido por todos os Estados. Nessa citação, pensar o que diz respeito ao homem, previamente e posteriormente, dos artigos dessa declaração, somente são

possíveis primeiramente com o reconhecimento do cidadão pelo novo Estado (Estado moderno) como agente principal para realizar a sua necessidade, mediante a participação ativa e responsável, ou melhor, visualizando a sua melhoria de vida. Segundo Bobbio (1992), as construções dos direitos surgiram por meio das manifestações sociais (a favor e/ou contra) também e podem ser criadas outras construções, conforme as novas necessidades, ou seja, de riqueza e de recurso natural. A proteção e a busca por novos direitos dependerão da participação de todos (as) cidadãos, pretendendo alcançar o sentido comum do direito para a realização prática do mesmo.

No Estado de direito, a construção do direito não é uma via de mão única, de cima para baixo, ela advém também de baixo até alcançar sua meta de cima. E por isso, todos os cidadãos precisam ser sempre ativos (participativos) e responsáveis (*deve-ser*) diante de qualquer situação. Bobbio (1992) entende que o direito comum deve ser almejado e protegido diante de inúmeras perspectivas sociais e individuais que, por sua vez, podem ser até contrárias e autodestrutivas. Por isso, a procura do sentido comum do direito deve ser o horizonte do cidadão, para ser comum a todos (as) e não causar prejuízo a ninguém e a nada, bem como foi possível obter um consenso de inúmeros Estados-Nações ao proclamar a *Declaração* (1948) e suas perspectivas anteriores de direito.

O Brasil é um dos Estados-Nações que, por meio da sua *Constituição da República Federativa do Brasil* (1988), doravante *Constituição*, de acordo com o Título I (Dos Princípios Fundamentais), art. 4º, item II, reconhecem a *Declaração* (1948) como perspectiva a ser almejada e protegida. Nesse caminho, o ponto de partida expresso na do título da dissertação começa a fazer sentido, visto que, diante da Lei, todos são iguais sob qualquer natureza, conforme consta do art. 5º da *Constituição* (1988):

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

Sabe-se da real condição dos brasileiros, da desigualdade social e local de grande magnitude, contradizendo o art. 5º da *Constituição* (1988) acima e inúmeros outros, mas, nem por isso, o seu conteúdo proclamado seja ilegítimo. Esse conteúdo que está na *Constituição* (1988) e o que está por vir somente terão a sua condição fidedigna com a participação do cidadão. O Estado de direito refletido na *Constituição* (1988) adota a Educação como caminho para melhoria da vida de toda a população brasileira e sua localidade. Nessa direção, a Educação no Brasil passa a ser um dos deveres do Estado também para a promoção do conteúdo da *Constituição* (1988), conforme prevê o art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988)

O que confirma a citação acima é visto somente por um Estado de direito (Estado moderno). A educação vira um porta-voz para a promoção da cidadania com a participação de todos (as), lembrando-se de que o artigo da citação menciona também a “qualificação para o trabalho” que, por sinal, pode ser limitante na operacionalidade de perspectiva de conhecimento, ou seja, saber fazer uma coisa e não saber fazer outra. No entanto, o significado da Educação não se restringe à operacionalidade de um determinado conhecimento, mas adentra o significado da cidadania do Estado de direito como exercício contínuo, necessitando de um conhecimento integrado a todas as áreas que possa interpelar e agir em função do bem comum. É um conhecimento que coloca o cidadão no seu devido lugar como protagonista do seu meio. Apontar o conceito de *cidadania* pela Educação como tarefa para o exercício democrático e preocupado com a inclusão social é predispor a viver na prática em função da proteção e do aprimoramento do direito.

Nesse sentido, a dissertação intitulada *Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/Campus Uberlândia*. aposta nas finalidades e especificidades dos Institutos Federais como possibilidade para contestação e projeção de educação no Brasil. Uma instituição educacional voltada para a *Constituição* (1988) e para os direitos humanos, tendo em vista a procura de melhoria da vida da população brasileira e da conservação do mundo natural (meio ambiente). A instituição a ser o objeto de estudo da dissertação é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, especificamente o *Campus Uberlândia*, localizado em área rural do município de Uberlândia. São ofertados cursos de nível superior (graduação em Engenharia Agrônômica e em Tecnologia em Alimentos e pós-graduação *lato sensu* em Controle de Qualidade em Processos Alimentícios), de nível médio/técnico, integrados ao ensino médio, (Agropecuária, Alimentos, Manutenção e Suporte em Informática e Meio Ambiente) e de nível técnico concomitante (Agropecuária e Aquicultura).

A fundação do atual *Campus Uberlândia* ocorreu em 1957 com o nome de Colégio Agrícola de Uberlândia e depois recebeu a sua federação, tornando-se, em 1979, a Escola Agrotécnica Federal. No primeiro momento, as atividades dessa escola voltavam-se somente para a formação profissional, como o curso Técnico em Agropecuária, visando somente ao mercado de trabalho. Atualmente, ela foi transformada em Instituto Federal como a maioria das escolas federadas. A partir do final de dezembro de 2008, o *Campus Uberlândia* aumentou a sua oferta de vagas para 350 anuais, com diversos cursos de nível superior e técnico, integrado ou não com o ensino médio.

A criação dos Institutos Federais surgiu da *Constituição* (1988), prevendo, em especial, o exercício da cidadania para o fortalecimento da democracia e da inclusão social. Não há trabalho sem inclusão social, e vice-versa; bem como não há democracia sem cidadania, e vice-versa. Nesse caminho, o

ponto de partida da pergunta se inicia com o surgimento do Estado de direito no Brasil sob a perspectiva da *Constituição* (1988), que prevê a necessidade da participação ativa e responsável do cidadão (art. 205). O alento do surgimento do Estado de direito brasileiro permitiu a criação dos Institutos Federais, com a participação da população brasileira, lutando pela democratização da Educação e, conseqüentemente, pela inclusão social. A missão dos Institutos Federais se faz pela promoção da democracia e da inclusão social. A importância dos Institutos Federais se confirma pela regulamentação de sua finalidade e de sua característica. Conforme a criação dos Institutos Federais a partir da Lei n. 11.892/2008, vale mencionar o art. 6º, que dispõe sobre suas finalidades e características:

I ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II desenvolver educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (Lei n. 11.892, 2008)

Do item do I ao IX, o que se mostra significativo é que os Institutos Federais emergem como uma figura do direito a ser alcançada, e suas finalidades e características são registradas na forma infinitiva dos verbos. O Instituto Federal criado não está pronto e acabado, ele precisa de todo cidadão (ã) (servidor (a), educando (a) e comunidade) para defendê-lo e construí-lo continuamente sob a perspectiva da sua missão: democracia e inclusão social. Nesse sentido, o Brasil como Estado de direito precisa de uma cidadania ativa e responsável para realizar a missão dos Institutos Federais, em especial, o *Campus* Uberlândia. A Educação proposta não é fragmentada, atende à *Constituição* (1988) e aos princípios que buscam a integridade do conhecimento com a preservação do mundo natural e a inclusão social. O regime democrático passa ser importante para reforçar a *Constituição* (1988) e é por isso que os itens da criação dos Institutos Federais estão na forma infinitiva dos verbos, pois precisam ainda ser realizados com o cidadão.

A fragmentação do conhecimento gera o aprofundamento de uma organização social e educacional aquém da *Constituição* (1988) e submissa às disposições do mercado capitalista. Essa organização esvazia a *Constituição* (1988) com a perspectiva que coloca a educação como um mero instrumento do educando (a) para adentrar o mercado de trabalho, atendo-se à meritocracia à luz da perspectiva neoliberal para justificar a sua ascensão social, sem se importar com o outro ou com a preservação do mundo natural. O conhecimento produzido torna-se monopolizado e hierarquizado por alguns setores da economia neoliberal, ou seja, é destinado a uma minoria da sociedade. A ascensão social pela meritocracia passa ser um aspecto determinante para justificar a desigualdade social. Não há inclusão social na perspectiva neoliberal, visto que o *outro* não é reconhecido diante do *eu* como parte do todo, detentor também de direito, mas algo estranho e hostil em relação à sua ascensão.

Em oposição à educação que prioriza uma ascensão por meritocracia sob a tutela do neoliberalismo, os Institutos Federais se esforçam para defender

outro modo de ascensão: a igualdade de oportunidade, à luz da igualdade de todos perante a lei, conforme prevê o art. 5º da *Constituição* (1988). Esse outro modo de ascensão se pretende fazer real (prático) para que não haja exclusão de nenhum cidadão, mas uma ascensão social no Brasil. A missão é árdua, mas realizável. No caminho de atestar a missão dos Institutos Federais, em especial do *Campus* Uberlândia, é necessário recolher alguns dados e fazer alguns questionários sob orientação da Coordenação de Assistência Estudantil para compreender e confirmar a importância da instituição.

2.2.TEMA E JUSTIFICAÇÃO

A dissertação intitulada *Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/Campus Uberlândia*. se justifica na medida em que o homem é considerado protagonista da sua obra, o mundo social. Nesse caminho, a procura de fundamento educacional se faz necessária para dialogar com o novo tempo (a modernidade). A consolidação da modernidade se inicia pela contínua inovação tecnológica e científica, impondo um novo panorama produtivo que, por sua vez, cria também contínua necessidade de nova educação, bem como contínuos modos de trabalho.

Nesse cenário, o Estado moderno (Estado de direito) apresenta-se por facilitar ou regular as novas necessidades e utilidades da humanidade. O ideário do conceito de homem na modernidade advém dessa representação de Estado, que condiz com uma nova natureza humana, não estática, mas dotada de direito e dever, o que o modifica e amplia historicamente (continuamente e em espiral) os novos modos de organização dos movimentos sociais. O Estado moderno apresenta-se como defensor do

direito e com obrigação (dever) de cumpri-lo e promovê-lo ao cidadão, antevendo a sua conservação e a sua mudança sobre a realidade.

A importância da dissertação perpassa pela discussão crítica e analítica, alentando desafio da sociedade brasileira sob o olhar da História da Educação, especificamente, a partir da criação dos Institutos Federais, bem como de teóricos modernos da Educação e da Filosofia. A procura por uma cidadania ativa e responsável é uma tomada de postura diante de um modelo de produção que não coloca o homem e o mundo natural como prioridade. Nessa direção, a validade de um conhecimento autêntico, visando ao aprimoramento humano, não deve ser encarada pelo resultado imediatista, proporcionado a uma sociedade, um resultado satisfatório aparente, bastando apenas ser seguido como dado. O conhecimento validado para o mundo social é legado de um pensamento autônomo, construído historicamente.

Nesse sentido, o desenvolvimento do pensamento autônomo e acadêmico se faz autêntico, bem como se faz salutar a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia. Acredita-se que o caminho a percorrer seja a revisão contínua, analítica e crítica sobre a atualidade. Percebe-se que o conceito de *cidadania* pode ser suporte à investida na missão do IFTM/*Campus* Uberlândia. Compreender o possível diálogo e sua aproximação entre o conceito de *cidadania* e a missão do instituto também é um desafio. A procura por criar uma ponte de diálogo e aproximação se torna possível sob a perspectiva da Coordenação de Assistência Estudantil, visto que promove condição prática. A visualização prática da missão do IFTM/*Campus* Uberlândia se faz efetiva com a concessão de benefícios promovidos, facilitando ao educando a sua permanência e o seu aprofundamento acadêmico, social, cultural e esportivo. O fortalecimento da inclusão social e da democracia apresenta-se não somente nas atividades curriculares, mas também nas atividades extracurriculares durante o ano letivo.

2.3.OBJETIVOS

2.3.1.Objetivo geral

O objetivo geral da dissertação é analisar e discutir o conceito de *cidadania*, à luz da missão do IFTM/*Campus* Uberlândia. Esse conceito passa a ser o início do entendimento de uma cidadania ativa e responsável e serve de alicerce para a realização da missão desse Instituto Federal.

Pretende-se também contrapor aquele conceito a um tipo de educação que ignora a deterioração do mundo natural e a condição social e histórica da maioria da população brasileira, esvaziando a praticidade coletiva, ou seja, as manifestações sociais contrárias como meio para defender o direito adquirido e/ou buscar por novo direito. É uma educação que defende o modo de produção do sistema neoliberal e repousa numa meritocracia excludente.

2.3.2.Objetivos específicos

Os objetivos específicos desta investigação são:

- discorrer sobre a *Declaração* (1848) e aproximá-la da *Constituição* (1988), antevendo a importância prática para a defesa e o surgimento de novo direito;
- apresentar as finalidades e as características da criação dos Institutos Federais como missão para a realização prática, tendo em vista o fortalecimento da democracia e da inclusão social;
- apontar o processo de fragmentação do conhecimento e a demasiada atenção na meritocracia, à luz do sistema neoliberal que, dialeticamente, promove uma educação desfavorável à ascensão social e à

democracia, bem como deteriora o mundo natural, uma desconstrução contínua para a não melhoria da vida humana;

- analisar e discutir uma cidadania ativa e responsável à luz da missão do IFTM/*Campus* Uberlândia, diante do prejuízo causado pela fragmentação do conhecimento e pela meritocracia, sob o ditame do sistema neoliberal;
- analisar e discorrer sobre a importância da Coordenação de Assistência Estudantil e seus benefícios para realizar a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia como semeadora da mesma missão e do conceito de *cidadania*. Essa compreensão será evidenciada pelos questionários a serem aplicados e analisados sobre o quadro de servidores (as) e estudantes da instituição. Vejam-se os questionários com as respostas nos Apêndices J a P.

2.3.3. A formulação do problema

A dissertação procura analisar a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia sob os programas da Coordenação de Assistência Estudantil. Esses programas beneficiam o educando, permitindo-lhe a permanência e a melhoria da educação. A discussão teórica busca o diálogo entre o conceito de *cidadania* e a missão dos Institutos Federais, especificamente a do *Campus* Uberlândia. No Brasil atualmente, o trabalho é apresentado por uma indagação ao sistema neoliberal, que incita a fragmentação do conhecimento, os prejuízos ambientais incalculáveis e os crescentes índices de desigualdade social. O nosso objetivo é a superação do sistema neoliberal, que, por sua vez, adota o conceito de meritocracia para a condução das relações sociais. Nesse caminho, propomos outro modo de vida para contestar o sistema vigente, elencando três pontos a serem discutidos:

- a educação neoliberal é prejudicial, ao educando, à sociedade, ao mundo natural;
- a educação promovida pelo IFTM/*Campus* Uberlândia é um caminho para contestação e projeção de outro modo de ser e, conseqüentemente, de outro mundo possível, tendo em vista a preservação do mundo natural, o fim da fragmentação do conhecimento e a melhoria da vida de toda a população brasileira; e
- os benefícios concedidos pela Coordenação de Assistência Estudantil contribuem para a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia.

3. **CAPITULO II – REVISÃO DE LITERATURA**

3.1. **UMA MODERNIDADE: CONSTRUINDO O DESCONSTRUÍDO**

O que está posto para os Institutos Federais é a formação de cidadãos como agentes políticos capazes de ultrapassar obstáculos, pensar e agir em favor de transformações políticas, econômicas e sociais imprescindíveis para a construção de outro mundo possível. (Pacheco, 2011, p. 30)

Conforme a citação acima de Eliezer Pacheco (2011), a missão dos Institutos Federais é a formação de cidadãos com inclusão social e fortalecimento da democracia, lembrando que o conceito de *cidadania* visualiza a igualdade de oportunidade como fundamento para ascensão social. No contexto atual da História do Brasil na Educação, o pressuposto da criação dos Institutos Federais (Lei n. 11.892/2008) advém da luta contra a desigualdade local e regional, bem como da promoção do conhecimento científico e tecnológico voltado para a sua verticalização, ou melhor, a sua democratização. Nesse sentido, o fim do monopólio do conhecimento e, conseqüentemente, da produção passa a ser objetivo central da criação dos Institutos Federais. A educação é pensada para emancipação social, ou seja, transformadora da condição social, tendo em vista a igualdade de oportunidade como caminho a ser seguido nas localidades e regiões. A procura da verticalização do conhecimento reacende outra perspectiva para produção, tendo em vista a conjugação dos Institutos Federais com a realidade brasileira local e regional. As criações dos Institutos Federais são políticas públicas do governo brasileiro, agindo para modificar uma condição social adversa. A postura de governos anteriores à criação dos Institutos

Federais era pragmática e circunstancial para educação profissional, seguindo de acordo com a demanda do mercado. Esses institutos criados, ao contrário, passaram a ser autônomos com a sociedade, uma relação íntima, como rede social, ultrapassando a mera gestão política de governo e se consolidando como um projeto para o país.

A interação dos Institutos Federais com a realidade local e regional como forma de promoção de conhecimento e possibilidade para a ascensão social conjuga-se com o elemento básico do conceito de *cidadania*, atendo-se à igualdade de oportunidade, tendo em vista os novos cidadãos, ativos e responsáveis. Os Institutos Federais foram criados para a superação das contradições sociais locais e regionais por meio da educação. O compartilhamento do conhecimento, ou melhor, a sua democratização e verticalização, é uma aposta, apontando como condição para a ascensão social e a melhoria da vida social a qual, por sua vez, faz remeter ao objetivo da classe burguesa quando pretendia ultrapassar os entraves e as contradições do estado social da época. O ensino dos Institutos Federais não foi criado para servir em escala ao mercado de trabalho com a educação profissional, mas segue o objetivo de criar uma nova condição de produção, de novo conhecimento e de nova tecnologia para um mundo sustentável, menos desigual e mais fraterno, rumo a uma consciência ecológica, tendo em vista a preservação do mundo natural. Nesse sentido, a educação dos Institutos Federais visa a promover no educando a prática interativa com a sua realidade local, produzindo conhecimento que possa ser capaz de problematizar o conhecido e investigar o não conhecido. O conceito de *cidadania* e a missão dos Institutos Federais conjugam-se no diálogo como fundamento para o rompimento do monopólio do conhecimento, buscando

sempre a melhoria social de todos na localidade, pondo em prática a igualdade de oportunidade, pois

A reflexão sobre as relações de interação e compartilhamento que se estabelecem em uma rede social deve ter como pressuposto o fato de o conhecimento ser um dos elementos constituintes da cidadania. Considerando a tendência à hegemonização de determinadas trocas de saberes, isto é, da predominância de colaboração entre certas organizações ou indivíduos em detrimento de outros, é de suma importância, na busca do pleno exercício da cidadania, garantir o acesso à informação, impedindo o seu monopólio. O que se pretende dessas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica é o compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo. (Pacheco, 2011, p. 22)

Nesta citação, o autor apresenta, paralelamente, outro lado que, por sinal, oposto à missão dos Institutos Federais, reportando para o *statu quo* da educação desde a superação da classe burguesa. Esse ensino do *statu quo* foi promovido somente para o mercado capitalista, ou seja, segue exclusivamente à luz do sistema neoliberal. É importante esclarecer a discussão acima com o artigo *Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate*, do Bernard Charlot (2007). O autor descreve alguns fenômenos da educação sem e com a globalização. De início, o fenômeno educacional exclusivamente econômico e, depois da crise gerada, o outro fenômeno surgiu e partiu para o socioeconômico, sob a lógica da qualidade, da eficácia e da territorialização. O aprofundamento do fenômeno educacional continuou, mas agora com a globalização sob a lógica das economias integradas aos países e à sociedade e, por fim, em oposição aos três fenômenos acima, o último fenômeno pretende se dedicar à solidariedade dos humanos e à busca da preservação do meio ambiente. Para o autor, a educação transformou-se conforme a demanda da sociedade, pois:

Naquele momento da História em que a escola passa a ser percebida como elevador social, as questões do fracasso escolar, da desigualdade social face à escola e dentro da escola, da “igualdade de oportunidades” impõem-se, logicamente, como temas principais de debate sobre a escola. Não se fala da qualidade da escola, questiona-se a justiça da escola. (Charlot, 2007, p. 130)

Conforme Charlot (2007), a educação como promotora de justiça para todos causou uma crise que, por sinal, o autor acredita ser bem-vinda, ainda que a democratização educacional (escolar), por qualquer setor da escola, gere grande conflito. O sentido da educação como ascensão social, tendo em vista a igualdade de oportunidade, criou uma relação conturbadora entre saber e escola, visto que o educando de antemão pretende apenas passar de ano e arrumar um bom emprego. O saber é ignorado, sem sentido e sem prazer na escola. Nesse contexto, a preocupação do educando visa, gradativamente, ao mero objetivo de passar de ano. A eficácia e a qualidade surgem do aprofundamento dos fenômenos acima mencionados como princípios da educação, caminhando para o discurso de quem defende o neoliberalismo como o único modelo frutífero para dar sentido à educação. Charlot (2007) defende a eficácia e a qualidade como busca para a melhoria da educação, porém não acredita num modelo como único a ser referenciado. Para ele (2007), a desigualdade social, dentro e fora da escola, é ocultada pela lógica da eficácia e da qualidade sob a tutela do neoliberalismo. A meritocracia virou a justificativa do *statu quo*. Nesse sentido, o autor (2007) desacredita na tutela do neoliberalismo para a educação e não responsabiliza a globalização pelo fracasso escolar do educando. A educação pautada pela rentabilidade do mercado do trabalho e pela busca do *status* social, ou seja, pela melhor posição social, causa uma fragmentação do saber, apresentando apenas uma aprendizagem mecânica e superficial do conhecimento.

O posicionamento do (a) educando (a) diante do mundo é o que conta para a melhoria da vida social. A educação destinada somente para o mercado do trabalho, sob a tutela do sistema neoliberal, cria um ambiente hostil contínuo de competição. O esvaziamento de sentimento de cooperação e justiça social apresenta-se diante da proposta do sistema neoliberal, fortalecendo o individualismo e enfraquecendo a solidariedade. A reprodução educativa sob a perspectiva do sistema neoliberal gera uma relação de competitividade e indiferença da condição social do outro, uma despreocupação. O que prevalece nessa tutela é a meritocracia como condução da justificativa da sua situação social e, conseqüentemente do outro. Na obra *Educação: um tesouro a descobrir*, de Jacques Delors (2002), o autor ressalva os quatros pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser. Todos os pilares da educação possuem a sua importância para criar uma unidade na vida prática.

A fragmentação do conhecimento surge pelo tratamento de um aspecto da educação sob a tutela do neoliberalismo em detrimento dos pilares da educação de Delors (2002), favorecendo a meritocracia como único crivo da justificativa social. Delors (2002) discorre sobre os quatro pilares, acreditando que possa aparecer um novo parâmetro de educação.

O primeiro pilar é aprender a conhecer e não se restringe à especialização em uma área, mas deve caminhar além, buscando o conhecimento em geral, tendo em vista o ensino para a vida toda, favorecendo a curiosidade, o pensamento crítico e a compreensão do real. Faculdades como atenção, memória e pensamento são o princípio para realizar a aprendizagem do conhecimento, ou melhor, do aprender a conhecer. Nesse sentido, o sucesso e o enriquecimento do conhecimento precisam ser contínuos, que nunca acabe.

O segundo pilar é aprender a fazer e está ligado propriamente à formação profissional, ou seja, pôr em prática os conhecimentos adquiridos para o trabalho. Entretanto, o autor (2002) ressalva que o segundo pilar não se restringe mais à tarefa destinada, mas adentra a interpessoalidade da relação de trabalho.

O terceiro pilar é aprender a viver com os outros. Esse pilar é um grande desafio para a educação, dada a dificuldade de se viver sem conflito. O dever da educação é promover a resolução do conflito com projeto para transmitir conhecimento sobre a diversidade e a semelhança de cada pessoa, cultura, religião e sociedade. A descoberta do outro e a criação de projeto que vise ao comum podem ser um caminho para a cooperação e pacificação das dificuldades.

Por fim, o quarto pilar é aprender a ser. Esse pilar confere ao desenvolvimento do ser humano a sua capacidade de julgar a si mesmo e o seu meio, atendo-se à responsabilidade e ao senso de justiça, bem como ao compromisso com o indivíduo e com todas as instituições sociais (família, cidadão, comunidade e outras). Nessa perspectiva, a liberdade passa a ser o fundamento para conduzir o próprio destino. O desafio é construir algo que possa ser melhor do que o que está proposto pela educação do sistema neoliberal, ou seja, que todos se beneficiem como cidadãos, conforme previsto no Estado de direito. A produção de conhecimento, respeitando os pilares da educação, não deve ser um instrumento monopolizador e excludente. Todo o saber se faz com a participação individual e coletiva, tendo em vista o anseio social da realidade que o precede. Por isso,

O saber, o saber-fazer, o saber viver juntos e o saber-ser constituem quatro aspectos, intimamente ligados, de uma mesma realidade. Experiência vivida no cotidiano, e assinalada por momentos de intenso esforço de compreensão de dados e de fatos complexos, a educação ao longo de toda a vida é o produto

de uma dialética com várias dimensões. Se, por um lado, implica a repetição ou imitação de gestos e de práticas, por outro é, também, um processo de apropriação singular e de criação pessoal. Junta o conhecimento não-formal ao conhecimento formal, o desenvolvimento de aptidões inatas à aquisição de novas competências. Implica esforço, mas traz também alegria da descoberta. Experiência singular de cada pessoa ela é, também, a mais complexa das relações sociais, dado que se inscreve, ao mesmo tempo, no campo cultural, no laboral e no da cidadania. (Delors, 2002, p. 107)

Os mencionados quatro pilares da educação conduzem à abertura do pensamento, uma possibilidade para diversas realidades e produções, um movimento dialético que aborda a vida singular e coletiva de toda a localidade, tendo a descoberta e a curiosidade como busca contínua, adentrando todas as experiências singulares e sociais e confirmando a sua íntima ligação, sem ruptura nem fragmentação, para produzir conhecimento e tecnologia. Não há hierarquização do conhecimento nem da tecnologia. Contemporaneamente, a promoção da meritocracia à luz do sistema neoliberal não produz a íntima ligação, e sim ruptura, esvaziamento das relações sociais. O indivíduo passa a ser o centro e está submetido ao serviço ditado pelo sistema neoliberal, desumano e apolítico.

O princípio da meritocracia, sem adotar o sistema neoliberal, sempre foi um alvo para o desenvolvimento pessoal e seu desempenho, bem como serviu também como meio para questionar a injustiça social, advinda dos privilégios perpetuados nas relações sociais como hereditários e corporativos. Na obra *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*, Livia Barbosa (2006) procura ilustrar e contextualizar o conceito de meritocracia por meio de alguns Estados-Nações, como os Estados Unidos, o Japão e o Brasil. O horizonte que se quer alcançar é a diversidade de perspectiva prática para esclarecer o conceito meritocracia. No entanto, o ponto importante a frisar em Barbosa (2006), à luz política e social, é o

caminho adotado pela sociedade ocidental para definir a sua organização social, especificamente, individualizada. Segundo Barbosa (2006), o sistema neoliberal impulsiona a competição desmedida, atendo-se à disposição de bens e serviços como realização estritamente individual, em detrimento do social. A posição central do indivíduo é beneficiada pela meritocracia à luz do sistema neoliberal, que, por sua vez excluía afetividade da natureza humana, tornando a relação com o outro apenas instrumental e funcional. Vale mencionar que:

A diferença é o peso paradigmático atribuído pelo neoliberalismo aos critérios meritocráticos. No Estado do bem-estar, a preocupação com políticas sociais e a noção de responsabilidade social pelo destino dos contemporâneos são a admissão implícita de que outras variáveis além do desempenho individual influenciam no resultado e no progresso dos indivíduos. Cabe em parte à sociedade a responsabilidade de regular a maneira desigual com que as variáveis históricas afetam os resultados individuais. (Barbosa, 2006, p. 27)

Nessas variáveis históricas específicas sobre o Brasil, o que determina como uma variável importante a ser mencionada é a desigualdade social, impedindo que a maioria da população brasileira alcance os benefícios previstos na *Constituição* (1988), conquistados com muita luta e sangue. Essas conquistas foram realizadas pela maioria da população brasileira, independentemente de desempenho individual de produtividade sob a perspectiva da meritocracia, o que se percebe pela busca por direito é a participação ativa e responsável do cidadão, coletivamente, ultrapassando um suposto contexto previamente já instaurado como dado e pronto pela luz do neoliberalismo. Nesse modelo neoliberal, a conquista e a proteção do direito são ignoradas, com suas lutas práticas e manifestações sociais, ou seja, o direito é reconhecido somente pelo que o representa como único fim, instaurado, pronto e acabado, advindo de algo desconhecido e alheio.

Segundo Milton Santos (1993), a obra *O Espaço do Cidadão*, a conquista do direito é um atestado de momento de luta, mas o que deve perdurar é o cidadão ativo e responsável, pois:

A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar a sua cidadania. (Santos, 1993, p. 80)

No caso de quem defende a meritocracia sob a perspectiva neoliberal, o que resta somente é um fim para o consumo, despido de luta e sangue histórico, ou melhor, a afetividade com o outro. O ímpeto de adquirir bens e serviços faz com que uma sociedade seja projetada de fora para dentro por uma determinada classe social que defende a diminuição do Estado de direito e o aumento do livre mercado para regular as relações sociais. A desigualdade social seria uma responsabilidade do indivíduo, isoladamente, que não se capacitou nem obteve um desempenho adequado para conseguir chegar ao ou permanecer no mercado do trabalho. A resignação calculada é a condição para aceitar a desigualdade social como algo inevitável, bem como o Estado de direito reconhecido como uma fonte somente de inspiração, porém sem a pretensão de ir à luta para o benefício da coletividade e, por isso, tornando-se inalcançável para a grande maioria da população brasileira.

Num contexto, o sistema neoliberal pressiona o Estado de direito, esvaziando-o da sua importância para a melhoria da vida da população. Esse esvaziamento favorece a precarização da educação, tornando-a um nível supérfluo e passageiro como mercadoria descartável. Nesse sentido, vale citar um trecho da obra de Jurjo Torres Santomé (2003), *A educação em tempos de*

neoliberalismo que, por sinal, ele aponta o cenário do sistema neoliberal reprogramando a Educação a sua semelhança:

Dia a dia, o sistema escolar está sendo transformado em um mercado. A partir das opções ideológicas mais capitalistas e neoliberais defende-se e tenta-se impor um modelo de sociedade em que a educação acabe reduzida a mais um bem de consumo. (Santomé, 2003, p. 39)

A quem favorece as opções ideológicas mais capitalistas e neoliberais? Segundo Santomé (2003), o favorecimento decorre para a minoria da população, aumentando o seu poder sobre a grande maioria da população. Dessa forma, o que prevalece atualmente é a promoção das ideias de vida com “o aumento do consumo e, conseqüentemente, o egoísmo e a concorrência” (Santomé, 2003, p. 10), o que se aproxima da ideia de meritocracia à luz do neoliberalismo. A reprodução prática do pensamento da meritocracia à luz neoliberal, atribuindo como único caminho possível, não passa de uma falácia. Isso porque não há ascensão social, a não ser particular, isolada e limitada. A meritocracia não prevê a inclusão social, porque o seu objetivo final está justamente nela mesma, como programação do seu agir individualizado. Ela não fortalece a democracia, porque é apolítica, não quer cooperação, não quer adesão coletiva, não quer se posicionar a favor do outro, nem mesmo por conveniência.

A educação e todas as instituições que pretendem adotar seu pensamento vão programando uma desconstrução do Estado de direito e, conseqüentemente, do ideal da modernidade que previa, à luz da lei, igualdade e melhoria social. A meritocracia não se caracteriza somente pelo isolamento da competência e do desempenho individuais: o que se percebe é a promoção da fragmentação do conhecimento e da tecnologia, à luz do modelo neoliberal. Essa fragmentação ocorre pela busca em hierarquizar o

conhecimento e a tecnologia, ignorando a importância e a obtenção do benefício de todas as áreas da educação, reduzindo-as aos ditames do sistema neoliberal. Segundo Santomé (2003), uma sociedade que desacredita no valor do Estado de direito, ou melhor, do serviço público, pode presenciar alto grau de injustiça social, bem como ausência de igualdade de oportunidade que serviria como critério para a melhoria de vida. Não se pode confundir com a mera ineficiência operacional ou de perspectiva de gestão no serviço público para atacar o Estado de direito ou serviço público propriamente. A perda da capacidade crítica e de indignação por uma sociedade justa e democrática tem sua raiz na dispensa da interdisciplinaridade das áreas da Educação, afirma Santomé (2003). Nesse sentido, a fragmentação do conhecimento favorece o *statu quo*, visto que:

Essa perda do valor social do trabalho e do conhecimento também é agrupado na medida em que as instituições de Ensino Médio e as universidades apostam em uma especialização muito profunda, em que a interdisciplinaridade perde terreno. O trabalho com conteúdos culturais muito fragmentados contribui para impedir que muitas das funções ocultas desse conhecimento especializado sejam entendidas. Dessa forma, são dissimulados mais facilmente os interesses econômicos e políticos de muitas linhas de pesquisa e aplicação desse conhecimento. (Santomé, 2003, pp. 160-161)

Na luz da fragmentação, o conhecimento e a tecnologia, desde o início da modernidade, modificaram gradativamente a sua base tradicional. Segundo Américo Sommerman (2006) no livro *Inter ou transdisciplinaridade?*, as rupturas cosmológicas, antropológicas e epistemológicas começaram no século XII, passando de uma perspectiva ampla e diversa da visão judaico-cristã do mundo para uma perspectiva racionalista e empírica do mundo (Sommerman, 2006, p. 9). Para o autor, a primeira perspectiva ainda preserva o caráter circular das disciplinas, garantindo uma noção do todo, enquanto a segunda caminhava gradativamente para um reducionismo e uma

fragmentação do conhecimento. O caráter contemplativo deu lugar à razão discursiva. Segue abaixo o cenário da modernidade que resultará num processo de fragmentação da realidade e das disciplinas humanas:

as posições epistemológicas predominantes foram reduzindo o campo do conhecimento considerado verdadeiro. A hegemonia da epistemologia tradicional (multidimensional), até o século XIII, deu lugar ao racionalismo (bidimensional: matéria e espírito), no século XVII, que foi substituído pelo empirismo (unidimensional: matéria) no século XIX, e gerou posições ainda mais estreitas: mecanicismo, reducionismo e materialismo. (Sommerman, 2006, p.19)

Segundo Sommerman (2006), o reducionismo favoreceu muito o desenvolvimento tecnológico, mas também a fragmentação da realidade e das disciplinas humanas, bem como a redução do sentido da vida do homem. A discussão sugere um caminho possível de superar a fragmentação, ou seja, a transdisciplinaridade evidenciaria a pertinência e os limites de todas as disciplinas, pensando-as sempre sob o olhar do todo, e respeita a contradição que as envolve. O objetivo é pensar cada disciplina sob o olhar integrante, mesmo uma sendo contraditória em relação à outra. O olhar deve ser lançado para um nível superior de percepção, reconhecendo e recolhendo para um todo (Sommerman, 2006, pp. 19-21). Conforme o autor, o dito *Século das Luzes*, no meado do século XVIII, dava início à separação das disciplinas humanas, mas ainda havia uma predisposição para o diálogo entre elas.

A fragmentação da realidade e das disciplinas humanas aprofunda-se no século XIX. Segundo Sommerman (2006), Augusto Comte segue uma epistemologia positivista e um desenvolvimento tecnológico, apregoando uma hierarquia das disciplinas humanas. As disciplinas principais seriam: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia. As disciplinas descritivas seriam: zoologia, botânica, mineralogia, psicologia. As disciplinas de ciências aplicadas seriam: engenharia, agricultura e educação. Nesse

cenário progressivo sobre o conhecimento, a especialização das disciplinas humanas intensificou-se no século XX, concomitantemente ao desenvolvimento da tecnologia, a qual se multiplicou e se sofisticou no mercado do sistema capitalista. O resultado foi “na área da pesquisa acadêmica, ‘ilhas’ epistemológicas, dogmática e acriticamente ensinadas, sem portas nem janelas”. (Sommerman, 2006, p. 27). Conforme Sommerman (2006), na mesma época, começou a surgir proposta para a reconciliação das disciplinas humanas. Conceitos como *multi*, *pluri*, *inter* e *transdisciplinaridade* passaram a ser uma tentativa de pensar sob o olhar do todo.

Diante da procura de reconciliação, segundo Sommerman (2006), o homem ainda vive sob a produção de ciência e tecnologia, determinada pelo mercado do sistema capitalista neoliberal. A regulação desse sistema perpassa a *oferta* e *procura* para a obtenção do *lucro*. O homem e o mundo natural são deixados em segundo plano. O mundo natural foi cooptado pela ótica do sistema capitalista neoliberal como recurso inesgotável e, por isso, torna-se descartável e passível de eliminação em sua biodiversidade. Não muito diferente do tratamento que sofreu o mundo natural, o homem é considerado coadjuvante no processo de produção. O objetivo dessa produção do mercado do sistema capitalista neoliberal não é o abastecimento das necessidades e das utilidades do homem, mas o *lucro*. No meio do mercado do sistema capitalista neoliberal, o direito do homem é o consumo desmedido, independentemente do abastecimento da maioria. Na obra *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*, de Fátima Portilho (2005), o que se percebe é a impossibilidade de toda a população mundial ser atendida, bem como de o mundo natural não ser degradado continuamente diante do modo de produção capitalista neoliberal. A riqueza produzida não é para todos, eliminando-se um dos princípios da *Declaração* (1948) e,

especificamente, da *Constituição* (1988) brasileira, segunda a qual todos são iguais perante a lei. O que se apresenta de fato não é a inviabilidade do direito ou de ter direito, mas a impossibilidade da sua realização sob um modelo de produção que não atende à manutenção da população nem à preservação do mundo natural. Nesse caminho, verifica-se que:

O argumento básico que se tornou clássico, e até lugar-comum, é que 20% da população mundial, que habita principalmente os países afluentes do hemisfério norte, consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta e produz mais 80% da poluição e da degradação dos ecossistemas. Enquanto isso, os 80% da população mundial, que habitam principalmente os países pobres do hemisfério sul, ficam com apenas 20% dos recursos naturais. Ganhou força, ainda, a argumentação de que para reduzir essas disparidades sociais, permitindo aos habitantes dos países do sul atingirem o mesmo padrão de consumo material médio de um habitante do Norte, seriam necessários, pelo menos, mais dois planetas Terra. (Portilho, 2005, pp. 134-135)

O modelo de produção à luz do sistema neoliberal é insustentável e lança todos a um abismo sem precedente. A possibilidade do caos social e ambiental confirma-se com a necessidade de dois planetas para que todos os habitantes do planeta Terra pudessem consumir igualmente com uma pequena porcentagem de 20%. Nesse caminho, o Brasil há muito tempo aposta numa experiência de consumo inconsequente, por exemplo, na dita época (1969-1973) do “milagre econômico”, causando grande migração do rural para o urbano e, conseqüentemente, grande desigualdade local e social. Segundo Santos (1993), na obra *O Espaço do Cidadão*, o que se promoveu do dito “milagre” foi o egoísmo no seu maior nível, substituindo um embrionário cidadão por um consumidor. Isso decorreu devido:

O crescimento econômico assim obtido, fundado em certos setores produtivos e baseado em certos lugares, veio a agravar a concentração da riqueza e as injustiças, já grandes, de sua distribuição. Entre as pessoas e entre os lugares. Como tal crescimento se fazia paralelamente ao apelo a um consumo impossível de se generalizar, as linhas de crédito abertas para fortalecer os

produtores ajudaram a agravar as desigualdades e santificar as distorções. (Santos, 1993, p.14)

O consumo vincula-se a um mero consumo que, na maioria das vezes, não é para a supressão da necessidade do homem, mas para a manutenção do mercado capitalista neoliberal. O processo de urbanização descontrolado favoreceu o agravamento da desigualdade, mesmo como desenvolvimento do técnico-cientificismo sob o ditame do mercado do sistema capitalista neoliberal, que, gradativamente, lançou o homem num estado de inércia, tornando-o mero trabalhador pacífico a serviço de algo estranho e muito hostil. A inovação do técnico-cientificismo, à luz do sistema capitalista neoliberal, não soergueu o homem a um estágio melhor – o que se percebe é a inovação surgir cada vez mais veloz, ultrapassando a criação de postos de trabalho, um trabalho alienante e estéril. A fragmentação da realidade (ou do conhecimento) é o resultado do modo de vida atual, separando o homem (social e cultural) do mundo natural (localidade). A passividade diante de uma realidade nociva confirma um problema: a incapacidade de evitar o próprio extermínio. O homem não consegue mudar a própria realidade. Já que o mesmo não se reconhece como criador, outorga a resolução do problema a uma entidade fora dele próprio (uma divindade ou um salvador da pátria). O que fazer diante deste quadro social? A adoção da meritocracia, à luz do sistema capitalista neoliberal, cria um ambiente desfavorável para a cooperação e para a democracia, o que ainda permite o surgimento de uma figura aquém do conceito de *cidadania*:

comum a todos os países capitalistas desenvolvidos, adquire contornos diferentes, e ainda mais críticos, nos países em desenvolvimento. No caso brasileiro, o crescimento econômico baseado na racionalidade econômica manteve o modelo político e cívico subjugado ao modelo econômico. Assim, desenvolveu-se um conceito de cidadania distante da consciência de pertencimento em relação à coletividade e, através da valorização do

consumo, foi estabelecida uma ética individual que aponta para uma sociedade tecnocrática. Em lugar do cidadão formou-se o **consumidor**, que aceita ser chamado de usuário, num universo em que alguns são mais cidadãos que outros, dentro de um modelo de cidadania desigual e estratificado. (Portilho, 2005, p. 181, grifo nosso)

A passividade por aceitar a condição desfavorável do outro justifica-se no ganho particular do indivíduo com a meritocracia. Despida de afetividade social, a expansão gradativa do pensamento individualista e da indiferença social prevalece, bem como aumentam a desigualdade e degradação do mundo natural – uma ética tecnocrata a serviço do bem-estar de uma pequena minoria que, por sua vez é determinada por um modo de produção. Segundo Karl Marx e Friedrich Engels (1998), na obra *Ideologia Alemã*, é o modo de produção que determina a vida, apontando um caminho inicial para o estudo da relação social, como o surgimento de uma ética tecnocrata, visto que:

A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o *que* eles produzem quanto com a maneira *como* produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção. (Marx & Engels, 1998, p. 11)

É pertinente mencionar a citação acima, porque é uma condição para visualizar o seu próprio desenvolvimento histórico por uma vertente, visto que, no final da década de 1980, foi declarado o término da *Guerra Fria*. Essa vertente não será propriamente adotada por uma transformação total do modo de produção (revolução), eliminando qualquer exploração do homem pelo homem. O que se percebe é uma outra perspectiva que se tornou vigente com a busca de uma melhor distribuição da riqueza produzida, sem recusar o sistema capitalista nem o seu aprofundamento (sistema neoliberal e meritocracia). Conforme Harry Braverman (1987), na obra *Trabalho e Capital*

Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX, o cenário histórico favoreceu a continuidade do capitalismo, devido ao grande desenvolvimento tecnológico e científico, à crescente produtividade do trabalho e ao aumento do consumo da classe trabalhadora, influenciando, negativamente, seu ânimo revolucionário para retirar de uma pequena minoria o controle da produção. Nesse contexto, a movimentação social, em especial, a da classe trabalhadora sindicalizada, negociou a participação do seu trabalho no produto. A divergência foi inevitável entre os marxistas, a ponto de aceitarem (adaptarem), a contragosto, o modo de produção, focando somente na luta por melhoria do tipo de trabalho e nos efeitos dos processos produtivos. Essa adaptação:

assumiu formas diversas, muitas das quais podem ser encaradas agora como ideologicamente destrutivas. A filosofia atuante do marxismo, diferente de seus pronunciamentos em dias festivos, recaía cada vez mais não sobre a natureza íntima profunda do capitalismo e da posição do trabalhador dentro dele, mas sobre seus diversos efeitos e crises conjunturais. Em especial, a crítica do modo de produção cedia lugar à crítica do capitalismo como modo de distribuição. Os marxistas, impressionados talvez, e até aterrados pela imensa produtividade do processo de trabalho, perplexos ante a crescente complicação científica, participando das lutas de trabalhadores por melhorias salariais, jornadas e condições de trabalho, adaptaram-se à maneira de ver a fábrica moderna como uma inevitável mas aperfeiçoável forma de organização do trabalho. (Braverman, 1987, p. 21)

Essa crítica do modo de distribuição não leva a uma *revolução* nem contesta a incapacidade da abertura de postos de trabalho suficientes para todos; também não questiona o caos social que o capitalismo promove no processo produtivo, muito menos prevê a preservação do mundo natural. Nesse sentido, percebe-se, contemporaneamente, uma vertente adaptada, aceitando o modo de produção e seu consequente aprofundamento (sistema neoliberal e meritocracia). No meio da produção da vida, previsto na obra de

Marx e Engels (1998), como uma linha divisória não ocupada, os direitos humanos com a *Declaração* (1948) estão do outro lado dessa linha, ocupando como uma aposta diferente, seguindo por uma vertente voltada para a consolidação do Estado de direito (Estado moderno), mesmo se considerando o modo de produção capitalista como um fator determinante da vida humana e predatória do mundo natural. Na área da educação, o modo de produção influencia decisivamente o desenvolvimento do conhecimento, à luz do sistema neoliberal, fragmentando-o continuamente, o que, por sua vez, gerou negativamente um panorama de incapacidade do homem para o exercício prático, autônomo e autêntico, no mundo social e no mundo natural.

A superação da fragmentação do conhecimento pode ser possível, e a proposta recai sobre o conceito de *cidadania* como política educativa, à luz da missão dos Institutos Federais. No cenário mundial, percebe-se que o homem se torna gradativamente incapaz de transformar o entorno para melhoria da própria vida, agravando continuamente a sua condição social. No Brasil, por exemplo, o rompimento da barragem de fundão de uma empresa estrangeira locada no subdistrito Bento Rodrigues da cidade Mariana, no Estado de Minas Gerais, causou grande desastre ambiental, comprometendo um importante rio local e seu ecossistema e, do lado social, a população local, desmobilizada, não tem o devido apoio da instância jurídica brasileira, permanecendo em condição de total miséria e sem indenização. A tragédia toda ocorrida naquela localidade confere com a incapacidade de como o homem está posto no mercado do trabalho, fragmentado no processo de produção e alheio ao mundo natural, sem voz nem poder de decisão nas instâncias superiores do Estado. O conhecimento produzido no mercado do trabalho, à luz do sistema neoliberal, não é para a emancipação da condição social nem ambiental. Percebe-se a intensificação do *statu quo* (acrítico e apolítico) no processo de

produção pelo mercado de trabalho. Conforme Freitas, Silva e Menezes (2016), no artigo *O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres*, o que se percebe são a incapacidade da condição humana e a crescente degradação do mundo natural:

Ao longo do século XX e, mais particularmente, nos últimos 50 anos a exposição das pessoas aos riscos de desastres vem crescendo no Brasil e no mundo mais rapidamente do que as capacidades de redução da vulnerabilidade, resultando em intensos e extensos (no tempo e no espaço) impactos. Nesta perspectiva, o desastre da Samarco deve ser compreendido não como uma excepcionalidade, mas sim como parte dos custos humanos, sociais e ambientais que esse tipo de desastre vem provocando no mundo. (Freitas, Silva & Menezes, 2016, p.25)

O alerta dos autores (2016) faz parte do pacote negativo (consequência) do caminho direcionado por uma vertente, ou seja, um custo a ser pago, adaptando-se ao modo de distribuição, sem criticar o modo de produção – o que resta é a busca de melhoria sob a condição posta. Nessa linha do modo de distribuição, a *Declaração* (1948) passa a ser um caminho para adotá-la e creditá-la na busca de melhoria do mundo social e do mundo natural. Nada está perdido, apesar de o desafio ser enorme e limitante.

Nesse sentido, a dissertação apresenta um possível limite por adotar a linha dos direitos humanos, mas não é menos desafiadora, visto que a realização do conceito de *cidadania* depende da posição do homem diante do mundo social e do mundo natural. O desafio é pôr em prática o conceito de *cidadania* como ativa e responsável, bem como saber até que ponto os Institutos Federais, especificamente o *Campus* Uberlândia, apresentam-se como perspectiva crítica que contrarie o anseio do mercado de trabalho, à luz do sistema capitalista neoliberal, produzindo conhecimento e tecnologia para a maioria da população brasileira. Será que a missão dos Institutos Federais,

em especial a do *Campus* Uberlândia, realmente produz uma alavanca para soerguer a condição social dos (as) educandos (as), propiciando autêntica transformação, ou seja, tornando-os (as) agentes ativos do processo no mercado de trabalho? Em que medida o conceito de *cidadania* pode contribuir para a realização da missão dos Institutos Federais, ou melhor, a do *Campus* Uberlândia, durante e após o ciclo de formação?

3.2.CIDADANIA: POR UMA VIDA AUTÊNTICA NA ATUALIDADE

Como categoria política, a cidadania pode e deve submeter-se a diversas propostas de realização: estamos no terreno de uma ideia que busca, de um lado, a sua teoria e que, de outro, busca a sua prática possível. (Santos, 2011, p.160)

Nesse tema, a dissertação não somente identifica um impasse da inoperância do Estado de direito (Estado moderno), mas também apresenta a solução pela busca da autenticidade do homem sob a perspectiva do conceito de *cidadania*. No artigo *Direitos humanos, cidadania e globalização*, J. A. Lindgren Alves (2000) visualiza a globalização sob a perspectiva econômica. O autor (2000) acredita que tal perspectiva inviabilizaria a soberania e afetaria dramaticamente a *cidadania* de cada povo. O conceito de *cidadania*, desde a *Revolução Francesa*, ultrapassou a soberania absolutista. No entanto, a preocupação do autor se mostra evidente no processo de supervalorização da economia neoliberal do sistema capitalista em detrimento do social:

Não tanto porque a globalização tende a descolar a soberania para as supranacionais, mas porque os agentes econômicos transestatais e as tecnologias da comunicação instantânea praticamente inviabilizam seu exercício. Ao inviabilizar o exercício da soberania, a globalização incontrolada

engendra o risco de anular a cidadania e, com ela, os direitos humanos. É preciso, portanto, encontrar meios de resgatar a cidadania ainda que modificada, para que a convivência humana não retorne aos modelos hobbesianos, seja “lei da selva”, do homem como lobo do homem, seja o da solução absolutista, esmagadora dos direitos. Os meios talvez possam ser os próprios direitos humanos, utilizados no discurso contemporâneo de maneira distorcida, devidamente reenfocados em sua viabilidade. (Alves, 2000, p. 185)

Nessa citação, Alves (2000) propõe o resgate da “cidadania ainda que modificada”. O autor (2000) reconhece que os meios do resgate podem ser os próprios direitos humanos, mesmo que o discurso contemporâneo configure distorcido. O que vale é impedir o avanço predatório dos “agentes econômicos transestatais e as tecnologias da comunicação instantânea” que, por sua vez, à luz do sistema neoliberal, incapacita o exercício da cidadania.

A inquietação de Alves (2000) remonta à possibilidade de o homem retroceder ao modelo hobbesiano ou ao modelo absolutista (totalitário). São dois modelos incompatíveis em relação ao conceito de *cidadania* e ao de direitos humanos. Isto porque o homem não teria sua necessidade e sua utilidade, consideradas pertinentes diante do direito. Em geral, um se caracteriza pela ausência (hobbesiano) e outro pela supressão (absolutismo) do direito. Conforme Alves (2000), a declaração de direitos foi proclamada em 1789 (*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*). Ela passou a ser adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Assembleia Nacional Francesa. E depois ficou conhecida como a *Declaração* (1948). Iniciam-se uma definição nova de soberania estatal (Estado moderno) e um novo conceito de *cidadania*.

Nos documentos produzidos, a Assembleia Nacional Francesa concedeu sua primeira definição de *cidadania* e de soberania estatal para a modernidade. Uma linguagem abstrata e de efeito universalizante. Esta definição defendia direitos como inerentes à natureza humana. O homem era

defendido pelo direito de liberdade, de propriedade, de segurança e de resistência à opressão. A soberania era definida pelo próprio território, ou seja, nos limites de uma nação. Acredita-se na perspectiva marxista que os direitos adquiridos sejam apenas um caráter jurídico formal diante da realidade, quando se defendia a *propriedade privada* como inerente à natureza humana. A *cidadania* na política, sob o sistema capitalista, seria um artifício para dispersar a *luta de classe*, uma condição desmobilizante. Por outro lado, acredita-se nas concepções não marxistas segundo as quais os direitos seriam conquistas e pontos de partida para a melhoria da vida (econômica e social) do homem sem a necessidade de revolucionar o mundo.

Independentemente da aposta conceitual, o homem precisa retomar e criar perspectiva para evitar algo indesejado maior, e um dos caminhos plausíveis pode estar no conceito de *cidadania* para escapar do próprio extermínio. A modernidade defendia uma razão sóbria (preventiva e crítica) e não cega (inconsequente). O progresso técnico-científico é muito rápido, porém o avanço social não o acompanha e, às vezes, até regride. Os direitos fundamentais e inalienáveis (político e civil) são supervalorizados como “de primeira geração” e se diferem de outros direitos (econômico e social), os “de segunda geração”. Conforme (2000), o tratamento diferenciado dos direitos não deveria separar um do outro, mas o que ocorre é justamente o contrário, a fragmentação:

Desde que afirmaram como tema legítimo da agenda internacional, entre os propósitos das Nações Unidas, os direitos humanos sempre padeceram de desequilíbrio em seu tratamento em favor dos direitos “de primeira geração”. A essencialidade de todos os direitos e liberdades fundamentais, conquanto evidente na igual importância atribuída pela Declaração Universal a todos os direitos por ela relacionados, nunca se traduziu com adequação no próprio Direito Internacional dos Direitos Humanos. Os dois pactos de 1966, um sobre direitos civis e políticos e outro sobre direitos econômicos, sociais e culturais, que dariam natureza jurídica obrigatória aos dispositivos da Declaração

Universal, ainda que aprovados pela ONU simultaneamente (e sem abrigarem o direito à propriedade), eram profundamente diferentes em termos mecanismos de proteção. (Alves, 2000, p.188)

Esse tratamento diferenciado (“primeira geração” e “segunda geração”) passou a ser intensificado com o término da *Guerra Fria* (década de 1980) entre os países que adotavam o sistema capitalista e o sistema socialista real. Nessa guerra, o capitalismo saiu vencedor, tornando-se o único regulador econômico mundial. A ascensão dos países capitalistas acelerou o processo global da economia, intensificando a separação dos dois pactos acima citados. O sistema capitalista neoliberal começou a influenciar todos os países, em especial, os de regime autoritário, que foram destituídos, paulatinamente, no cenário mundial. Acredita-se na intensificação do sistema capitalista neoliberal para alcançar uma democracia e uma liberdade política diante de um regime autoritário. O resultado não é tão satisfatório como se deduz, não acontecendo nenhuma melhoria; na verdade, aponta-se uma piora. Nos países já sob uma determinada democracia, questiona-se ainda a sua inaptidão técnico-científica, justificada por uma discrepância descomunal diante de países desenvolvidos. Esse não acompanhamento do modelo tecnológico e científico, à luz do sistema capitalista neoliberal, é atribuído ao atraso do sistema trabalhista e previdenciário. Acusa-se ineficiência do processo produtivo desses países em desenvolvimento, visto que, sem um modelo tecnológico e científico para competir e igualar com os países desenvolvidos, o que resta é atingir os direitos conquistados com muito custo e sangue. Nesse sentido, a precarização e/ou a eliminação dos direitos do homem são continuamente alimentadas pelo sistema capitalista neoliberal. E, portanto, ser cidadão passa a representar um desafio inalcançável para muitos, atestado um processo de degradação humana mediante o crescente

aumento do desemprego, da miséria e da desigualdade social, o qual pode chegar a um nível insustentável, resultando até no próprio extermínio.

O efeito do desenvolvimento técnico-científico, à luz do sistema capitalista neoliberal, também vem causando enorme problema ao mundo natural, ou seja, há outro processo de degradação que, por sua vez, pode acelerar o extermínio do próprio homem. Nesse desenvolvimento, o mundo natural passa a não ter propósito em si mesmo, mas apenas para o descarte desmedido do modo de produção do sistema capitalista, tornando-se objeto de exploração predatória. No artigo *Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade* (2003), Pedro Jacobi menciona um período de intensa discussão sobre a responsabilidade do homem para com o mundo natural e para com o seu semelhante. A degradação do mundo natural e a crescente desigualdade geraram várias conferências desde a década de 70. O *Relatório Brundtland* (1987) originou-se dessas conferências e veio a ser mais bem conhecido como *Nosso Futuro Comum*. Conforme Fátima Portilho (2005), em *Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania*, a proposta de um *desenvolvimento sustentável* advém do relatório:

da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, *Nosso Futuro Comum*, publicado em 1987, sustenta que os países em desenvolvimento estão cercados por sérios problemas ambientais amplamente atribuídos aos efeitos da pobreza, crescimento populacional e iniquidade, nos termos do comércio internacional e do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, o relatório da ONU enfatiza claramente a chamada “poluição da pobreza”, omitindo ou aliviando a “poluição da riqueza”. A questão não é mais apenas o aumento populacional, mas também e principalmente a miséria a que os países do Sul estão condicionados, o que levaria à necessidade de exaustão dos recursos naturais, aumentando a pressão sobre o meio ambiente. (Portilho, 2005, p. 49)

Nesse relatório, a ideia de *desenvolvimento sustentável* foi bem defendida. Essa ideia não ignora a condição do homem nem do mundo natural.

Entretanto, os defensores do modo de produção do sistema capitalista neoliberal ignoram e propagam um discurso benevolente, apaziguador, ou seja, sem questionar o modo de produção do sistema neoliberal e suas consequências. O que se constata é a não realização na prática, confirmando o crescente problema ambiental e social. No artigo de Jacobi (2003), a preocupação comum a ética de responsabilidade precisa ser promovida para ultrapassar as omissões do modo de produção do sistema neoliberal. Conforme Fátima Portilho (2005), o ponto-alvo para os defensores do modo de produção do sistema capitalista neoliberal é continuar a sua produção, ainda que haja:

iniquidade na distribuição, acesso e gestão dos recursos naturais do planeta, os valores da sociedade moderna e os estilos de vida e padrões de consumo desiguais permaneceram distantes da problemática ecológica, pelo menos dentro do discurso hegemônico. (Portilho, 2005, p. 48)

Há uma problemática nova ou uma constatação da fragmentação do conhecimento entre o mundo social e o mundo natural? O que há é justamente o tratamento de uma pequena minoria à luz do sistema neoliberal, que determina a promoção do conhecimento, da tecnologia, da riqueza e da sua distribuição e dos valores sobre os dois mundos. O resultado do tratamento é a sua separação com legislações dissociáveis. Pensar o mundo social fora do mundo natural, e vice-versa, tornando-os reciprocamente hostis. Segundo Portilho (2005), os defensores do capitalismo do sistema neoliberal apontam um discurso para a sustentabilidade ambiental e social, ou seja, eles creditam ao desenvolvimento técnico e tecnológico das atividades produtivas a condição para a resolução dos problemas (ambientais e sociais). A investida se restringe à nova legislação, às agências regulatórias ambientais, à intensiva promoção de novas tecnologias e às técnicas de

produção limpa, tendo em vista a redução dos impactos ambientais. A deterioração ambiental é vista como oportunidade para expandir o mercado da produção com novos pressupostos sob a velha base, o *Lucro* a todo custo, “a integração dos constrangimentos ecológicos à lógica capitalista”. (p.48).

O assunto do mundo social e do mundo natural deve ir além da perspectiva do modo de produção do sistema capitalista neoliberal. Essa problemática precisa de outra corrente (outras correntes) de pensamento, colocando o homem como passível de mudança no seu modo de ser. Nesse sentido, o homem deve ser posto como sujeito ativo não apenas em aspecto cognitivo, mas como agente social, ou melhor, como ser social. Conforme o artigo *Horizontes de diálogo em Educação Ambiental: contribuições de Milton Santos, Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire*, Sandro Castro de Pitano e Rosa Elena Noal (2009) descrevem três personagens como alegóricos do pensamento interdisciplinar (Geógrafo, Filósofo e Educador) para criticar o pensamento isolado e fragmentado, vigente do modelo do sistema capitalista neoliberal.

No artigo de Pitano e Noal (2009), o que se percebe é a busca de um pensamento conciliador e crítico da condição imposta pelo sistema capitalista neoliberal. Segundo Pitano e Noal (2009), Jean-Jacques Rousseau (1712-1776) representa um ponto de partida do homem e da sua condição: o personagem Filósofo identificou um processo de degradação do mundo natural e de desigualdade do mundo social. Nesse artigo, explica-se um processo de ruína natural e social, à luz de Rousseau, seguindo um dos seus três princípios (*piedade, bondade natural e perfectibilidade*) do homem, a *bondade natural*, ou melhor, a *preservação de si mesmo*, que estaria prevalecendo sobre os demais princípios e causando grande instabilidade:

É inexplicável e imprevisível interação de todos caracteriza e diferencia de forma incisiva o homem social do homem natural. É importante salientar que, dos princípios originais (bondade natural, piedade e perfectibilidade), uns acabam minimizados, ao passo que outros ganham vulto maior e determinam, por isso, uma diversidade tão ampla entre os estágios da história humana, bem como entre os homens já em sociedade. É bem provável que os sentidos de conservação da espécie corporificados pela preferência de si mesmo, tenha se sobreposto à piedade, ocorrendo o mesmo com a perfectibilidade. (Pitano & Noal, 2009, p. 287)

Há outros modos de se pensar o homem antes e depois da sociabilidade, o homem não é um objeto pronto e acabado, mas um sujeito a ser construído continuamente. Conforme a citação acima, Pitano e Noal (2009) dizem que o filósofo Rousseau discorre sobre o homem e sua passagem do estado natural para o social, ou melhor, de um estado natural considerado hipotético e não histórico.

Modos de pensar o homem percorrem as correntes filosóficas da modernidade. Em geral, o que se almeja dessas correntes é creditar ao homem a possibilidade de mudança como sujeito da História. Um caminho a ser seguido por todos e que, independentemente das hipóteses filosóficas ou históricas da natureza humana, deve permitir novas possibilidades de pensar o homem no mundo natural, e vice-versa, projetando-os – homem e mundo natural – dialeticamente na realidade social como diálogo da mesma para transformá-la numa condição melhor do que a vigente.

Segundo Pitano e Noal (2009), o personagem filósofo Rousseau propunha uma educação ao homem. Esta educação seria o caminho para aprimorar o *homem social* pelo *homem natural*, amenizando uma condição real, ao mesmo tempo em que proporcionaria um equilíbrio social, por meio dos três princípios do filósofo Rousseau.

Não muito diferente do personagem do filósofo Rousseau do artigo de Pitano e Noal (2009), vale mencionar e aproximar o geógrafo Milton Santos,

que é autor do artigo *Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento* (2003) e defende aquilo que distingue o homem dos animais: “o fato de que ele é portador de utopia” (Santos, 2003, p. 310). Segundo Santos (2003), a utopia é um termo desacreditado atualmente, porque o seu descrédito adveio da aproximação entre “(...) técnica – isto é, modos de fazer – e a ciência – produção na mente dos modos de fazer a partir dos modos de ser – começa a se tornar algo impossível.” (p. 310). O resultado é a estagnação, já que o homem não pensa no *dever-ser* como algo novo ou possível, e resigna a uma luta por sobrevivência, sob o ditame do sistema capitalista neoliberal, considerado o único modo de ser, conforme presumia o personagem Rousseau do artigo de Pitano e Noal (2009): um princípio se sobrepôs aos outros. O trabalho passa a ser apenas trabalho, competição interminável, não uma via de transformação da realidade do sujeito.

Na mesma linha do artigo de Santos (2003), o pedagogo Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), propõe uma educação transformadora da realidade do oprimido, distinta da educação denominada “bancária”, aquela que reforça o *statu quo*, vazia de propósito e alheia à realidade do educando e da comunidade:

A educação bancária, em cuja prática se dá a inconciliação educador-educandos, rechaça este companheirismo. E é lógico que seja assim. No momento em que o educador “bancário” vivesse a superação da contradição já não seria “bancário”. Já não faria depósitos. Já não tentaria domesticar. Já não prescreveria. Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com ele, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da liberdade. (Freire, 2005, p. 71)

Assim como Freire (2005), Santos (2003) sugere grandes mudanças na educação, as quais somente ocorreriam por grandes produções de ideias (Santos, 2003, p. 310). Assim como pensa Freire (2005), a ruptura com a educação bancária proporcionaria uma vida cidadã, autêntica, ativa e

responsável. O que se percebe é a contradição existente na finalidade do sistema capitalista neoliberal. A preocupação com o modo de produção e a criação do posto de trabalho, à luz do sistema neoliberal, não estão comprometidas com as ideias de sociabilidade, de cooperação de solidariedade e de proteção do mundo natural, mas com o *lucro*, advindo da competitividade: oferta e procura.

O conceito de *cidadania* retoma o seu significado de igualdade de oportunidade desde a *Declaração* (1948), que integra a missão dos Institutos Federais, e não se limita à passagem de ano do educando nem se preocupa com o seu lançamento individualmente ao melhor grau social. Essa integração, do ponto de vista de outro sentido para a educação, visa a promover uma condição política para contrapor a finalidade máxima do capitalismo neoliberal, o *lucro* a todo custo em detrimento da grande maioria da população. A proposta seria uma nova utopia, uma melhor possibilidade, tendo em vista a verticalização do conhecimento, colocando o homem como protagonista do mundo social, ativo e responsável, bem como defensor do mundo natural. Conforme Pacheco (2011), a criação dos Institutos Federais justifica-se quanto à tentativa de verticalização do conhecimento, rompendo com uma educação “bancária” e hierarquiza da própria do sistema neoliberal, pois:

Para efeito de compreender o avanço no sentido da verticalização, é importante destacar a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica (entendendo-se essa integração em novos moldes). Essa proposta, além de estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e os conhecimentos e habilidades relacionados ao trabalho, além de superar o conceito da escola dual e fragmentada, pode representar, em essência, a quebra da hierarquização de saberes e colaborar, de forma efetiva, para a educação brasileira como um todo, no desafio de construir uma nova identidade para essa última etapa da educação básica. (Pacheco, 2011, p. 26)

A importância dos Institutos Federais se apresenta, porque se acredita que a educação seja um fator possível de transformação social que compartilha também um novo trato com o mundo natural. Segundo Pacheco (2011), o objetivo dos Institutos Federais de superar a escola dual, isto é, a de classe proletária e burguesa ou de pobre e rico, e sua fragmentação, recaem na busca do fim da hierarquização do conhecimento. Uma escola que orienta a educação rumo à meritocracia, à luz do sistema neoliberal, não cumpre definitivamente o seu papel maior, qual seja, o de melhorar o todo tempo a vida de todos. À luz do que se espera da educação como papel para a vida toda, o valor da obra *Educação: um tesouro a descobrir*, de Jacques Delors (2002), ganha um sentido para além da educação do sistema neoliberal ou da reprodução da escola dual mencionada anteriormente por Pacheco (2011). Essa obra de Delors (2002) e a aproximação com o conceito de *cidadania* integrada à missão dos Institutos Federais, em especial à do *Campus* Uberlândia, projetam uma defesa da participação de uma vida cidadã ativa e responsável. Assim, a obra de Delors (2002) também se faz presente no papel da educação, antevendo uma pergunta que o leva para o sentido da educação, a saber: “viver juntos, com que finalidades, para fazer o que?” (Delors, 2002, p. 60). Essa pergunta pelo sentido da educação, Delors (2002) recusa a doutrinação por códigos e diretrizes, mas propõe o engajamento da escola para a participação de toda a comunidade e do educando no exercício prático dos direitos e deveres, atendo-se ao limite da sua liberdade com a do outro, tendo em vista a resolução de problemas concretos de toda a localidade – uma educação para a cidadania com a participação de todos, visando a um aspecto além da formalidade educacional. Segundo o autor, a educação será para a vida toda e, por isso, ela deve ser o guia contínuo, já que:

se busca uma relação sinérgica entre a educação e a prática de uma democracia participativa então, além da preparação de cada indivíduo para o exercício dos seus direitos e deveres, convém apoiar-se na Educação permanente para construir uma sociedade civil ativa que, entre os indivíduos dispersos e o longínquo poder político, permita cada um assumir a sua parte de responsabilidade como cidadão ao serviço de um destino autenticamente solidário. (Delors, 2002, p. 63)

Conforme Delors (2002) afirma, a dispersão dos indivíduos e o longínquo poder político não são motivos para a não atuação da educação nem a participação ativa (prática) e responsável do cidadão. Uma questão que se junta à responsabilidade e à atividade é a importância do docente para o educando na obra *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996). Nessa obra, Freire (1996) promove uma discussão sobre a responsabilidade do educador para com o educando. A ética é uma postura que o educador deve tomar para si e não temer em assumir no momento de aula. A postura não deve ser absolutista, como detentor da verdade sobre todas as coisas, mas o reconhecimento de uma postura sobre todas as coisas como passível de erro ou questionamento diante do educando. Para Freire (1996), a educação significa mais que treinar uma técnica ao educando, ela perpassa acima do sistema capitalista neoliberal como busca de outro horizonte social ou outro modo de ser no mundo. O pensamento único é evidente no sistema capitalista neoliberal e não credita outro horizonte social, ou melhor, outro modo de sociabilidade. A ética se faz pela natureza humana social e histórica. Nesse sentido, a natureza humana se alimenta socialmente na História, visto que:

É uma natureza em processo de estar sendo com algumas conotações fundamentais sem as quais não teria sido possível reconhecer a própria presença humana no mundo como algo original e singular. Quer dizer, mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si

mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. (Freire, 1996, p. 18)

Na citação acima, Freire (1996) evoca a condição humana como presente no mundo e sua responsabilidade, o homem enquanto ser ético no mundo. Pensar a natureza humana como produto determinado do mundo, da cultura, da classe, da religião é pensar que a própria natureza humana é despida de responsabilidade, logo despida de ética. Na História, o homem se faz presente no mundo, em seus modos de ser e em suas possibilidades. O pensamento Freire (1996) se aproxima muito do filósofo Giambattista Vico (1668-1744). O filósofo italiano, na obra *De Antiquíssima* (1993), defendia o conceito de *verum-factum convertuntur*, isto é, o verdadeiro é ter feito, e vice-versa (p. 71). O pensamento faz-se presente no mundo social e este se faz no pensamento. A sua postura abriu condição para ele pensar, em *Ciência Nova* (1999), o homem sob a perspectiva do estágio histórico do mundo social, visto que o homem o criou, logo pode conhecê-lo (Vico, 1999, pp. 131-132). A validação do mundo social garante aprofundamento do pensamento e do próprio mundo criado para o homem poder atuar como protagonista na História. O pensamento já humanizado torna-se o início para agir (intervir no mundo social). Dessa forma, o pensamento realiza-se de dentro para fora e de fora para dentro e dá-se pelo aprender-fazendo como contínua retomada. Na mesma direção viquiana e freiriana, o pensamento de Santos (2011), na obra *O Espaço da Cidadania e Outras Reflexões*, também aponta para um caminho a seguir, em especial sobre o conceito de *cidadania* e o seu processo de contínua retomada. Segundo Santos (2011), o que deve ser cultivado por toda a vida é uma educação por meio do conceito de *cidadania*, visto que:

sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou declaração de intenções. Ela tem seu corpo e seus limites como uma situação social, jurídica e política. (Santos, 2011, p. 82)

A discussão do conceito de *cidadania* torna-se uma oportunidade para saber o sentido (a razão) da educação, do trabalho, da ciência e da tecnologia, como condição política para o homem se protagonizar na modernidade. Um dos ambientes para inserir o conceito de *cidadania* deve ser cultivado na educação. Nesse ambiente, percebe-se que Santos (2011) credita à cidadania a condição para a aprendizagem, ainda que a mesma tenha limite – social, jurídica ou política. Essa limitação não deve ser a razão para desistir da vocação do homem. Pode-se confiar na educação como um dos ambientes emancipatórios para a cobrança e indicação de caminho para o protagonismo. O homem não pode aceitar passivamente ser coadjuvante de um modelo econômico que o posiciona fora da sua vocação: ser o protagonista da sua criação, o mundo social. A ameaça da inoperância do conceito de *cidadania* apresenta-se cada vez mais como um fato real, quando ele não é cultivado na prática. A promoção conceitual e histórica depende do ambiente frutífero das relações sociais. Não por acaso, Santos (2011) afirma que a “cidadania se aprende” e alerta que não basta obter um estado de espírito ou uma declaração de intenção. Qual ambiente frutífero melhor para se aprender? Eis uma das perguntas que percorrerão toda a dissertação. Nesse sentido, a missão dos Institutos Federais pode ser um desses ambientes frutíferos, assim como outros ambientes frutíferos podem contribuir com a missão dos Institutos Federais. Conforme afirma Pacheco (2015), na obra *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação*

profissional e tecnológica transformadora, é um desafio dos Institutos Federais, pois:

O que está em curso, portanto, reafirma que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manterem-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (Pacheco, 2015, p. 15)

A criação dos Institutos Federais confirma a sua importância para contrapor a perspectiva da meritocracia à luz do sistema capitalista neoliberal. As suas características e finalidades manifestadas nos incisos de I a IX do art. 6º da Lei n. 11.892/2008 não se contentam com uma condição de vida, ainda que haja um aceite do modo de distribuição, sem questionar o modo de produção capitalista. O que se percebe é a procura por uma vida melhor, uma educação vertente a transdisciplinaridade, com vistas à preservação do mundo natural e ao desenvolvimento sustentável do mundo social. Essas características e finalidades dos Institutos Federais propõem um novo modo de produção de conhecimento que, por sua vez, atenta para a emancipação do educando e da comunidade local, contrapondo-se a um modelo de vida precarizante e excludente.

Os Institutos Federais tornaram-se possíveis a partir da *Declaração* (1948) e da *Constituição* (1988), buscando a sua prática no mundo social e no mundo natural. Sabe-se que se faz necessário o cultivo contínuo para a preservação dos benefícios sociais conquistados e a obtenção de novos benefícios sociais, transformando-os em direito. Tudo é passível de se desfazer, caso não haja interesse e participação de toda a comunidade local. O não enfrentamento da

realidade desumanizante passa a ser o resultado da falta de interesse e de participação, perpetuando uma condição insustentável para o mundo social e para o mundo natural.

Dada a necessidade de posicionamento do protagonista da História diante de uma realidade desumanizante, vale mencionar de Paulo Freire (1980) a sua obra *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação*, que retoma uma perspectiva de utopia como conhecimento crítico que, somente torna possível na prática sobre uma realidade conhecida para denunciá-la. Conforme Freire (1980), a transformação da realidade apenas ocorre quando se pode conhecê-la para denunciá-la – conhecendo-a se anuncia na prática uma possível realidade diferente. A educação é uma fonte inesgotável de possível transformação da realidade, porque permite inserir ou apresentar algo novo. Nesse sentido, a educação é um ambiente certo e frutífero para a conscientização, visto que está:

evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente: a partir do momento em que denunciamos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos; é o perigo das revoluções quando deixam de ser permanentes. (Freire, 1980, p.28)

A citação mencionada exige uma postura do homem diante do Estado de direito (Estado moderno) que ultrapasse a burocratização e promova o fortalecimento da democracia, tendo em vista sempre a inclusão social como projeto para melhoria da vida no mundo social e no mundo natural. Segundo Freire (1980), o comprometimento permanente do homem é fundamental para uma contínua transformação da realidade e não resignação diante da burocracia do Estado de direito.

Dessa forma, o protagonismo do homem se faz necessário sempre, ainda mais onde impera um modelo excludente, como a meritocracia à luz do sistema neoliberal. A busca por uma cidadania ativa e responsável confirma sua postura diante da realidade vigente que não concede a melhoria da vida e a preservação do mundo natural, proporcionando uma realidade desumanizante na qual uma pequena minoria se aproveita da riqueza produzida. Uma postura cidadã não se limita à mera norma do direito e pode ser salutar para a missão do IFTM, especificamente do *Campus* Uberlândia, sendo um alicerce que favorecerá o fortalecimento da democracia e a inclusão social.

O local da educação deve provocar e semear o diálogo de todas as perspectivas, contemplando a vida toda e permitindo sempre a discussão, inclusive o contraditório, para que seja possível acolher as diversidades da realidade de forma pacífica e responsável. Esse local deve estar vivo com a participação de todos, para propiciar o enriquecimento de ideias e seu papel social diante da própria localidade.

Uma das possibilidades para a concretude da missão dos Institutos Federais, adotada por uma cidadania ativa e responsável, é a Coordenação de Assistência Estudantil, advinda de uma extensão do *Campus* Uberlândia, como um caminho que promova condição para o educando permanecer no mesmo *campus* e desenvolva a sua capacidade integral, social, intelectual e ambiental. O objetivo dessa coordenação é garantir a missão do Instituto Federal, prevendo a democracia e a inclusão social como roteiro para contemplar toda a vida do educando. A contribuição dessa coordenação está evidenciada na análise e discussão da pesquisa de campo.

A busca por uma cidadania ativa e responsável também perpassa a Coordenação de Assistência Estudantil bem como a missão do *Campus*

Uberlândia, visto que o benefício concedido por modalidade permite ao educando criar a sua oportunidade de crescimento individual e social. A postura do educando é fundamental, compreendendo-se que o benefício é um direito que visa ao cumprimento da missão institucional. Sabe-se da desigualdade social de realidade brasileira, ainda que a *Constituição* (1988) preveja, por meio do direito, o tratamento igual para todos e o dever do Estado de ofertar educação. Essa coordenação não se limita a conceder benefício somente do ponto de vista da desigualdade; ela também permite ao educando participar de inúmeras atividades extracurriculares que proporcionam o seu desenvolvimento além da sala de aula, a exemplo das visitas técnicas e das atividades esportivas, acadêmicas e culturais.

O desafio da Coordenação de Assistência Estudantil é manter os benefícios e consolidá-los, de modo que o educando compreenda o seu papel no mundo natural e a realidade social e não se permita acomodar sob uma condição social estática. Nesse sentido, o que se deve procurar atualmente é uma vida autenticamente cidadã que defenda toda a comunidade local e permita que a *Constituição* (1988) seja o reflexo da realidade, sem ruptura, uma auxiliando a outra para a melhoria da vida de todos os brasileiros e a preservação do mundo natural.

A tarefa é árdua: pôr em prática o direito, bem como a criação de novo direito pela prática. O direito e a prática caminham dialeticamente para produzir conhecimento crítico, denunciando e anunciando. Nesse sentido, a denúncia e o anúncio dependem da postura de todos (as) diante do mundo natural e do mundo social. Operacionalizar denúncia e anúncio se faz necessário para que haja construção de uma cidadania ativa e responsável, servindo de alicerce para a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia.

Eby (1976) apresenta o desenvolvimento da educação na Europa ocidental e na América: a emancipação do indivíduo se apresenta no horizonte nos meados do século XVIII sobre o eclesiasticismo, o dogmatismo filosófico, a escravidão econômica e a política. Essa emancipação refletiu a perda de controle da igreja a cada dia para o Estado. Nessa mudança de controle, as doutrinas de igualdade e de direitos naturais passam a ser objetivo de luta por toda parte da Europa ocidental e da América. Nessa direção, é importante mencionar o pensamento de Bobbio (1992), visto que a transição das ideias para prática torna-se a sua tarefa de reflexão, uma possibilidade de mudança na ordem social.

As obras de Eby (1976) e de Bobbio (1992) conduzem a busca por uma praticidade nas transformações sociais. O novo conceito de Estado se posiciona para servir ao anseio externo entre o direito natural (teórico) e o direito positivo (prático), que passa a ser um desafio à condição humana. Reconhece-se o novo horizonte histórico, que não depende de boa vontade dos que declaram nem dos que protegem os direitos do homem, mas, conforme Bobbio (1992), precisa de condições objetivas. Ele não recusa a *Declaração* (1948), mas aponta que deve precisar de algo a mais, mediante a participação ativa e responsável, tendo em vista a melhoria de vida. Conforme Bobbio (1992), a origem dos direitos perpassa também as manifestações sociais, antevendo novas necessidades.

O surgimento do Estado de direito (Estado moderno) se faz com a postura do cidadão sempre ativo e responsável nas decisões comuns. Nesse caminho, Bobbio (1992) compreende que deve ser ainda almejada e defendida a *Declaração* (1948) diante de inúmeras perspectivas sociais e individuais. O Brasil é um dos Estados-Nações que, por meio da sua *Constituição* (1988), adotaram a *Declaração* (1948) como perspectiva a ser almejada e protegida.

A educação é a busca pela *Constituição* (1988) brasileira como direito de todos e dever do Estado para melhoria da vida da população e de sua localidade. Acredita-se que o conhecimento possa posicionar o cidadão como protagonista no cenário brasileiro. A promoção do conceito de *cidadania* na educação fortalece a democracia, bem como coloca na ordem do dia a inclusão social como objetivo-fim.

A criação dos Institutos Federais perpassa o tema da dissertação: *Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/Campus Uberlândia*. Esses institutos surgiram dos princípios da *Constituição* (1988) e dos direitos humanos. A promoção do conceito de *cidadania* torna-se um caminho para o fortalecimento da democracia e da inclusão social. A resposta à pergunta do ponto de partida inicia-se com o surgimento do Estado de direito no Brasil, sob a perspectiva da *Constituição* (1988). Esse Estado permitiu a criação dos Institutos Federais, que, por sua vez, adotaram uma missão, promovendo a democracia e a inclusão social. As finalidades e as características advindas dos Institutos Federais apontam para uma busca de educação atenta para a melhoria da vida da maioria da população brasileira. Essa educação pretende não ser fragmentada, visando aos princípios constitucionais brasileiros, tendo em vista a integridade do conhecimento, das relações sociais e do mundo natural.

Um dos pontos desfavoráveis do sistema capitalista sob a perspectiva neoliberal é a promoção da fragmentação do conhecimento, esvaziando a *Constituição* (1988) e implementando uma educação como mero instrumento do educando para conseguir um posto de trabalho. Nessa perspectiva educacional, a meritocracia, à luz neoliberal, serve para justificar a própria ascensão social, bem como a injustiça social. Não há sentimento de

pertencimento social com o outro e, conseqüentemente, nem indignação sobre a desigualdade social, nem cuidado com o mundo natural. Tudo é considerado descartável e instrumental, objeto de uso e passível de desumanização.

Os Institutos Federais propõem outro modo de ascensão social mediante o fortalecimento da democracia e da inclusão social como missão institucional e expressão do anseio da maioria da população brasileira. A contestada educação, sob a tutela de uma meritocracia neoliberal, impossibilita outro modo de ascensão social, atentada pela igualdade de oportunidade como um dos princípios práticos do conceito de *cidadania*. Esse princípio também não pode recair assim como o conceito da meritocracia para justificar a injustiça social, bastando apresentar algum processo burocrático para consolar os menos desafortunados e reforçar os mais afortunados, mas acreditar que se faz necessário continuamente o acesso a produção da vida para todos. A recusa da desigualdade social deve ser sempre denunciada e anunciada por qualquer um.

A missão dos Institutos Federais, em especial do *Campus* Uberlândia, é garantida pela *Constituição* (1988), que, por sua vez, se pauta na *Declaração* (1948) para pôr em prática o seu conteúdo de socialização da vida. Nessa direção, o tema da dissertação recolheu alguns dados, por meio de questionários sob a orientação da Coordenação de Assistência Estudantil para compreender e confirmar a importância da criação dos Institutos Federais, valendo-se das condições sociais e do anseio da maioria da população brasileira.

4. **CAPÍTULO III - ESTUDO EMPÍRICO**

Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais. Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança.
(Freire, 1980, p. 28)

4.1. **METODOLOGIA**

A dissertação é possível de ser realizada, bem como a pesquisa de campo. O detalhamento da pesquisa segue o rigor necessário, obtendo dados dos questionários que possibilitam análise e os resultados esperados. Nos Apêndices (F a I) da dissertação encontram-se os questionários modelos destinados à pesquisa de campo.

4.1.1. **Desenho da pesquisa**

Esta dissertação discute e procura uma cidadania, ativa e responsável, servindo de alicerce para realizar missão do IFTM/*Campus* Uberlândia. A pesquisa será realizada no *Campus* Uberlândia, que conta com um total de 1.020 educandos (as), entre os níveis médio-técnico, técnico, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Jovens e Adultos (Proeja), graduação (superior) e pós-graduação (*lato sensu*). Foram escolhidos 50 entrevistados (as), 11 do quadro de servidores (as) e 39 educandos (as) de níveis diferentes, exceto do Proeja e a da pós-graduação que a Coordenação de Assistência Estudantil

contempla com as modalidades Assistência Estudantil e Auxílio Estudantil. A resposta dos (as) 39 educandos (as) entrevistados (as) é amostral, por isso ratifica e sinaliza a realidade dos demais níveis que não foram representados na pesquisa de campo. O questionário, adequado aos (às) servidores (as) e aos (às) educandos (as), procura inquirir a missão dos Institutos Federais, em especial o do *Campus* Uberlândia.

O início da dissertação está baseado em bibliografia de cunho teórico, para a discussão de uma cidadania ativa e responsável e da missão dos Institutos Federais, em especial, a do *Campus* Uberlândia. Nessa discussão, percorre inicialmente sobre a *Declaração* (1948) e a *Constituição* (1988), apresentando a importância da construção do direito e o surgimento do Estado moderno, ou melhor, do Estado de direito para a emancipação social, um ideário da modernidade segundo o qual todos os homens são iguais perante a lei. A pesquisa de campo expressa-se numa busca pela equiparação (igualdade de oportunidade) e pela confirmação da missão dos Institutos Federais, missão essa que também é uma defesa do Estado de direito. No campo teórico, o sistema capitalista neoliberal apresenta-se como papel central para esvaziar a importância do Estado de direito, fortalecendo a fragmentação do conhecimento e impulsionando a meritocracia como o único processo de seleção social. A dissertação vislumbra outro caminho, qual seja, o do fortalecimento da democracia e da inclusão social.

Na primeira parte, a dissertação percorreu o processo de fragmentação do conhecimento, que, sob o ditame do sistema neoliberal, prejudica o próprio homem e deteriora o mundo natural. Nesse contexto, o que se apresenta no processo do sistema neoliberal é o seu aprofundamento, impulsionando a meritocracia como princípio para justificar a desigualdade social. Há uma desconstrução do ideário da modernidade, substituindo-o por um mundo social hostil e estagnado, bem como um mundo natural devastado e escasso.

Na segunda parte, a dissertação discutiu outro caminho que priorize o bem-estar do homem e a preservação do mundo natural. Nesse contexto, almeja-se uma cidadania ativa e responsável para defender o Estado de

direito e os benefícios que pode proporcionar a toda a população brasileira. Nenhuma sociedade vigora por muito tempo, se ignora o desenvolvimento humano e a preservação ambiental.

Por fim, a terceira parte dedica-se à análise e à discussão das respostas dos questionários, reforçando o conteúdo teórico da segunda parte. Os resultados comprovam a importância dos benefícios da Coordenação de Assistência Estudantil, entre eles, a permanência do (a) educando (a) na instituição e o seu aprofundamento acadêmico e social. A permanência faz-se importante para soerguer o (a) educando (a) a um patamar social melhor, tornando-se como proposta (exemplo) para ser ditada a todas as escolas brasileiras. O aprofundamento apresenta-se na contínua participação de todos os eventos, de modo que o (a) educando (a) pode exercitar a sua capacidade intelectual, o seu entendimento da diversidade regional e nacional, o seu pensamento multidisciplinar e a sua compreensão da importância da preservação do meio ambiente.

4.1.2. Método e desenvolvimento

A pesquisa de campo deve ser pensada nos moldes de uma investigação-ação como instrumento qualificativo que busca a sua confirmação prática e aprofundamento. Os dados da Coordenação de Assistência Estudantil e os questionários servem para a análise e reflexão da importância dos benefícios ofertados. A análise dos dados da Coordenação de Assistência Estudantil e dos resultados dos questionários permitirá reforçar o Estado de direito como fundamento de ascensão social e de fortalecimento da democracia.

4.1.3. Etapas da pesquisa e intervenções

A dissertação organiza-se tanto no campo teórico, quanto na pesquisa do campo, tendo em vista o desenvolvimento e a conclusão:

1º etapa: discutir o referencial teórico, para que a realização do objetivo da pesquisa de campo seja possível;

2º etapa: apresentar o conteúdo da pesquisa, selecionar os participantes e recolher assinatura dos (as) envolvidos (as) (do (a) educando (a) e do responsável);

3º etapa: organizar e analisar os resultados da pesquisa de campo;

4º etapa: concluir e divulgar os resultados da pesquisa de campo.

4.1.4. Metodologia de análise de dados

Os resultados da pesquisa de campo são importantes para se conciliarem com o objetivo do campo teórico. A análise debruça-se sobre as respostas distribuídas entre todos os níveis (médio-técnico, técnico, superior), em especial, as do último ano de cada nível. A intenção é verificar qualitativamente o resultado individual de cada educando (a) para saber a sua experiência com a Coordenação de Assistência Estudantil, bem como seu caráter quantitativo de beneficiado. Buscou-se também educando (a) de todos (os) níveis prestes a terminar o curso e que não tenha utilizado nenhum benefício durante toda a sua formação. O importante também é saber o que o (a) educando (a) pensa e suas perspectivas. Servidores (as) participaram da pesquisa de campo e serviram também de quadro de análise e reflexão sobre a própria noção de realidade que possuem dos (as) educandos (as) beneficiados (as).

Os (as) educandos (as) dos cursos destinados à pesquisa de campo estão apresentados (as) no Quadro 1, exceto os (as) do Proeja e os (as) da pós-graduação em Controle de Qualidade em Processos Alimentícios:

Quadro 1 – Distribuição de beneficiados (as) e não beneficiados (as) por curso

Nº	CURSO	BENEFICIADO (A)	NÃO BENEFICIADO (A)
1	Médio Integrado ao Téc. Meio Ambiente	4	2
2	Médio Integrado ao Téc. Agropecuária	4	2
3	Médio Integrado ao Téc. Alimento	4	2
4	Médio Integrado ao Téc. Manutenção e Suporte em Informática	3	2
5	Técnico Agropecuária	3	2
6	Engenharia Agrônômica	3	2
7	Tecnologia em Alimentos	4	2

Fonte: o autor.

Os (as) servidores (as) que participaram da pesquisa de campo seguem abaixo:

Quadro 2 – Participação dos (as) servidores (as) do *Campus* Uberlândia

Nº	PROFISSÃO	PARTICIPANTE
1	Pedagogos (as)	3
2	Docentes	6
3	Coordenadores (as)	2

Fonte: o autor.

A condição social dos (as) educandos (as) é fundamental para a análise e reflexão, mas também é observado e analisado outro benefício (auxílio estudantil), prevendo a participação de todos (as), independentemente da sua condição social. Esse benefício garante hospedagem, alimentação e, dependendo da circunstância (distância, órgão organizador do evento etc...) prevista na Resolução n. 84/2014, a possibilidade de praticar diversas atividades: acadêmica, cultural e desportiva.

4.1.5. Plano de recrutamento

O recrutamento levou em consideração os cursos, conforme definido no Quadro 1 do subitem 4.1.4, de acordo com o número de beneficiado (a) e não beneficiado (a). Foram convidadas as turmas do último ano para participar da pesquisa de campo. Em caso de o número ser insuficiente, a turma anterior poderia ser convidada até se chegar à quantidade sugerida do Quadro 1 desta dissertação.

4.1.6. Forma de recrutamento

O recrutamento foi, em alguma medida, aleatório, ou seja, os (as) educandos (as) da turma foram informados (as) da importância da pesquisa de campo e, caso aceitassem as condições expostas, assinariam o Termo de Consentimento de Livre Esclarecido (TCLE) e responderiam ao questionário. Assim, os (as) educandos (as) estariam aptos a participar da pesquisa de campo. Essa pesquisa precisou de uma quantidade de beneficiado (a) e não beneficiado (a) definida no Quadro 1 para constar no questionário. Todos (as) os (as) educandos (as) estavam regularmente matriculados no *Campus* Uberlândia.

4.1.7. Justificativa para o número de participante

Esta pesquisa foi realizada com um grupo de 39 educandos (as) entre beneficiados (as) e não beneficiados (as). O critério para realizar o cálculo amostral foi definido pela procura dos benefícios da Coordenação de Assistência Estudantil, por parte do educando (a), que, por sua vez, caracteriza-se pela sua condição social e/ou pela atividade extracurricular.

Acredita-se que a amostra permita confirmar a importância da Coordenação de Assistência Estudantil, da sua necessidade de aprimoramento e do seu aprofundamento. É também importante mencionar o segmento não beneficiado para se entenderem a sua realidade e o sua ideia sobre os benefícios concedidos.

Há uma pesquisa dedicada também à participação de 11 integrantes do quadro de servidores (as) efetivos (as) para o entendimento do que eles (as) pensam dos benefícios concedidos e da realidade social. Nesse quadro, o que está analisado é o engajamento dos servidores (as) na melhoria e no aprofundamento dos benefícios.

4.1.8. Abordagem dos participantes

Todos (as) os (as) educandos (as) menores de idade foram solicitados (as) e orientados (as) para entregar aos seus respectivos pais o TCLE com o questionário. A abordagem e a orientação foram individuais, independentemente da idade. A importância da pesquisa de campo foi ressaltada, dando voz ao (à) beneficiado (a) e ao (à) não beneficiado (a) para saber o caminho ainda a ser traçado e a confirmação da manutenção dos benefícios e seu aprofundamento. Todos (as) foram esclarecidos (as), e não foram divulgados os nomes, conforme o TCLE e a exigência da Comissão de Ética em Pesquisa (CEP).

4.1.9. Critério de inclusão

Os (as) participantes selecionados (as) somente foram aprovados e fizeram parte da pesquisa de campo a partir da sua assinatura ou do responsável, ou seja, a validade da pesquisa de campo (questionário) está vinculada à

assinatura do TCLE. O (a) educando (a) menor de idade seguiu o termo conforme a Resolução CNS n. 466/12.

4.1.10. Critério de exclusão

Os (as) participantes selecionados (as) são excluídos (as), caso não entreguem assinados o TCLE e o questionário no tempo determinado de 48 horas depois da entrega desses documentos.

4.1.11. Análise crítica dos riscos

Toda pesquisa está sujeita a risco. Nesse sentido, o risco possível seria a (auto) identificação do (a) educando (a) da pesquisa de campo, visto que há uma convivência acadêmica e uma relação social que, por sua vez poderiam causar dúvida, insegurança, desconforto e constrangimento, contrariando a Resolução CNS n. 466/12. Entretanto, esta pesquisa compromete-se a manter em sigilo a documentação e a identificação de todos (as) os (as) participantes, conforme a exigência do TCLE.

5. **CAPÍTULO IV - ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O programa de assistência estudantil tem como finalidade conceder os benefícios de “Auxílio Estudantil” e “Assistência Estudantil” com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia da permanência de estudantes dos cursos regulares do IFTM, favoráveis ao êxito no percurso formativo e a inserção sócio-profissional.
(Resolução n. 84/2014)

A pesquisa de campo representa uma amostra do que pensam os (as) servidores (as) e os (as) educandos (as) do *Campus* Uberlândia sobre os benefícios da Coordenação de Assistência Estudantil regidos pela Resolução n. 84/2014. Esses benefícios são divididos em assistência estudantil e em auxílio estudantil.

O auxílio estudantil pode receber apoio financeiro ou não e apresenta algumas modalidades. Uma delas é a residência, em que não há apoio financeiro, e o educando reside (aloja-se) no *Campus* Uberlândia sem custo. A modalidade está disponível mediante processo seletivo, para avaliação da condição social do educando, ou seja, avaliação da renda da família do educando diante da vaga ofertada. Outra modalidade é a participação em eventos para a qual há apoio financeiro, independentemente de condição social ou processo seletivo, mas está sujeita a atividades extracurriculares, individuais ou coletivas. Outra modalidade de auxílio estudantil é o seguro de vida, assegurando a todos (as) os (as) educandos (as) matriculados (as) atendimento hospitalar, em caso de acidente dentro do *campus*.

Atualmente, há dois benefícios com auxílio financeiro advindos da assistência estudantil no *Campus* Uberlândia: moradia e socioeducacional. Ambos os benefícios precisam passar por processo seletivo em edital específico, considerando-se tanto a renda quanto a disponibilidade de recurso. Ressalta-se que a assistência estudantil possui mais benefícios

previstos ainda não promovidos: apoio didático-pedagógico, estudantes pais, transporte, alimentação, inclusão digital, cultura, e desporto e lazer. Todos os benefícios com auxílio financeiro dependem de recurso disponível.

Há outro benefício com auxílio financeiro, mas sem edital, bastando o (a) educando (a) apenas estar matriculado (a) no Proeja com a Educação Profissionalizante (auxiliar administrativo). As turmas (8º ano e 9º ano) do Proeja não estão presentes na pesquisa de campo. Esse benefício contribui para a retomada e término de um ciclo educacional do (a) educando (a).

A Coordenação de Assistência Estudantil abarca importantes benefícios para cumprir a sua função social à luz da *Constituição* (1988) e toma contorno prático com a missão dos Institutos Federais, em especial, com a do *Campus* Uberlândia. Nesse sentido, citamos o art. 3º da Resolução n. 84/2014, destinada ao IFTM, a qual regulamenta os objetivos a serem seguidos pela Coordenação de Assistência Estudantil:

- a. Democratizar as condições de permanência dos jovens na escola;
- b. Consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- c. Promover o acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica;
- d. Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais;
- e. Contribuir para a permanência e melhoria do desempenho acadêmico do estudante participante do programa nacional de integração profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos (PROEJA);
- f. Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão dos cursos regulares;
- g. Apoiar o estudante na participação em atividades e eventos pedagógicos, esportivos, sociais e culturais, complementares à formação acadêmica;
- h. Apoiar o estudante por meio de auxílio financeiro para atenção à saúde biopsicossocial para incentivo à cultura e ao esporte;
- i. Elevar os índices de aproveitamento dos estudantes e reduzir as taxas de retenção e evasão. (Resolução n. 84, 2014)

Conforme os objetivos acima mencionados, a pesquisa de campo evidencia um ideário para o pensamento dos (as) beneficiados (as) educandos (as) e não beneficiados (as) bem como dos (as) servidores (as) do *Campus* Uberlândia que, por sua vez, atesta a contribuição da Coordenação de Assistência Estudantil para realizar a missão do Instituto Federal, em especial a do

Campus Uberlândia. A colaboração dos (as) participantes do questionário permitiu análise e síntese como alicerce para compreensão do objeto de estudo.

Quadro 3 – Ferramenta de coleta de dados

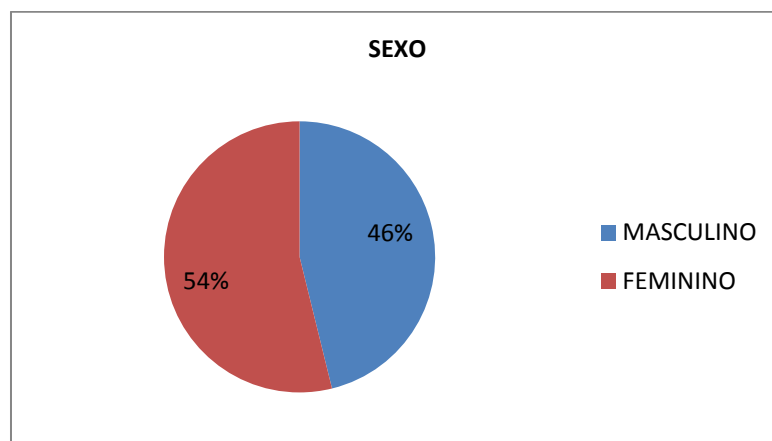
GRUPOS	SUJEITO	FERRAMENTA
Grupo 1	Educando (a) beneficiário (a) e não beneficiário (a) (níveis: médio/técnico, superior e concomitante)	Questionário
Grupo 2	Pedagogo (a)	Questionário
Grupo 3	Educador (a)	Questionário
Grupo 4	Coordenador (a)	Questionário

Fonte: o autor (junho/2017).

Após a transcrição dos resultados obtidos no questionário. Os temas foram separados com as respostas obtidas. A discussão e a análise estão enquadradas por grupos, conforme o Quadro 3 da Ferramenta de coleta de dados. Os comentários e as respostas obtidas dos (as) participantes contribuíram para a compreensão do objeto de estudo proposto e a conclusão.

5.1.PERFIL DO (A) EDUCANDO (A)

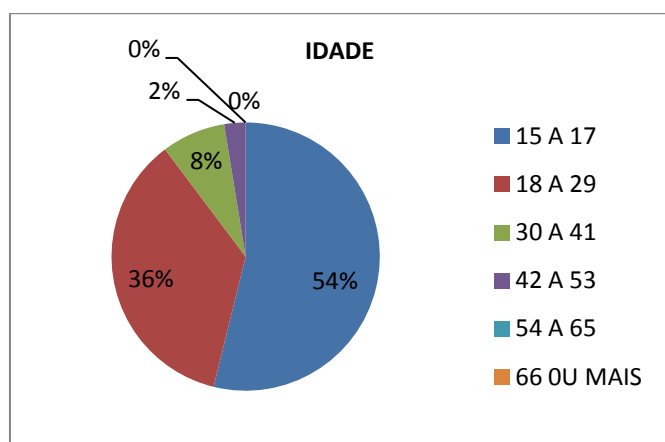
Gráfico 1 – Característica por sexo



Fonte: o autor.

Conforme o perfil do (a) educando (a), percebe-se, pelo Gráfico 1, que a maior porcentagem é para o sexo *feminino*, 54% dos participantes, contra 46% para o sexo *masculino*. A pesquisa não foi direcionada para o gênero. Essa pesquisa pauta-se na disponibilidade do (a) educando (a) matriculado (a) do *Campus* Uberlândia e na escolha por alguns cursos ofertados, à luz do Quadro 1 do item 4.1.4 desta dissertação.

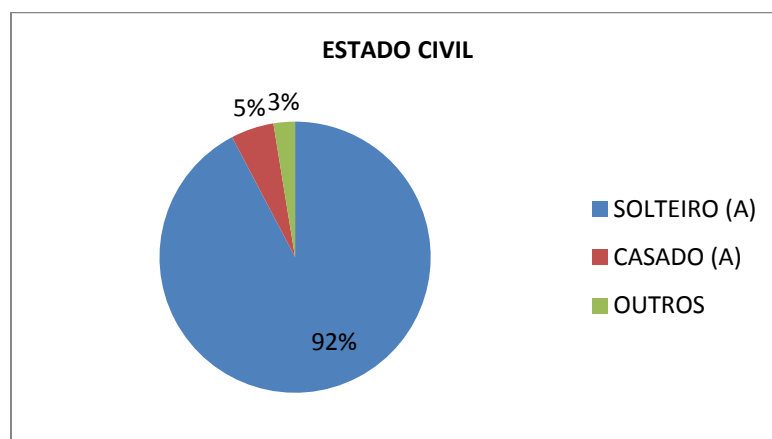
Gráfico 2 – Faixa etária



Fonte: o autor.

No Gráfico 2, a participação dos (as) educandos (as) aponta para uma idade inicial dos 15 aos 17 anos (54%), uma educação voltada para formação embrionária da cidadania. Essa formação também respalda a faixa etária dos 18 aos 29 anos (36%), importante para consolidação de uma perspectiva de cidadania ativa e responsável. As demais faixas etárias, dos 30 aos 41 anos (8%) e dos 42 aos 53 anos (2%), representam retorno ao estudo e à procura de ocupação formativa profissional técnica e superior. Nessas faixas etárias elevadas, ainda que apresentem porcentagens menores, não signifique que não haja possibilidade de abertura a um diálogo, ou seja, há uma oportunidade enriquecedora para o tema da cidadania e da missão institucional ser rediscutido continuamente na construção da realidade da comunidade local.

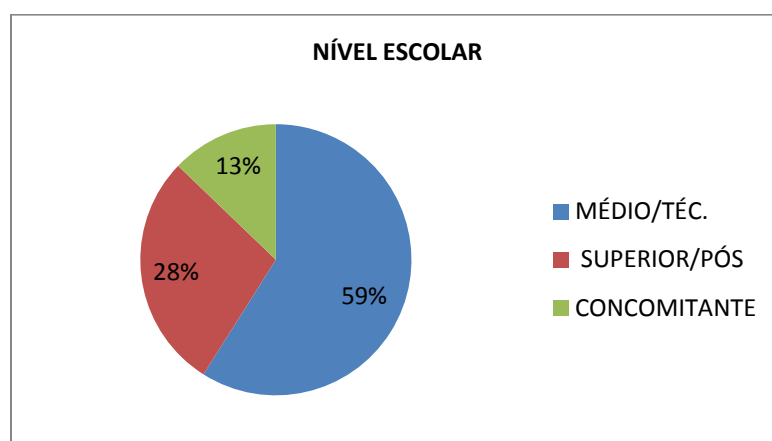
Gráfico 3 – Caracterização por estado civil



Fonte: o autor.

A maior parte dos (as) educandos (as) participantes é *solteira* (92%), iniciando a sua vida social e individual (Gráfico 3). Os demais estados civis – *casado (a)* (5%) e *outros* (3%) – confirmam uma fase ainda não presente na maioria – esses estados civis de menor porcentagem mostram que existe busca de estudo, mesmo sob condição de compartilhamento afetivo. O que se percebe é que, não obstante os (as) frequentadores (as) de o *Campus* Uberlândia serem majoritariamente jovens, o compartilhamento afetivo do estado civil não influencia decisivamente a entrada na instituição. Há um público-alvo que, a depender da oferta de vagas de curso (médio, técnico e superior e pós-graduação), explica as porcentagens.

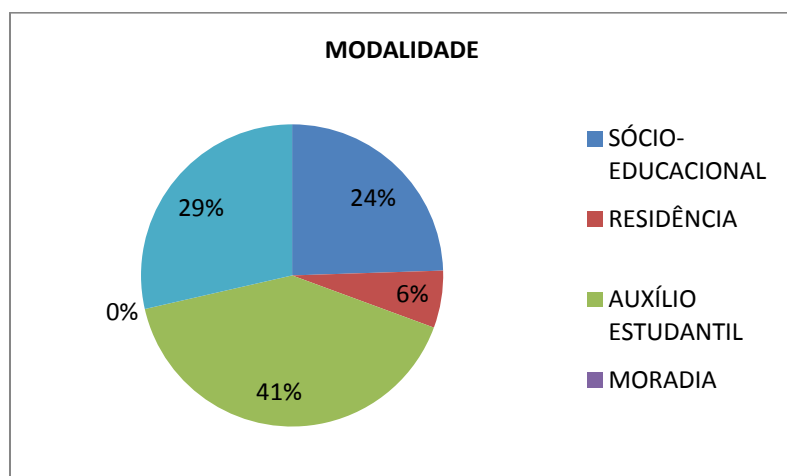
Gráfico 4 – Caracterização por nível escolar



Fonte: o autor.

A pesquisa do nível escolar, previamente, definiu a amostragem de educando (a) e os cursos ofertados do *Campus* Uberlândia, tendo em vista a compreensão da multiplicidade de pensamento no âmbito escolar, considerando-se também a formação interescolar, o conhecimento prévio do mundo social e do mundo natural. No Gráfico 4, vê-se que o ensino *médio e técnico* corresponde a 59% dos níveis de ensino do público-alvo da comunidade escolar, enfatizando uma integridade do conhecimento do mundo e do trabalho, a transdisciplinaridade como condição para a busca de equilíbrio e a produção de novos conhecimentos e continuidade. Outra porcentagem apresentada é de 28% do nível *superior e pós-graduação lato sensu* (especialização) que apresenta como continuidade para produção de conhecimento aprofundamento. O nível *concomitante* representa 13% dos educandos (as) pesquisados (as). Esse nível é proposto para quem já concluiu o 9º ano ou ensino médio e pretende aprofundar um segmento da sua formação, tendo em vista a entrada no mercado trabalho de imediato. Uma formação que não dispensa a missão institucional e procura dialogar com o (a) educando (a) o seu papel na expansão e no aperfeiçoamento dos programas curriculares dos cursos concomitantes.

Gráfico 5 – Caracterização por uso e não uso de modalidade da Coordenação de Assistência Estudantil



Fonte: o autor.

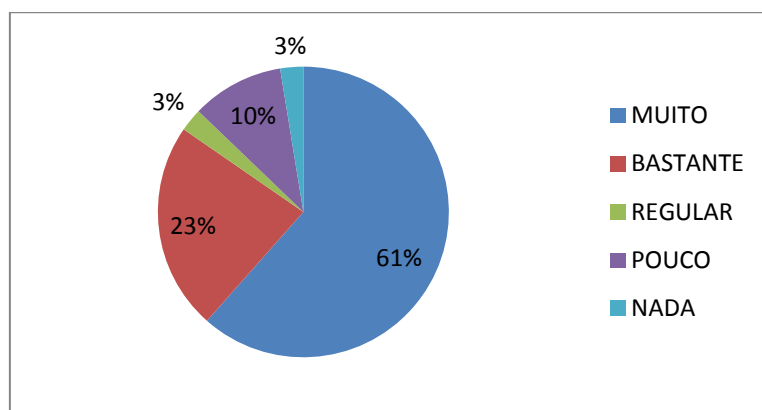
A decisão da pesquisa também, previamente, definiu para quem não recebeu nenhum benefício de modalidade (Gráfico 5) com uma porcentagem de 29%, bem como, especificamente, a definição para quem recebeu o benefício, apresentando algumas modalidades ofertadas. Essas modalidades surgiram a partir dos (as) educandos (as) que aceitaram participar da pesquisa e conseqüentemente revelaram quais os benefícios recebidos. Percebe-se que, dos declarantes, 24% participam da modalidade *socioeducacional*; 0%, de *moradia*; 6%, de *residência*; e 42%, de *auxílio estudantil*. Percebe-se a dificuldade de os (as) participantes compreenderem o conceito de cada modalidade, e a Coordenação de Assistência Estudantil ainda não consolidou a sua conceituação com publicidade eficiente.

Alguns dados declarados (respondidos nos questionários), no entanto, não correspondem aos da Coordenação de Assistência Estudantil ou não estão completos. A título de exemplo, pode-se citar um educando beneficiado pela modalidade residência (por a qual há vaga somente para o sexo masculino) que declara receber também o benefício da modalidade moradia. Esta modalidade, entretanto, é renumerada, enquanto aquela não, e quem recebe um desses benefícios não pode receber o outro, ou seja, os benefícios não são acumulativos. Percebe-se que alguns dos beneficiários da modalidade residência declararam equivocadamente o recebimento de ambos os benefícios. Nesse caso, a pesquisa não contabilizou uma das declarações divergentes dos participantes que recebem o benefício da modalidade residência, ou seja, a decisão será a recusa da declaração que beneficia a modalidade moradia. E, por isso, há 0% para a modalidade moradia.

Acredita-se também que não haja compreensão conceitual das modalidades oferecidas da assistência estudantil e do auxílio estudantil. A primeira vincula-se à questão socioeconômica (menor renda) e a última depende da orientação do (a) docente e da participação do (a) educando (a) nas atividades extracurriculares. Nesse caso, as declarações da pesquisa não foram excluídas, embora divergentes no seu contexto conceitual. A não exclusão decorre porque uma não exclui a outra, podendo ser recebidas

cumulativamente, ou seja, na pesquisa pode ser contabilizada, conforme a declaração do (a) educando (a). O (a) beneficiado (a) socioeducacional, caso contemplado (a), não fica impedido de receber o outro benefício nem a modalidade moradia. O (a) beneficiado (a) pode receber as três modalidades (socioeducacional, auxílio estudantil e moradia). Apesar de ocorrer uma contradição ou uma omissão de benefício por alguns (as) participantes declarantes, o aspecto de um benefício contextualiza o aspecto de outro benefício. Todas as modalidades procuram, de alguma forma, promover a permanência e o aprofundamento do conhecimento acadêmico, cultural, social e desportivo e a consciência ambiental. Nesse sentido, não há exclusão, mas complemento de modo a amenizar as dificuldades do (a) educando (a) durante o período da sua formação. Trata-se sempre da promoção do (a) educando (a) de menor renda, ou daquele que reside em outra cidade, mas precisa de um local – com ou sem auxílio financeiro – para estudar no *Campus* Uberlândia, ou mesmo do (a) educando (a) que, independentemente da sua condição social, precisa receber também o benefício, tendo em vista o aprofundamento dos inúmeros conhecimentos com as atividades extracurriculares.

Gráfico 6 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

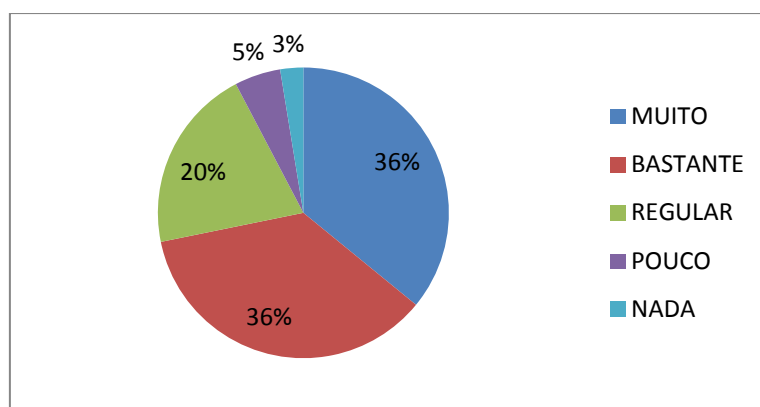
As respostas dos (as) educandos (as) que receberam algum benefício e dos

que não receberam nenhum confirmam uma das metas da Coordenação de Assistência Estudantil e, conseqüentemente, a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia (Gráfico 6). Dos respondentes, 84% acreditam que os benefícios contribuem *muito* (61%) e *bastante* (23%) para a permanência no IFTM, confirmando a sua relevância. Particularmente, com a resposta de cada educando (a), mesmo não recebendo o benefício, reconhece-se também a sua importância.

As demais respostas definem um outro lado da percepção do benefício: a indiferença e a reprovação são um fato: somadas, as respostas – *regular* 3%, *pouco* 10% e *nada* 3% – equivalem a 16%. Percebe-se que, até para quem recebe o benefício, manifestar uma dessas porcentagens não desabona sua resposta. O (a) beneficiário (a) não enxerga contradição, procura o benefício, mas não atribui a sua importância à permanência ou ao aprofundamento do seu conhecimento.

Nos Apêndices desta dissertação, pode-se ver a contradição nas respostas dos (as) participantes educandos (as) que recebem o benefício e nas dos (as) participantes educandos (as) que não recebem. No entanto, a preocupação da pesquisa não será apresentar a contradição entre os (as) participantes, mas a experiência da realidade de mundo, especificamente, a do Brasil e a da cidade de Uberlândia e, não propriamente sobre quem são os (as) beneficiários (as) ou os (as) não. Nesse sentido, o entendimento da realidade local e nacional, bem como o incômodo com a injustiça social, atende uma certa coerência relevante e deve ser compreendida como um embrionário conhecimento transdisciplinar e crítico, ainda que também haja na pesquisa um pensamento fragmentado dos (as) educandos (as) que lhes permite identificar a condição de injustiça social, mas não os (as) leva a se importar com a mesma.

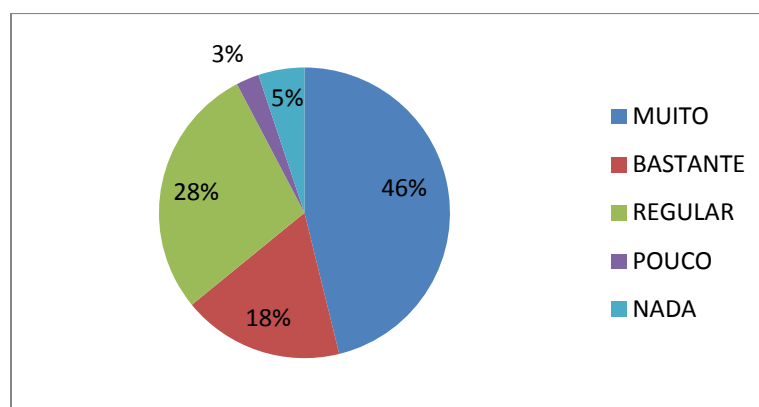
Gráfico 7 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?



Fonte: o autor.

Novamente, a pesquisa apresenta reconhecimento da importância dos programas concedidos pela Coordenação de Assistência Estudantil com 36% das respostas para *muito* e *bastante*, totalizando 72% de aprovação (Gráfico 7). A missão do IFTM/*Campus* Uberlândia destaca-se, visto que a sua permanência possibilita o seu desenvolvimento, favorecendo o desempenho quando estar dentro de um ambiente propício, por excelência, para a produção de conhecimento. O fato de o (a) educando (a) estar num ambiente educacional de excelência é uma das condições para alavancar sua potencialidade de aprendizagem. É uma oportunidade que pode se transformar em realidade, conforme apregoa a missão da instituição do *Campus* Uberlândia. As demais respostas – *regular* (20%), *pouco* (5%) e *nada* (3%) – totalizam 28% de indiferença e reprovação, porém não significam que os (as) educandos (as) beneficiários (as) não procurem algum dos benefícios da Coordenação de Assistência Estudantil.

Gráfico 8 – Você acha que a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) seja em termos de menor renda?

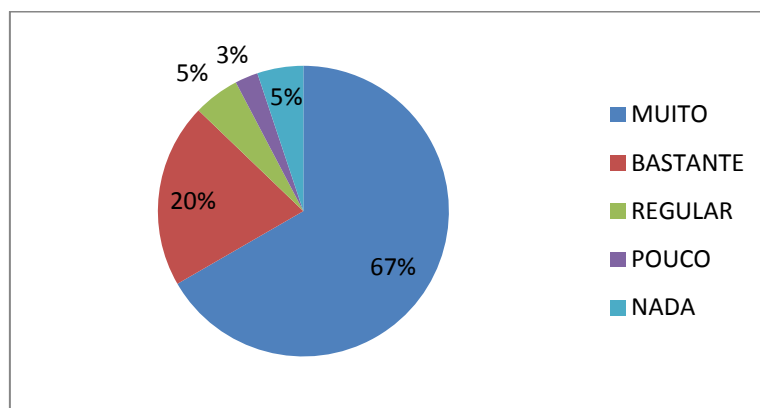


Fonte: o autor.

A pesquisa aponta para uma perspectiva da defesa por questão de menor renda com 46% das respostas para *muito* e 18% para *bastante*, totalizando um aceite de 64%, refletindo que o recurso contido da Coordenação de Assistência Estudantil foque, prioritariamente, na condição social do (a) educando (a) (Gráfico 8). Sabe-se que o recurso maior é destinado para as modalidades socioeducacional e moradia, favorecendo um maior número de beneficiados (a) da coordenação. Essas modalidades são importantes, tendo em vista a busca por condição, minimizando o estado social frágil e proporcionando um certo equilíbrio social diante dos (as) demais educandos (as). Gerar oportunidade de igualdade é uma das condições do Estado de direito e da missão do IFTM/*Campus* Uberlândia, que visa a promover inclusão social como caminho para fortalecer a democracia. A inclusão social deve ser um objetivo maior, assim como os valores democráticos. Somente há democracia quando todos são iguais por direito, efetivamente, reconhecendo-se e eliminando a desigualdade. Nesse caminho, a inclusão social passa a ser uma estratégia para valorar a própria democracia e, conseqüentemente, o Estado de direito. O Estado de direito e a democracia precisam ser uma síntese, ou melhor, um Estado democrático de direito com a inclusão social como pauta das suas ações políticas. As demais respostas apontam para uma perspectiva de 28% de *regular*, 3% de *pouco* e 5% de *nada*, totalizando 36% que ignoram parcial ou integralmente a importância da

inclusão social como fator de transformação da realidade do (a) próprio (a) educando (a). Essas modalidades que visam a atender o (a) educando (a) de menor renda também é fator relevante para a continuidade no *Campus* Uberlândia.

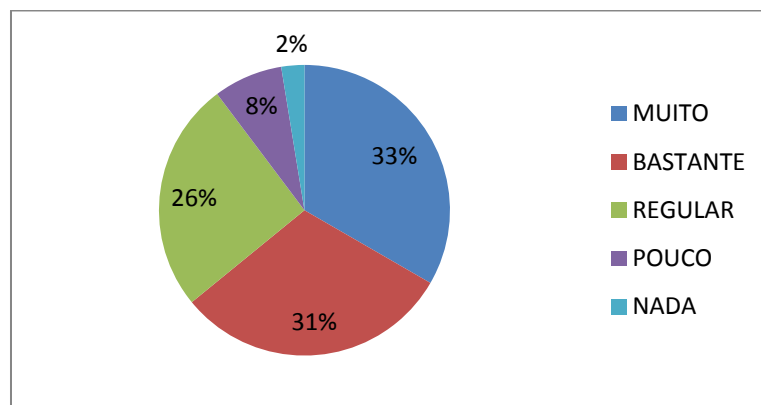
Gráfico 9 – Você julga que o Brasil é um país desigual?



Fonte: o autor.

A pesquisa indica que o (a) educando (a) considera o Brasil *muito* (67%) e *bastante* (20%) desigual, totalizando 87% que confirmam uma noção de desigualdade (Gráfico 9). Sabe-seda infeliz chaga histórica no Brasil. A compreensão da desigualdade não deve ser o suficiente para a transformação da realidade, ela deve ser respalda também por uma cidadania ativa e responsável. Todos os brasileiros possuem responsabilidade no quadro social do país e não devem admitir passivamente como algo fora do nosso alcance de transformação. Por isso, a cidadania ativa deve ser contínua, reconhecendo-se no outro a sua própria condição como ser ético no mundo. Faz-se necessária uma posição contrária diante de algo desumano que trata algo social como natural e inevitável. As demais respostas apontam para uma noção nada animadora quando desacredita numa condição tão presente historicamente no Brasil. As porcentagens de 5% de *regular*, 3% de *pouco* e 5% de *nada*, independentemente do grau de indiferença, apontam para uma total falta de indignação, de pertencimento social.

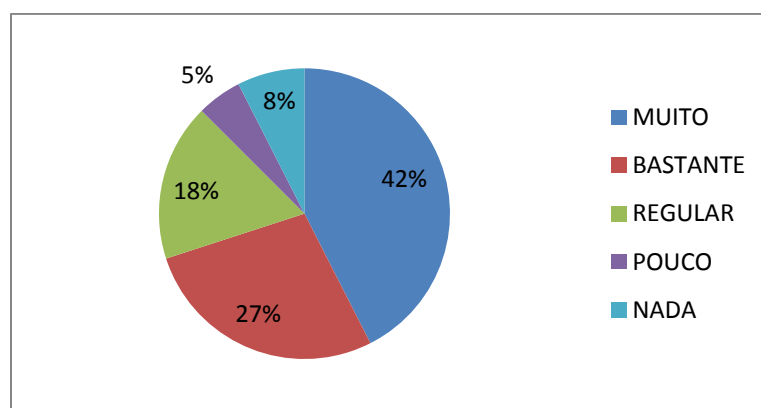
Gráfico 10 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?



Fonte: o autor.

Não muito diferente da pergunta anterior, mas agora local, o que se percebe nas respostas dos (as) educandos (as) é uma diluição maior da noção de desigualdade (Gráfico 10). De acordo com os (as) educandos (as), a cidade de Uberlândia é *muito* (33%) e de *bastante* (31%) desigual, totalizando 64% das respostas. Essa desigualdade não é horizontal, como na cidade de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de Salvador, mas vertical nas extremidades do centro da cidade, difícil de visualizar com os olhos. As demais respostas se explicam com 26% de *regular*, 8% de *pouco* e 2% de *nada*, totalizado por 36% que relativizam ou não atribuem desigualdade.

Gráfico 11 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?

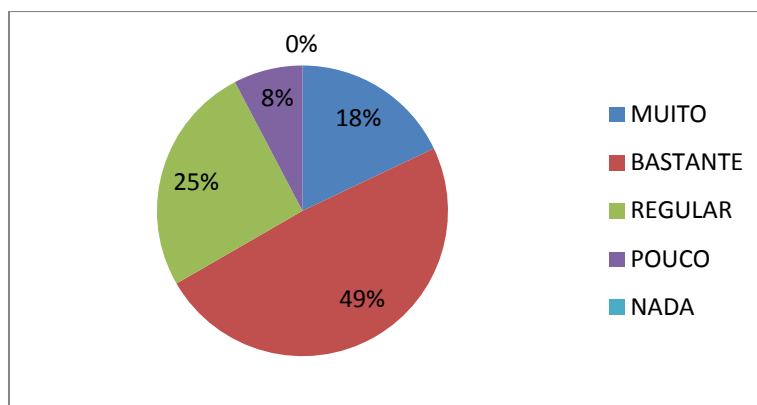


Fonte: o autor.

Essa pergunta é importante, porque verifica a posição do (a) educando (a) no mundo, não somente constatando uma condição, mas sentindo um certo desconforto social e individual. Conforme as respostas dos (as) educandos

(as), 42% sentem *muito* desconforto com a situação do outro e 27% sentem *bastante* , totalizado por 69% (Gráfico 11), enquanto 18% sentem um desconforto *regular* , 5% *pouco* desconforto e 8% não sentem *nada* ou relativizam. Dados preocupantes, caso se pretenda defender um projeto nacional de inclusão social e fortalecimento da democracia. Percebe-se incoerência entre os (as) participantes quando no questionário apontam que recebem um benefício por questão de renda ou procuram por um, afirmando que o benefício é importante para propiciar o aprofundamento do seu conhecimento. A fragmentação do pensamento pode ser a explicação do panorama geral das respostas dos (as) educandos (as), e a luta por direito pode se fortalecer ou não com uma determinada postura deles (as). O conformismo pode vigorar e levar a pensar que todo benefício é uma ajuda, algo que advém do Estado como figura paterna. Essa condição de pensamento não pode ser admitida no âmbito público, bem como não pode ser reforçada passivamente pelo (a) beneficiário (a). O benefício precisa ser pensado como uma passagem, um meio, não um fim. Nesse caso, a cidadania ativa e responsável é importante para realizar efetivamente, no âmbito do IFTM/*Campus* Uberlândia, a missão tão almejada: a inclusão social e a democracia. A abertura ao diálogo é necessária para aprimorar o programa com a ampliação e o entendimento do seu objetivo final, a ascensão social do (a) educando (a) e da localidade. O benefício deve ser entendido como direito e ser direito para alavancar um pensamento à luz de uma cidadania ativa e responsável. A ampliação e o aprofundamento precisam ser a luta para o programa se consolidar como meio de promoção da permanência e aprimoramento do conhecimento extracurricular.

Gráfico 12 – Você avalia o IFTM/*Campus* Uberlândia preocupado com a sua melhoria como estudante com bom desempenho?



Fonte: o autor.

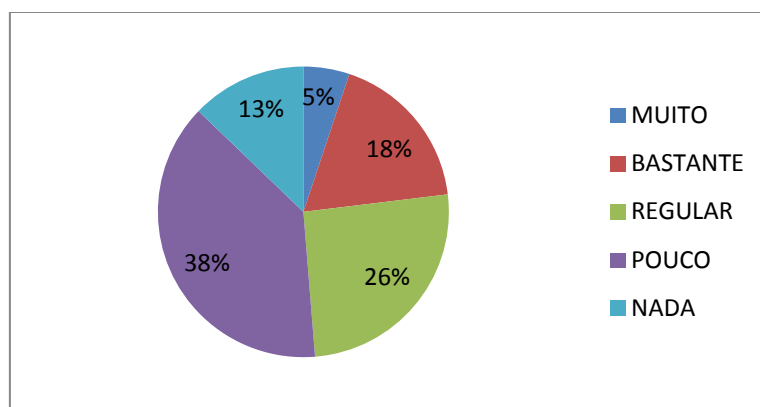
A pergunta apresenta uma procura por saber como avalia o (a) educando (a) quando o sentimento de preocupação do desempenho se torna um objetivo sobre o IFTM/*Campus* Uberlândia (Gráfico 12). Conforme as respostas, 18% avaliam que o *Campus* Uberlândia se preocupa *muito* com a melhoria do desempenho e 49% avaliam que o *Campus* Uberlândia se preocupa *bastante*, totalizando 67%. A promoção do (a) educando (a) é uma das finalidades da criação dos Institutos Federais constantes do inciso V do art. 6º da Lei n. 11.892/2008:

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica. (Lei n. 11.892, 2008)

A busca por excelência é uma das finalidades da criação dos Institutos Federais, o que se percebe é um apontamento para o desenvolvimento do (a) educando (a) que estimula o seu desenvolvimento espiritual crítico por todas as áreas de conhecimento, favorecendo o despertar de um espírito de pertencimento na localidade para melhoria do quadro social. As demais respostas representam que o *Campus* Uberlândia ainda precisa melhorar em uma das suas finalidades. De acordo com os (as) educandos (as), 25% de *regular*, 8% de *pouco* e 0% de *nada* sinalizam que o *Campus* Uberlândia precisa atender o anseio dos (as) educandos (as) para confirmar uma das suas finalidades, totalizando 33% que relativamente estão satisfeitos ou pouco.

Aprofundar o diálogo entre todos (as) do *Campus* Uberlândia passa ser o caminho para a busca da excelência.

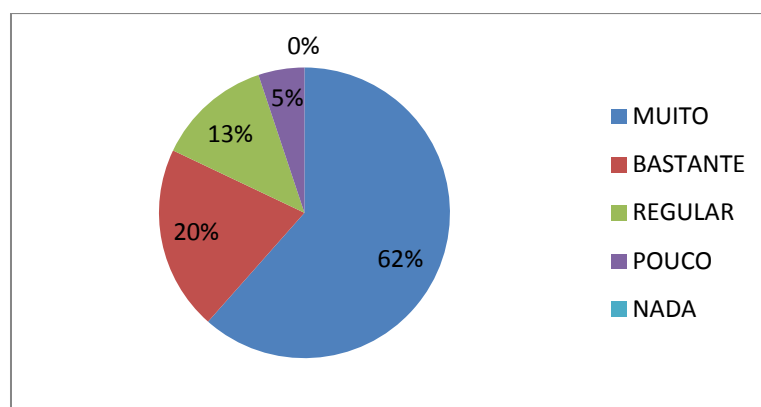
Gráfico 13 – Você considera o IFTM/*Campus* Uberlândia interessado na sua vida fora da instituição?



Fonte: o autor.

Entender o interesse do *Campus* Uberlândia pela vida do (a) educando (a) fora do espaço institucional (Gráfico 13) é importante, porque o permanente diálogo se faz necessário, visto que o (a) educando (a) precisa ser perpetuado (a) como protagonista do *Campus* Uberlândia e, por isso, o envolvimento dentro e fora deve ser o caminho para o aprofundamento da construção de realidade. Nem o (a) educando (a) nem o *Campus* Uberlândia devem se isolar, a parceria precisa ser permanente e frutífera, tendo em vista a redução da desigualdade social e local. A dificuldade é presente no Estado de direito, visto que a vida particular deve ser preservada e, por isso, há um excesso de zelo. As respostas confirmam a tímida relação do *Campus* Uberlândia com o (a) educando (a) de 5% *muito* e 18% de *bastante*, totalizando 22% de interesse relevante. Do exposto, fica uma pergunta: como agir (transformar) qualitativamente diante de uma realidade que não conhece o (a) educando (a)? Há muito para ser avançado, visto que os 26% de *regular*, os 38% de *pouco* e os 13% de *nada*, totalizam 77% que relativamente apresentam um interesse parcial ou nada. Agir preventivamente, dialogando, pode ser uma oportunidade para convidar o (a) educando a ser efetivamente protagonista do *Campus* Uberlândia.

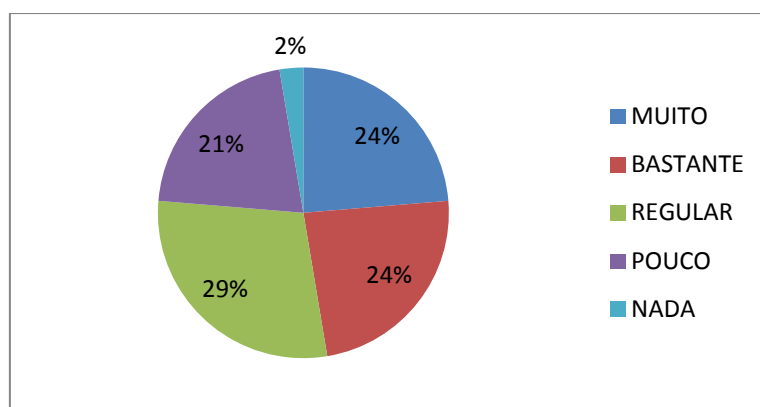
Gráfico 14 – Você se sente prestigiado (a) como estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

O sentimento de prestígio é sinal positivo que precisa ser sempre cultivado, ou seja, o olhar do outro como suporte e parâmetro de novas atitudes diante da realidade (Gráfico 14). De acordo com as respostas, 62% de *muito* e 20% de *bastante* totalizam 82% de reconhecimento do *Campus* Uberlândia e apresentam um sentimento de pertencimento do local, propício para o fortalecimento e a instigação de valores previstos na missão da instituição e na *Constituição* (1988). As demais respostas apontam que o *Campus* Uberlândia precisa melhorar com 13% de *regular*, 5% de *pouco* e 0% de *nada*, totalizando 18% que acusam um relativo desinteresse da instituição. A busca da redução do cenário exposto perpassa por criar condição do sentimento de prestígio. O caminho é a atenção, o respeito, o cuidado, o diálogo e a cobrança da responsabilidade do (a) educando (a) para a melhoria de sua aprendizagem e de seu sentimento de pertença.

Gráfico 15 – Você interage com o IFTM/*Campus* Uberlândia para melhoria da instituição?

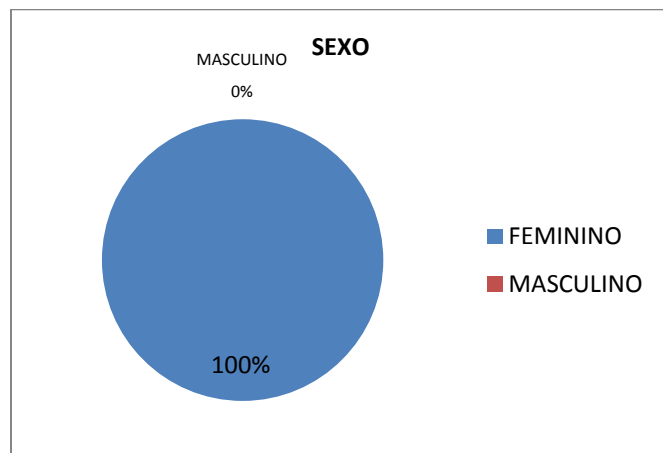


Fonte: o autor.

A participação do (a) educando (a) é importante para a melhoria do *Campus* Uberlândia (Gráfico 15). O diálogo ou o debate se fazem necessários para o fortalecimento da democracia, ou seja, um dos ambientes frutíferos para apresentar toda a diversidade e a adversidade no âmbito do *Campus* Uberlândia. O papel do (a) educando (a) é o principal e seu palco é *Campus* Uberlândia. Nesse sentido, o que aparece na pesquisa com as respostas é um resultado preocupante, visto que o ambiente deve ser promovido pela instituição e pelo (a) educando (a) como fundamento da missão do *Campus* Uberlândia. De acordo com as respostas, 24% de *muito* e 24% de *bastante*, totalizam 48% de participantes efetivos. As demais respostas – 29% de *regular*, 21% de *pouco* e 2% de *nada* – totalizam 52% de relativos participantes e nada. A defesa da educação de qualidade faz parte também dos (as) educandos (as) e deve ser contínua. O enfrentamento de uma realidade que cada vez mais propõe um Estado mínimo, sem garantir a inclusão social e o fortalecimento da democracia. Toda a sociedade brasileira deve-se fazer presente para a busca de uma sociedade igualitária, conforme prevê a *Constituição* (1988). A defesa de uma sociedade cooperativa e inclusiva, ou seja, capaz de ultrapassar a mera vida individualista e excludente, à luz de um sistema neoliberal, para apostar numa vida cidadã ativa e responsável deve ser o desafio de toda a sociedade brasileira.

5.2. PERFIL DO (A) PEDAGOGO (A)

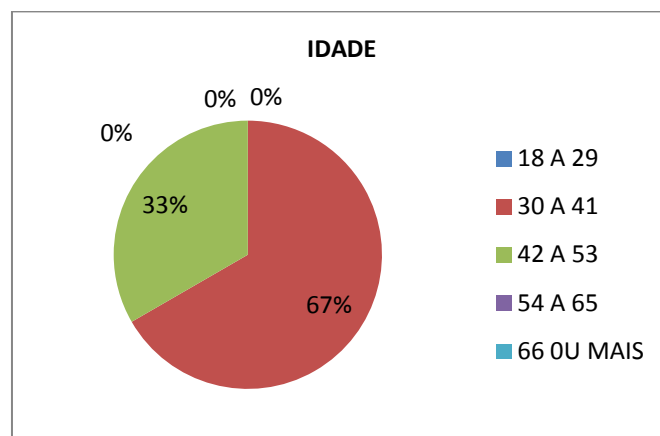
Gráfico 16 – Caracterização por sexo



Fonte: o autor.

A pesquisa confirma a disposição das servidoras pedagogas do *Campus* Uberlândia para participar do questionário (Gráfico 16). Nessa pesquisa, percebe-se 100% do sexo *feminino*. Não há servidores pedagogos do sexo *masculino* no *Campus* Uberlândia e, por isso, 0% do sexo masculino. Há mais servidoras pedagogas, além da disposição para participar do questionário.

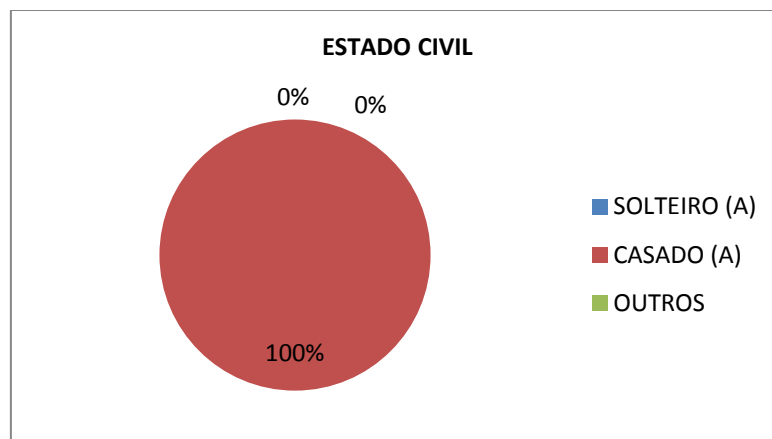
Gráfico 17 – Faixa etária



Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta faixa etária (Gráfico 18) de 67% dos 30 aos 41 anos e 33% dos 42 aos 53 anos de servidoras pedagogas com grande possibilidade de oferecer experiência profissional necessária para o *Campus* Uberlândia desenvolver a sua missão.

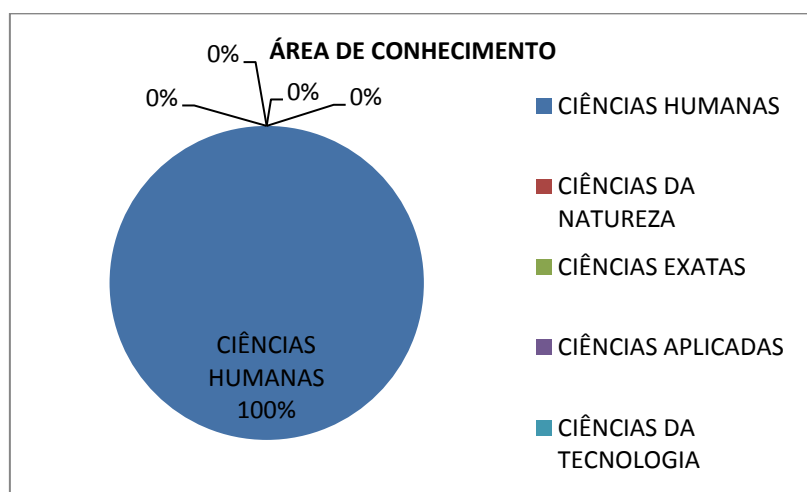
Gráfico 18 – Caracterização por estado civil



Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta 100% das servidoras pedagogas com o estado civil de *casada* (Gráfico 19), uma condição civil das servidoras pedagogas que conduz à busca de apaziguamento afetivo.

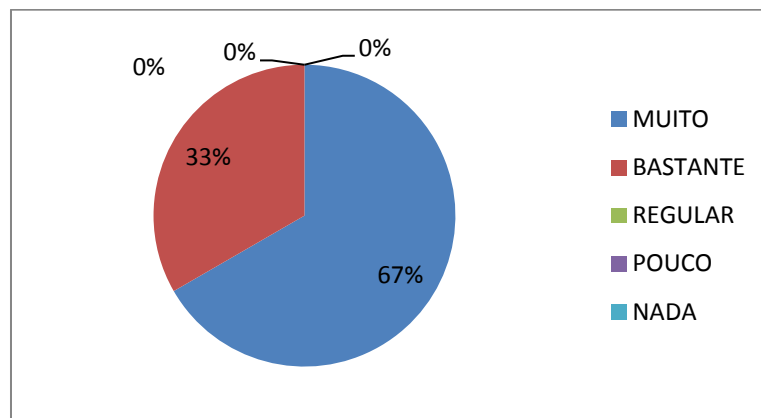
Gráfico 19 – Caracterização por área de conhecimento



Fonte: o autor.

Todas as servidoras pedagogas responderam que a sua área de conhecimento principal se respalda nas *Ciências Humanas* (Gráfico 19), condição para dialogar com a diversidade de áreas de conhecimento no *Campus Uberlândia*.

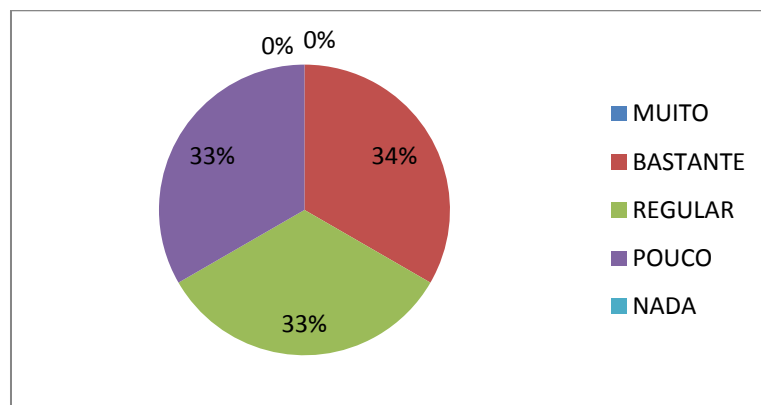
Gráfico 20 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

Conforme as respostas (Gráfico 20), as servidoras pedagógicas consideram o benefício concedido uma condição *muito* (67%) e *bastante* (33%) relevante para a permanência do (a) educando (a). As demais opções (*regular*, *pouco* e *nada*) não foram contabilizadas, permanecendo com 0%.

Gráfico 21 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?

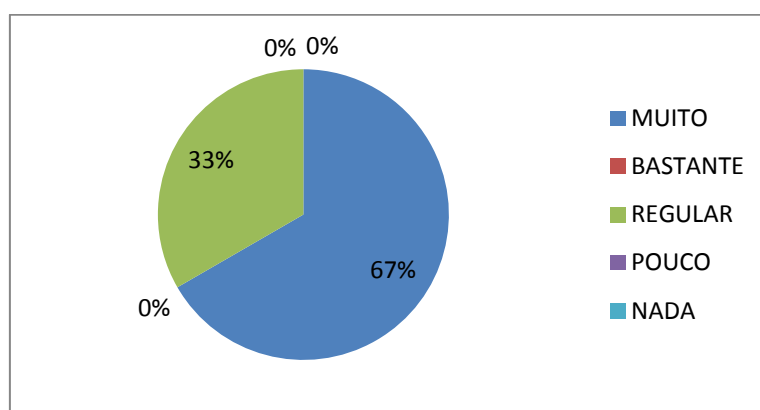


Fonte: o autor.

Há uma relativa percepção pormenorizada das servidoras pedagógicas sobre o favorecimento do desempenho do (a) educando (a) com consentimento de bolsa (Gráfico 21). De acordo com as respostas, 34% acreditam na relação *bastante* positiva entre benefício e desempenho, as demais respostas se pormenorizam em *regular* (33%) e *pouco* (33%) de, totalizando 66% de

descrédito na relação. O que não há é um entendimento das modalidades concedidas, uma das importantes modalidades é o auxílio estudantil, que permite ao (à) educando (a) aprofundar o seu conhecimento extracurricular, ou seja, além das avaliações dentro de sala. Não foram computadas as possibilidades de resposta *muito* e *nada*, permanecendo 0%.

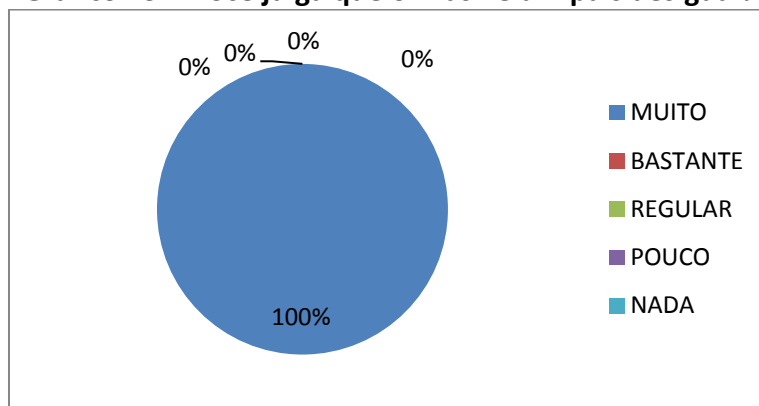
Gráfico 22 – Você acha que a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) seja em termos de menor renda?



Fonte: o autor.

É compreensível diante da realidade brasileira que o benefício das modalidades da Coordenação de Assistência Estudantil seja pensado somente em termos de renda (Gráfico 22). De acordo com as respostas, 67% de *muito* e 33% de *regular*, a porcentagem maior, defendem o benefício por questão de renda, o que condiz com o conhecimento prévio das servidoras pedagogas da condição social do (a) educando (a). No entanto, há uma modalidade (auxílio estudantil) que não exige comprovação de condição social, ou seja, basta procurar nas atividades extracurriculares o seu papel relevante para a produção de conhecimento que favorece continuamente na melhoria da vida local. Não foram computadas as possibilidades de resposta *bastante*, *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

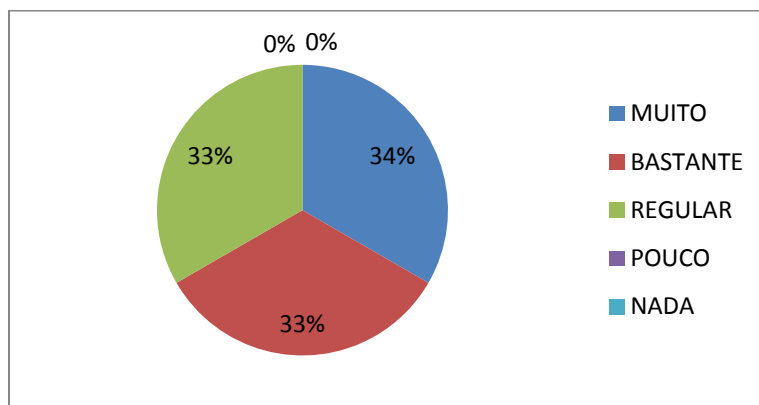
Gráfico 23 – Você julga que o Brasil é um país desigual?



Fonte: o autor.

Diante da formação das servidoras pedagogas e da realidade brasileira exposta historicamente (Gráfico 23), percebe-se uma condição brasileira indesejável. A desigualdade brasileira apresenta-se ainda como realidade vigente. De acordo com as respostas, 100% acreditam numa realidade muito desfavorável para a maioria do povo brasileiro.

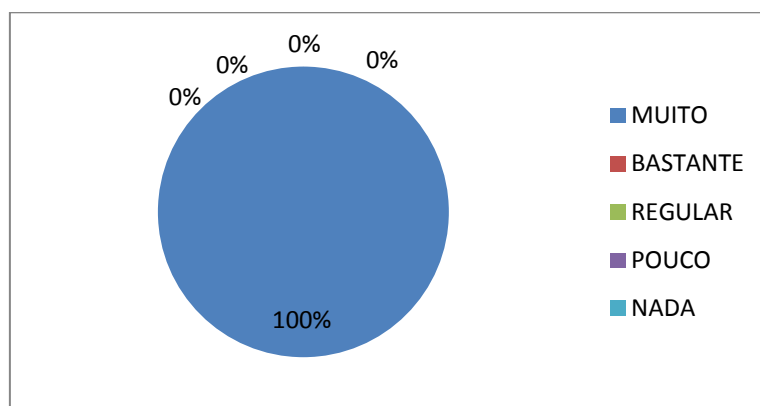
Gráfico 24 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?



Fonte: o autor.

A cidade de Uberlândia apresenta condição de desigualdade pela extremidade, não é fácil identificá-la visualmente (Gráfico 24). De acordo com as respostas, há um reconhecimento de desigualdade de 34% de *muito* e 33% de *bastante*, enquanto 33% pensam que não há uma desigualdade propriamente, passível de ser relativizada ou aceitável. Não foram computadas as possibilidades de resposta *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

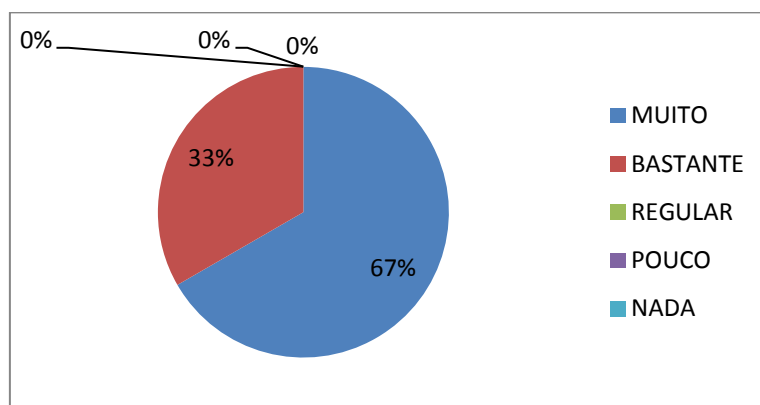
Gráfico 25 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?



Fonte: o autor.

O incômodo com a injustiça social valoriza um estado de espírito que não reconhece a condição social como algo natural e inalterado. As respostas de 100% de *muito* (Gráfico 25) confirmam que o sentimento das servidoras pedagógicas está presente e pode ser um ambiente interno conciliado com a própria formação para o diálogo e a mudança da realidade vigente.

Gráfico 26 – Você avalia o IFTM/*Campus* Uberlândia preocupado com o bom desempenho do (a) educando (a)?

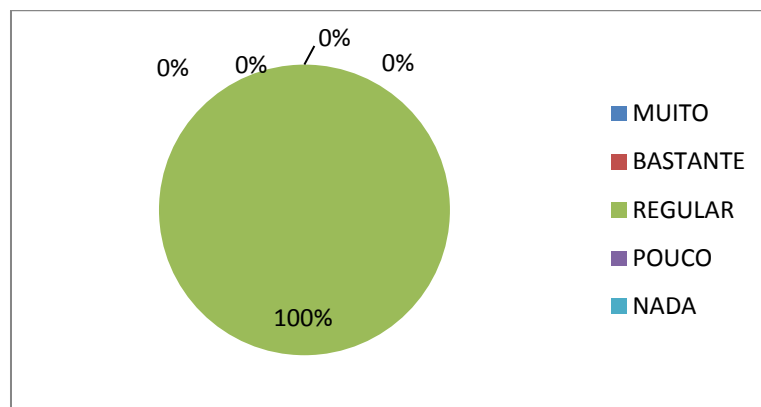


Fonte: o autor.

A preocupação com a melhoria de desempenho do (a) educando (a) é necessária quando se busca excelência na educação, uma educação que protagoniza inclusão social e democracia como projeto nacional. Nesse sentido, as respostas caminham com 67% de *muito* e 33% de *bastante* (Gráfico 26), revelando um anseio de melhoria de vida da realidade brasileira.

Não foram computadas as possibilidades de resposta *regular*, *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

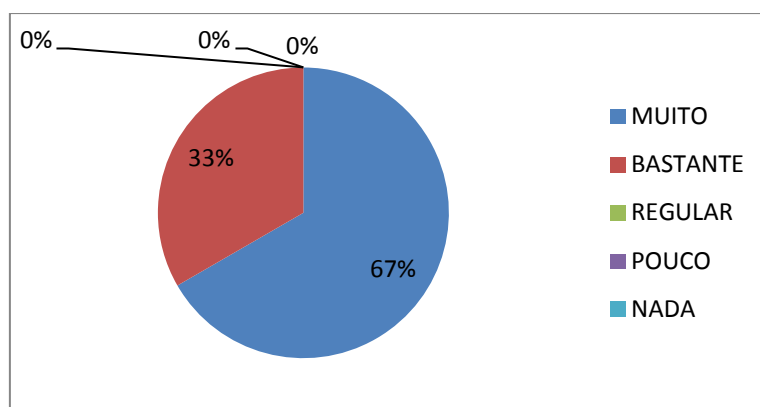
Gráfico 27 – Você considera o mérito como o único modelo de ascensão social?



Fonte: o autor.

O mérito como único modelo de ascensão social é posto pelas servidoras pedagogas como 100% de *regular* (Gráfico 27). As respostas apresentam uma pormenorização da pergunta, visto que o mérito não é suficiente para garantir a ascensão social do (a) educando (a), ou seja, depende também muito da condição social, da política local, regional e nacional e, em especial, de a comunidade protagonizar seu anseio coletivamente para um projeto que gere oportunidade a todos (as). A educação é uma das apostas para permitir a inserção de todos (as) e confirmar que não depende somente do mérito, mas de um conjunto de condições para alavancar socialmente, da participação de todos nas tomadas de decisão, o que não pode ser definido por um segmento apenas para melhoria da maioria.

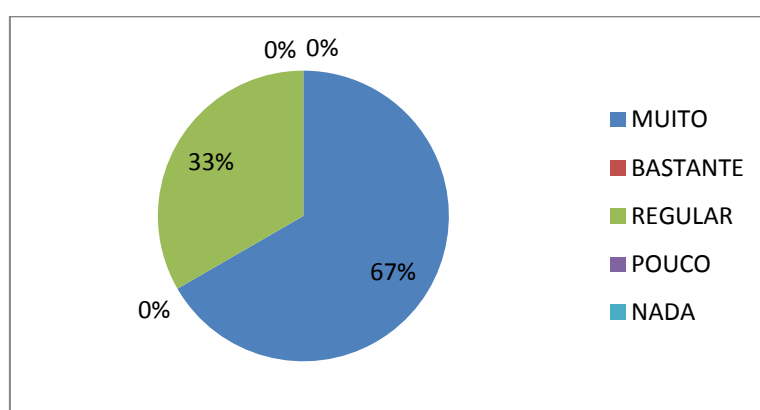
Gráfico 28 – Você se sente prestigiado (a) como pedagogo (a) do IFTM/Campus Uberlândia?



Fonte: o autor.

O sentimento de pertencimento é relevante para criar diálogo, canal de comunicação para aprofundar as relações sociais e abarcar as diferenças nos debates, tomando-os (as) como protagonistas da mudança e sentir prestígio (Gráfico 28). Nessa direção, as respostas com 67% de *muito* e 33% de *bastante* apresentam um grau de satisfação propício para disseminar e ratificar a missão do *Campus Uberlândia*. Não foram computadas outras possibilidades de resposta *pouco*, *nada* e *regular*, permanecendo 0%.

Gráfico 29 – Você interage com o IFTM/Campus Uberlândia para melhoria da instituição?



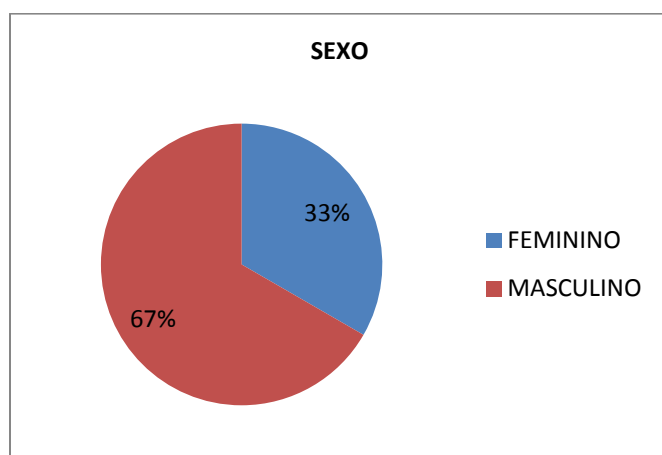
Fonte: o autor.

A interação é relevante para aperfeiçoar continuamente o *Campus Uberlândia* (Gráfico 29). Nesse sentido, as respostas *muito* (67%) e *regular* (33%) constataam uma interação das servidoras pedagogas, tendo em vista o

seu papel estratégico diante de um desafio na criação de um espaço democrático e inclusivo com toda a diversidade local. A participação faz-se na prática, e a cidadania ativa e responsável torna-se real num ambiente frutífero para expor a sua diversidade de opinião, somente assim o *Campus* Uberlândia apresenta-se como diferencial de educação. Não foram computadas possibilidades de resposta *bastante*, *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

5.3.PERFIL DO (A) EDUCADOR (A)

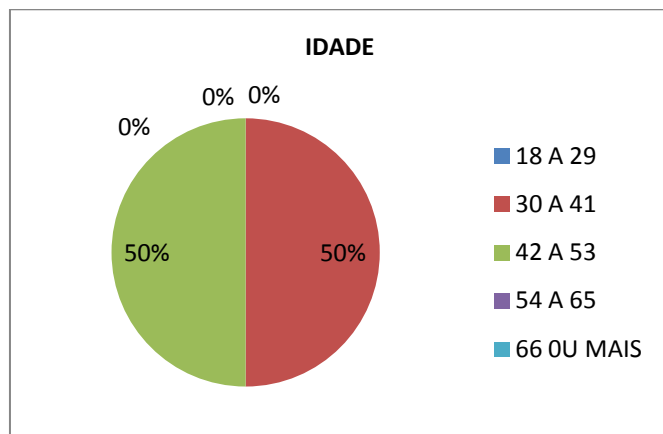
Gráfico 30 – Caracterização por sexo



Fonte: o autor.

A pesquisa destinada ao (à) educador (a) do *Campus* Uberlândia confirma 67% do sexo *masculino* e 33% do sexo *feminino* (Gráfico 30). Ressalva-se que caracteriza o gênero por disposição para participar da pesquisa.

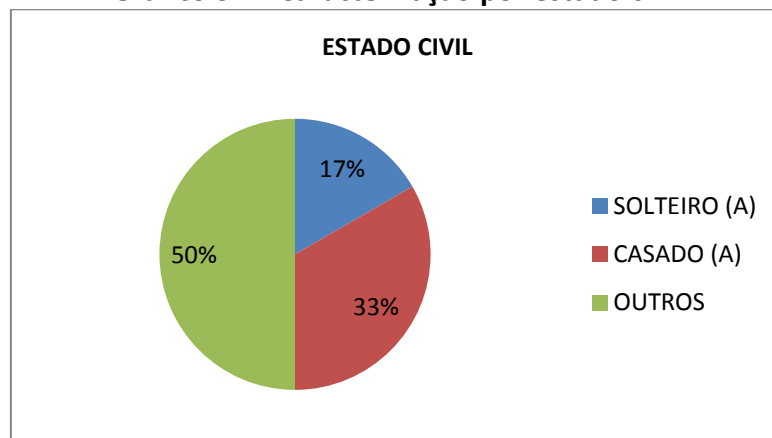
Gráfico 31 – Faixa etária



Fonte: o autor.

A pesquisa constata que a faixa etária (Gráfico 31) dos (as) participantes educadores (as) apresenta 50% dos *30 aos 41 anos* e 50% dos *42 aos 53 anos*, uma faixa de idade que representa o amadurecimento da vida pessoal e da vida profissional. Nessa faixa etária, a tomada de decisão geralmente não é precipitada para momento confuso pessoal e social.

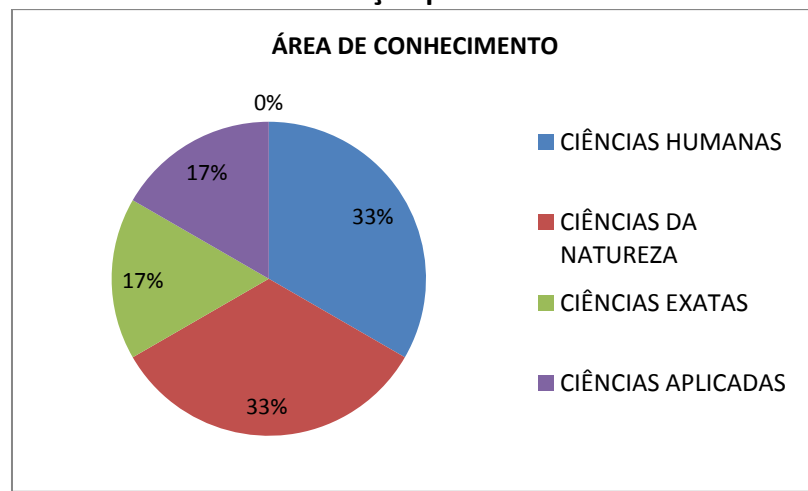
Gráfico 32 – Caracterização por estado civil



Fonte: o autor.

A pesquisa identifica que o estado civil (Gráfico 32) dos (as) participantes educadores (as) abarca 17% de *solteiros (as)*, 33% de *casados (as)*, 50% de *outros (as)*, um modo de vida diverso no *Campus* Uberlândia. A diversidade é necessária, visto que a figura do (a) educador (a) se apresenta como possibilidade da vida do (a) educando (a).

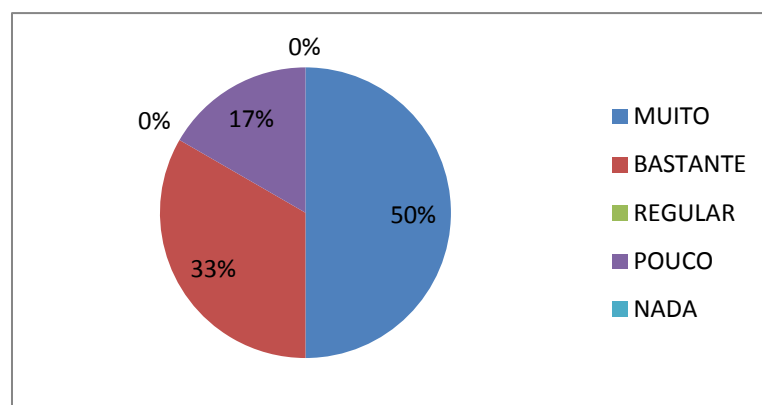
Gráfico 33 – Caracterização por área de conhecimento



Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta diversas áreas de conhecimento dos (as) educadores (as) no *Campus* Uberlândia e, conseqüentemente, inúmeros modos de pensar o mundo social e natural (Gráfico 33). De acordo com a disposição dos (as) educadores (as), 33% são de *Ciências Humanas*, 33% de *Ciências da Natureza*, 17% de *Ciências Exatas* e 17% de *Ciências Aplicadas*, configurando uma transdisciplinaridade possível para a construção de uma educação com grande potencial de transformação da realidade social dos brasileiros.

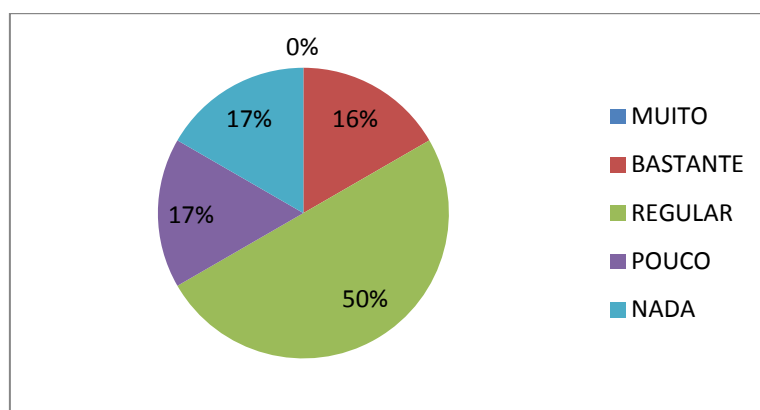
Gráfico 34 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

A pesquisa considera relevante saber o que os (as) participantes educadores (as) acreditam sobre o benefício, apontando a permanência como fator determinante (Gráfico 34). De acordo com as respostas, 50% de *muito* e 33% *bastante*, totalizando 83% de aprovação do benefício como fator que contribui para a permanência do (a) educando (a). Constatam que os (as) educadores (as) não responderam, computando 0% de *regular* e 0% de *nada*, enquanto *pouco* (17%) pormenoriza a contribuição. Há contradição na resposta para *pouco*, quando se verificam aspectos de outras respostas dos (as) participantes educadores (as) creditando ao acesso a benefícios importância para a atividade extracurricular do educando. O programa de assistência estudantil perpassa várias condições sociais, tendo entre os objetivos a permanência e o aprofundamento do conhecimento e do outro. Um benefício correlaciona-se com o outro benefício. Considerá-los separadamente pode ser a razão para a resposta *pouco*.

Gráfico 35 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?

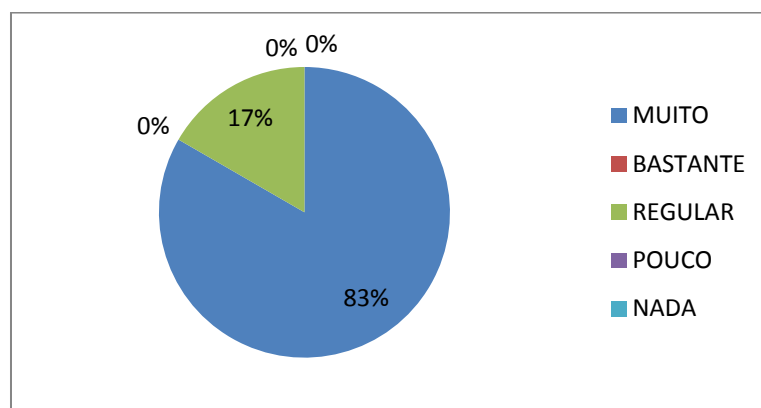


Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta a sua maior diversidade de respostas. Os (as) educadores (as) não acreditam que o benefício favoreça o desempenho escolar/acadêmico, ressaltando-se as respostas para *regular* (Gráfico 35). De acordo com as respostas, foram 0% de *muito*, 16% de *bastante*, 17% de *nada*, 17% de *pouco* e 50% de *regular*. O que se apresenta, como na resposta *nada*, é que os (as) educadores (as) ignoraram o papel social de inclusão com

promoção de igualdade de oportunidade, limitando-o a um mero recurso monetário (ganho), excluindo a perspectiva de o (a) educando (a) estar dentro de uma possibilidade (valor agregativo) e poder participar de atividade escolar/acadêmica no *Campus* Uberlândia, bem como de atividade extracurricular fora do *Campus*. O fato de o (a) educando (a) estar dentro de uma instituição que pretende, como missão, fortalecer a democracia e propõe a inclusão como processo objetivo (prático) deve ser levado em conta, tendo em vista o Estado de direito.

Gráfico 36 – Você acha que a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) seja em termos de menor renda?

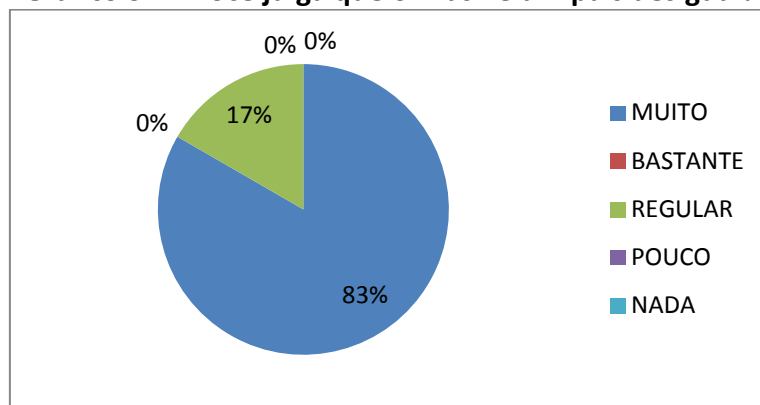


Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta uma tendência de os (as) educadores (as) acreditarem que a melhor forma de conceder o benefício é uma questão de menor renda (Gráfico 36). É justificável pensar a condição do (a) educando (a) e, conseqüentemente, pensar na sua permanência. Uma das formas de se visualizar a condição desfavorecida é por meio da renda. Há um custo para o estudo: mesmo que o *Campus* Uberlândia seja uma repartição pública, o (a) educando (a) possui gasto para a sua manutenção com objetos escolares e outros. De acordo com as respostas, 83% de *muito* e 0% de *bastante* simbolizando uma noção de aprovação dos (as) educadores (as) pelo critério e um entendimento que o caminho deve ser por igualdade de oportunidade, ao passo que há uma certa relativização de 17% de *regular* para a questão menor renda. Não foram constatadas respostas para *pouco* e *nada*, computando-se

0% para ambas. A relativização do benefício é possível, quando se considera o auxílio estudantil como forma de beneficiar o (a) educando (a) na sua manutenção no local previsto para a atividade extracurricular que, por sua vez, independe da condição social.

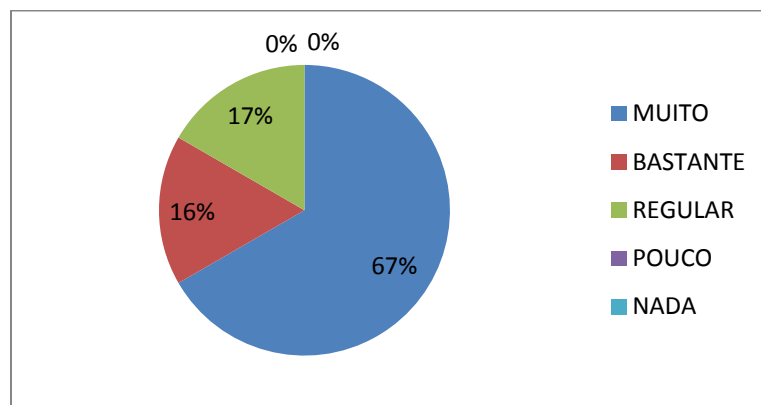
Gráfico 37 – Você julga que o Brasil é um país desigual?



Fonte: o autor.

Julgar o Brasil desigual leva todos (as) a não aceitar, quando se considera que a desigualdade é gerada e alimentada por questão social (Gráfico 37). Pensar a educação como um potencial para produzir conhecimento que impeça a reprodução de algo desumano e mostre outro caminho, com vistas à melhoria do quadro social, deve ser sugestão de uma educação autêntica para os (as) educadores (as) compromissados (as) com a missão do *Campus* Uberlândia. De acordo com as respostas, a confirmação de que o país se apresenta como desigual pelos (as) participantes educadores (as) (*muito*, 83%; e *regular*, 17%) é uma condição infeliz que impossibilita a realização da *Constituição* (1988). A *Constituição* (1988) deve ser almejada na prática, e a educação é uma oportunidade estratégica para se alcançar a efetivação constitucional do Brasil. Não foram computadas possibilidades de resposta *bastante*, *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

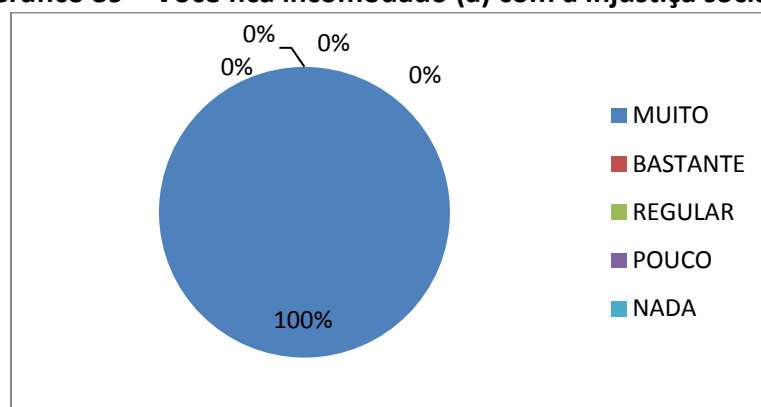
Gráfico 38 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?



Fonte: o autor.

O pensamento dos (as) educadores (as) participantes sobre a cidade de Uberlândia ser desigual não é exagero, visto que a desigualdade se apresenta horizontal, difícil de apreender visualmente (Gráfico 38). As repostas – *muito*, 67%; *bastante*, 16%; e *regular*, 17% –, infelizmente, perpassam uma cidade industrial gerida por um segmento político rural que permite pouca participação popular como gestão pública. A centralização da política em um segmento de poder interfere na disseminação de medida para diminuir a desigualdade social da localidade. Não foram computadas possibilidades de resposta para *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

Gráfico 39 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?

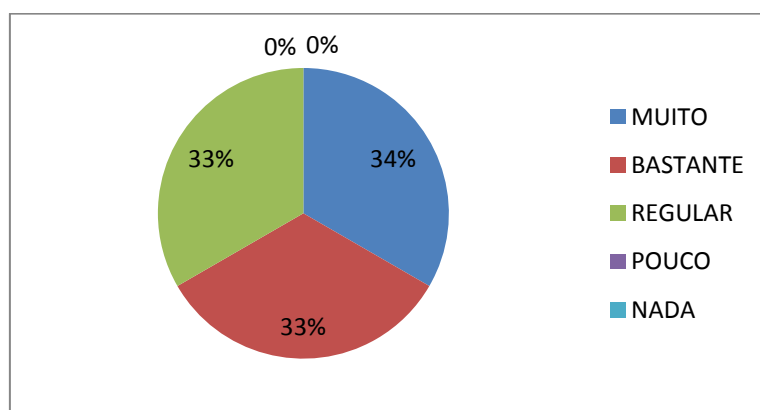


Fonte: o autor.

O incômodo com a injustiça social pelos (as) educadores (as) participantes representa um sinal necessário para o posicionamento no mundo diante de algo inadmissível (Gráfico 39). De acordo com as respostas, todos (as), ou seja,

100% de *muito* há incômodo com a injustiça social. É relevante, primeiramente, não aceitar a condição imposta de injustiça social. Nesse sentido, a indignação não deve ser somente um estado de espírito passageiro, sem atitude, mas os (as) educadores (as) devem recolocar algo (conhecimento) que interfira na vida da maioria da população brasileira, como sujeitos ativos e responsáveis diante da realidade imposta, prezando a missão do *Campus* Uberlândia. O conhecimento deve ser direcionado para a resolução da condição desfavorável da população brasileira.

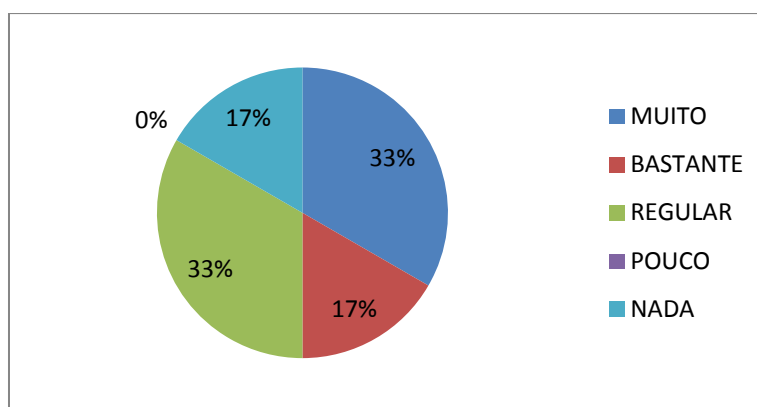
Gráfico 40 – Você avalia o IFTM/*Campus* Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?



Fonte: o autor.

A pesquisa mostra que os (as) educadores (as) reconhecem o *Campus* Uberlândia preocupado com o bom desempenho do (a) educando (a) (Gráfico 40), conforme as respostas: *muito*, 34%; *bastante*, 33%; e *regular*, 33%. As demais possibilidades de resposta (*pouco* e *nada*) não foram respondidas, permanecendo 0%. Esse bom desempenho deve ser adequado com a missão do *Campus* Uberlândia. Não se deve pensar o (a) educando (a) isoladamente, um desempenho por nota, mas a sua construção contínua, cooperativa e crítica, tendo-se em vista a busca de uma cidadania ativa e responsável.

Gráfico 41 – Você considera o mérito como o único modelo de ascensão social?

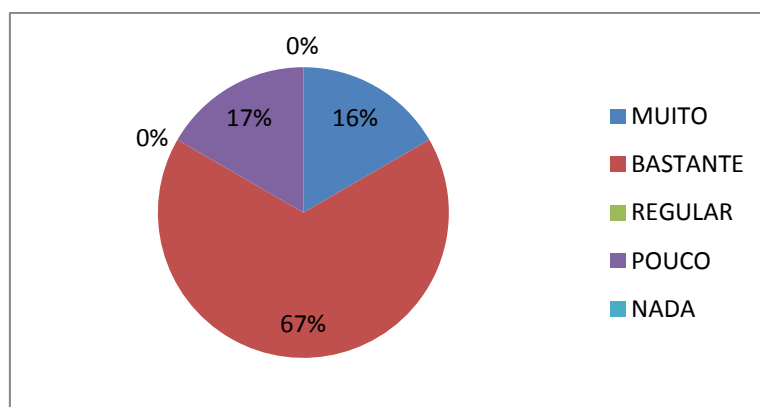


Fonte: o autor.

A pesquisa constata que os (as) educadores (as) participantes avaliam o mérito como único modelo de ascensão social (Gráfico 41). De acordo com as respostas, 33% de *muito* e 17% de *bastante* totalizam 50% que apontam o mérito como único modelo de ascensão social, enquanto 33% de *regular* relativizam ou pormenorizam o mérito. Por outro lado, 0% de *pouco* e 17% de *nada* não acreditam no mérito como o único modelo de ascensão social. Os (as) mesmos (as) educadores (as) participantes reconhecem a desigualdade social e se incomodam com a injustiça social nas respostas anteriores, mas atribuir isoladamente ao (à) educando (a) e apontar a sua ascensão social, responsabilizando a cada um (a) o seu sucesso ou o seu fracasso, cria um problema de perspectiva, para não dizer contradição, quando se toma a missão do *Campus* Uberlândia como fator de mudança social que não deve ser pensado isoladamente do (a) educando (a), nem pelo (a) mesmo (a) nem pela instituição com os (as) seus (as) servidores (as) de ensino. O mérito deve sim ser considerado, mas jamais separado da inclusão social e do fortalecimento da democracia, responsabilizando todos (as) os (as) brasileiros (as) pelas chagas que são uma vigência histórica no país. As respostas de 33% de *regular* que relativizam ou pormenorizam o mérito, bem como as respostas de 17% de *nada*, estão mais próximas da busca da missão do *Campus* Uberlândia, atendo-se à educação como uma ação coletiva. Todos (as) os (as) brasileiros (as) devem participar e serem responsabilizados (as)

pelo fracasso e/ou sucesso, a omissão não cabe na cidadania ativa e responsável.

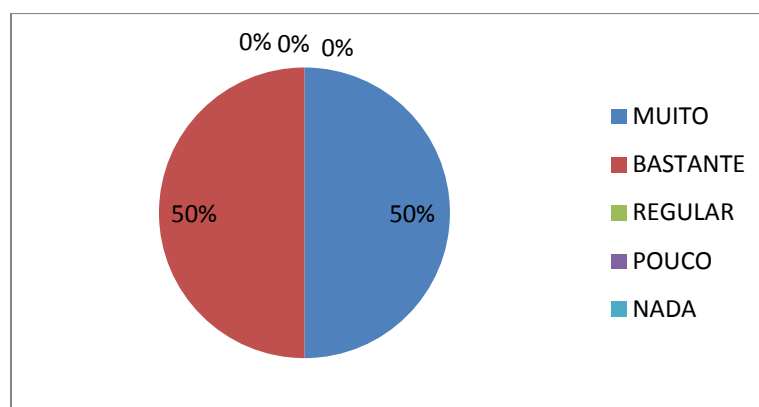
Gráfico 42 – Você se sente prestigiado (a) como educador (a) do IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

A pesquisa quer saber o grau de sentimento de pertencimento dos (as) educadores (as) quanto ao prestígio advindo do *Campus* Uberlândia (Gráfico 42). De acordo com as respostas, 16% de *muito* e 67% de *bastante* são totalizadas com 83% de sentimento de reconhecimento, enquanto 17% de *pouco* sentem reconhecimento, e as demais possibilidades de resposta não foram declaradas (*regular* e *nada*), permanecendo com 0%. O pertencimento é relevante para construir algo, não estar alheio à realidade ou à missão do *Campus* Uberlândia no processo de construção de algo diferente e autêntico. O (a) educador (a) deve participar ativamente, mas, para isso, ele deve se sentir importante na missão do *Campus* Uberlândia.

Gráfico 43 – Você interage com o IFTM/*Campus* Uberlândia para melhoria da instituição?

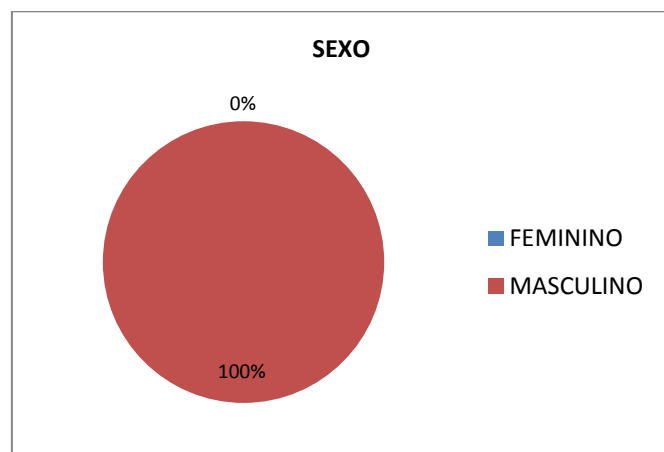


Fonte: o autor.

A pesquisa quer saber a interação (Gráfico 43) do (a) educador (a) com o *Campus* Uberlândia, tendo em vista a melhoria institucional. De acordo as respostas, 50% de *muito* e 50% de *bastante* apontam que os (as) educadores (as) participam das questões do *Campus* Uberlândia. O diálogo deve ser permanente entre os educadores, os (as) educandos (as) e o *Campus* Uberlândia, acreditando-se no potencial para o fortalecimento da democracia, visto que a diversidade de posição é um dos fundamentos que propiciam a melhoria das relações sociais com o diálogo e ações práticas, que devem ser o caminho para se alcançar e adotar a inclusão social como objetivo final. Não foram computadas possibilidades de resposta *regular*, *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

5.4. PERFIL DO (A) COORDENADOR (A)

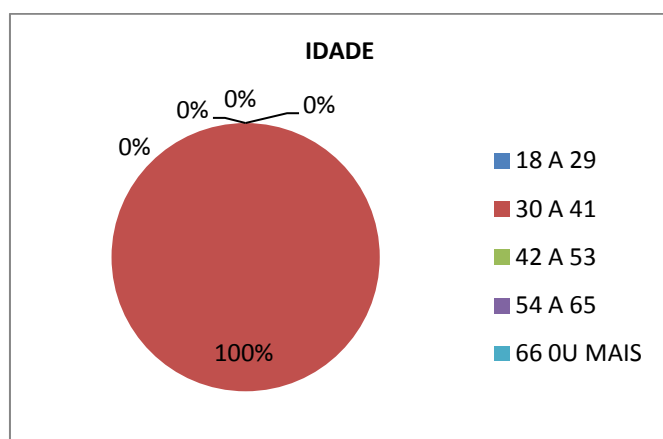
Gráfico 44 – Caracterização por sexo



Fonte: o autor.

A pesquisa constata a disposição dos participantes da coordenação do *Campus* Uberlândia que apresenta 100% do sexo *masculino* (Gráfico 44). Ressalva-se que o instituto conta com coordenadoras em seu quadro funcional; no entanto, nenhuma delas participou desta pesquisa.

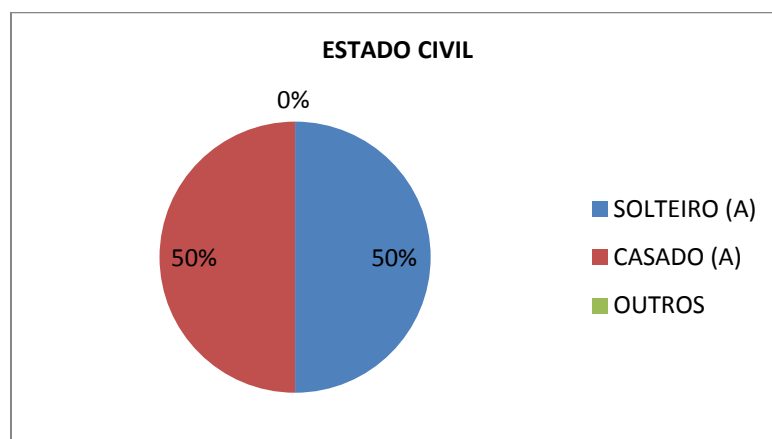
Gráfico 45 – Faixa etária



Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta uma faixa etária de 100% dos *30 aos 41 anos* (Gráfico 45). A condição dos coordenadores de participantes reflete uma idade madura e propícia para a inovação e a consolidação das ações diversificadas.

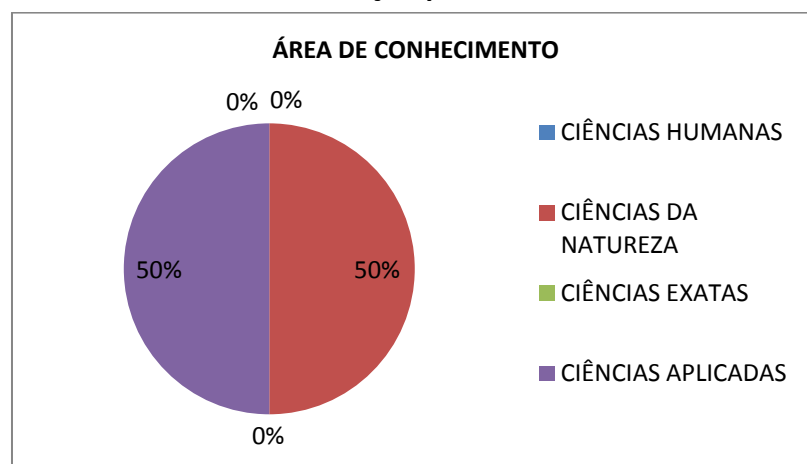
Gráfico 46 – Caracterização por estado civil



Fonte: o autor.

A pesquisa mostra que, sobre a condição civil (Gráfico 46), 50% dos coordenadores do *Campus* Uberlândia são solteiros e 50%, casados, dois modos de vida que expressam a sua experiência interpessoal passível de ser vivenciada por todos (as).

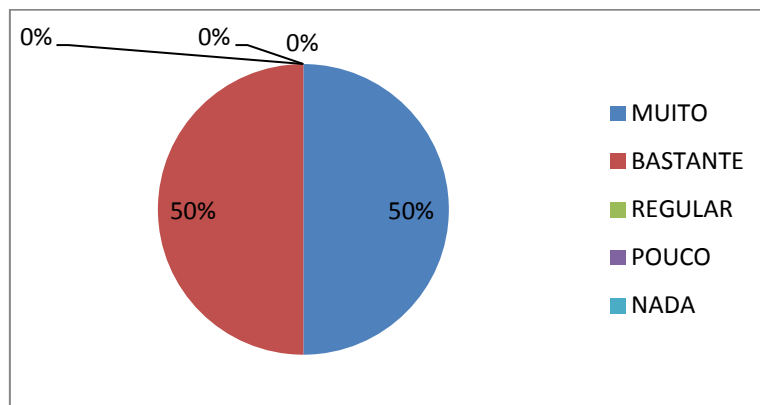
Gráfico 47 – Caracterização por área de conhecimento



Fonte: o autor.

A pesquisa mostra que 50% dos coordenadores participantes são da área de Ciências Aplicadas e 50%, da área de Ciências da Natureza (Gráfico 47). Essas duas áreas são relevantes para o *Campus* Uberlândia, que se situa em área rural. Além do mais, os coordenadores são educadores e participam diretamente da formação escolar e acadêmica do (a) educando (a).

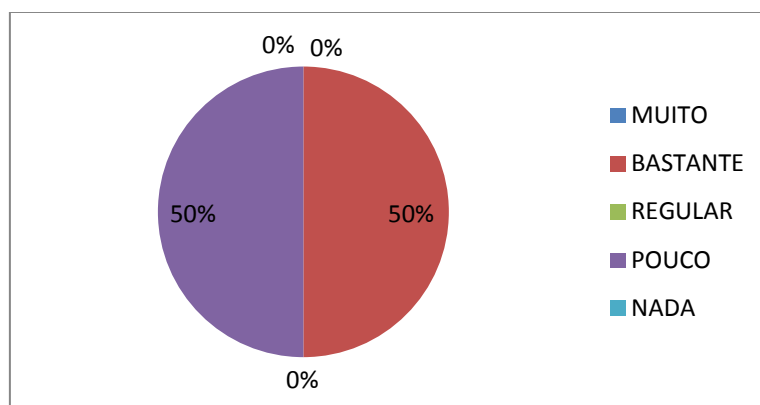
Gráfico 48 – Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

A pesquisa apresenta as respostas dos coordenadores participantes que acreditam no benefício, contribuindo na permanência do (a) educando (a) (Gráfico 48). De acordo com as respostas, os participantes acreditam ser muito (50%) e bastante (50%) positivo a concessão do benefício. As demais possibilidades de resposta (regular, pouco e nada) não foram computadas, permanecendo 0%. É fato que o benefício contribui, mas precisa ser sempre aprimorado.

Gráfico 49 – Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?

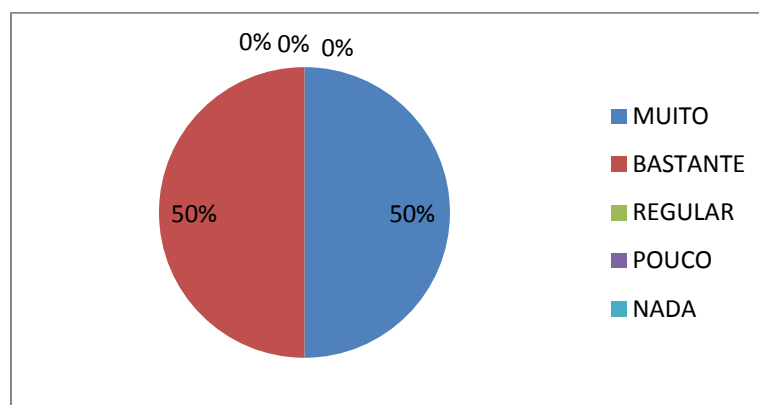


Fonte: o autor.

A pesquisa procura saber se os coordenadores participantes acreditam que o benefício favoreça o desempenho escolar e acadêmico (Gráfico 49). De

acordo com as respostas, 50% acreditam bastante e 50% acreditam pouco que o benefício favoreça o desempenho escolar e acadêmico. Há um desconhecimento das modalidades e do seu potencial a ser explorado. Alguma experiência não bem-sucedida, não significa que precise atribuir ao programa ser desnecessário, ainda que o resultado seja pouco eficiente com um determinado grupo de educando (a) ou um (a) educando (a). O relevante é garantir o benefício e porvir será sempre a melhor opção como a educação sempre oportuna para o aprimoramento do conhecimento pelo (a) educando (a). As demais possibilidades de respostas (muito, regular e nada) não foram computadas, permanecendo 0%.

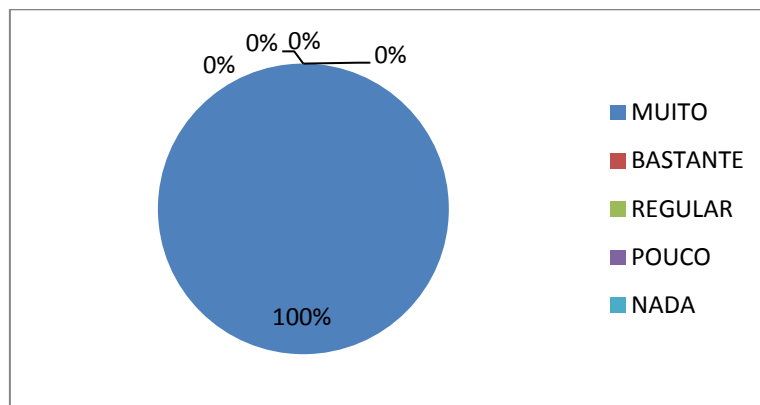
Gráfico 50 – Você acha que a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) seja em termos de menor renda?



Fonte: o autor.

A pesquisa mostra que os coordenadores participantes acreditam que a concessão do benefício por questão de menor renda seja uma opção relevante (Gráfico 50). De acordo com as respostas, os participantes apontam como condição muito (50%) e bastante (50%) acertada conceder o benefício por questão de menor renda. Isto é relevante, mas não se deve perder de vista que o *Campus* Uberlândia promove uma percepção de inclusão e, por isso, não cabe tornar absoluta uma condição, sem permitir a possibilidade de aprendizagem da diversidade social. Não foram computadas possibilidades de resposta regular, pouco e nada, permanecendo 0%.

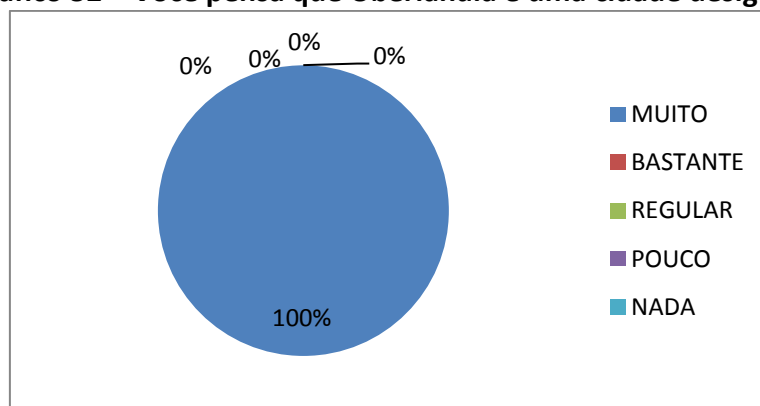
Gráfico 51 – Você julga que o Brasil é um país desigual?



Fonte: o autor.

Julgar que o país apresenta desigualdade é um reflexo histórico. De acordo com as respostas, 100% consideram o Brasil muito desigual (Gráfico 51). A compreensão da desigualdade permite posicionar-se para superar a condição imposta. A posição de gestão é uma oportunidade para pôr em prática e melhorar o programa inclusivo do *Campus* Uberlândia.

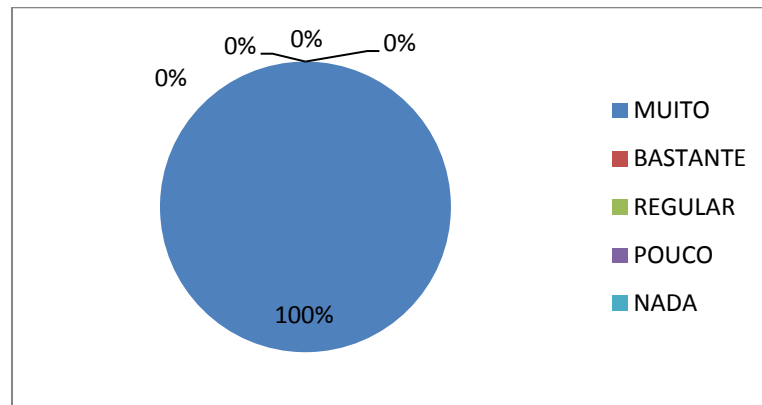
Gráfico 52 – Você pensa que Uberlândia é uma cidade desigual?



Fonte: o autor.

Assim como o país, a cidade de Uberlândia expressa sua face de desigualdade. De acordo as respostas, 100% acreditam muito que a cidade de Uberlândia seja desigual (Gráfico 52). O *Campus* Uberlândia apresenta-se como uma oportunidade para mudar a realidade local, o que, a propósito, é a sua razão de ser, bastando que todos (as) participem da busca pela inclusão social e do fortalecimento da democracia.

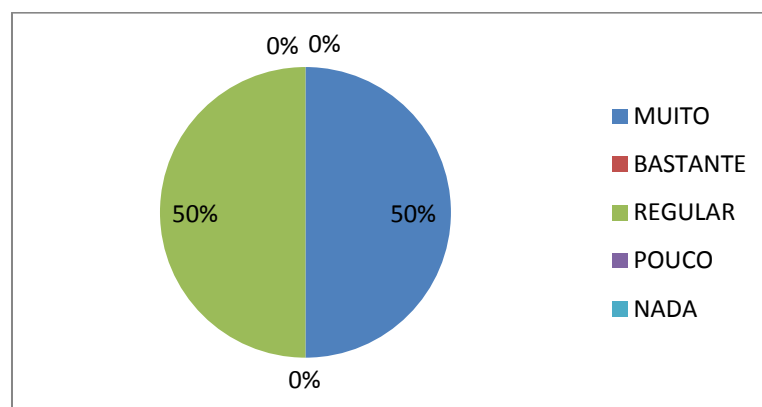
Gráfico 53 – Você fica incomodado (a) com a injustiça social?



Fonte: o autor.

O incômodo é importante sentimento, visto que causa desconforto e pode gerar algo além do conformismo e da insensibilidade, com vistas para uma prática cidadã ativa e responsável. De acordo com as respostas, 100% dos participantes sentem-se muito incomodados com a injustiça social (Gráfico 53), um sentimento que não deve jamais ser neutralizado, mas deve ser iluminado a todo tempo e em qualquer local, uma condição inaceitável que perdura ainda muito na realidade brasileira.

Gráfico 54 – Você avalia o IFTM/*Campus* Uberlândia preocupado com o bom desempenho do (a) educando (a)?

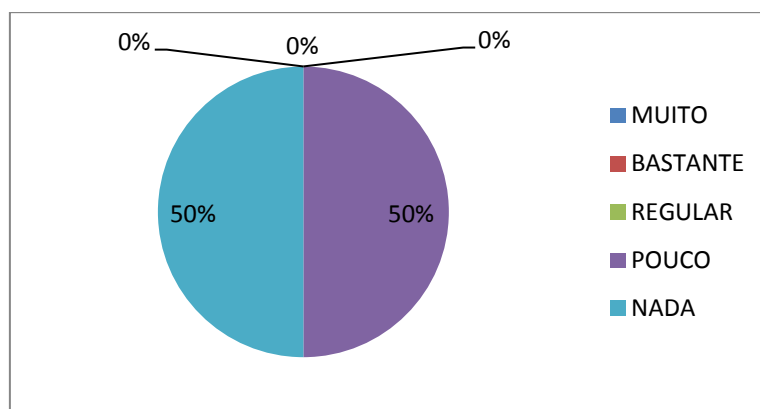


Fonte: o autor.

A preocupação com o outro é importante e o bom desempenho (Gráfico 54) somente se torna possível com a dedicação de todos (as). De acordo com as respostas, 50% consideram o instituto *muito* preocupado e 50%

consideram *regular* a preocupação. A percepção de que o *Campus* Uberlândia não se preocupa tanto com o (a) educando (a) deve ser analisada. Os coordenadores participantes conhecem a realidade do *Campus* Uberlândia diante de tanta diversidade de percepção do mesmo. Há outro lado que 50% de *muito* definem com sentido positivo a participação do *Campus* Uberlândia no desenvolvimento do (a) educando (a). A diversidade de percepção faz parte e deve ser buscada continuamente para a melhoria do desempenho, com vistas à inclusão social como objetivo final. Não foram computadas possibilidades de resposta *bastante*, *pouco* e *nada*, permanecendo 0%.

Gráfico 55 – Você considera o mérito como o único modelo de ascensão social?

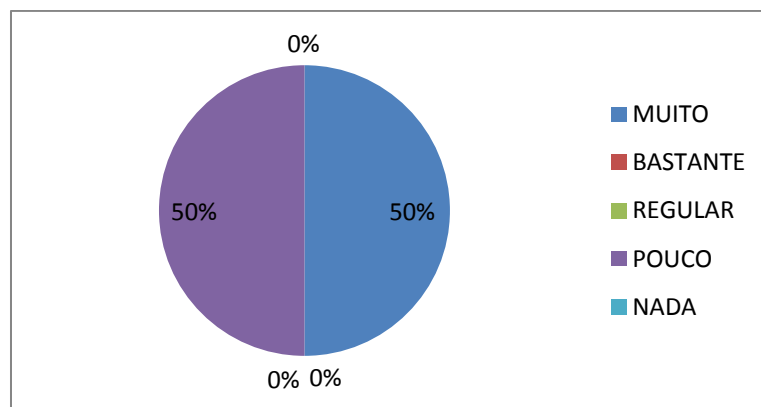


Fonte: o autor.

A pesquisa mostra que os coordenadores participantes não acreditam no mérito como o único modelo de ascensão social (Gráfico 55). As respostas apontam que os participantes acreditam que a ascensão social dependa *pouco* (50%) ou *nada* (50%) do mérito. Essa posição dos coordenadores participantes indica uma abertura para além do mérito isolado e elitista, sem ignorar que efetivado o Estado de direito, por meio da *Constituição* (1988), é possível projetar política pública que equilibre a realidade brasileira, beneficiando a ascensão social e reduzindo a desigualdade. Nesse sentido, as respostas dos coordenadores participantes justapõem-se a um pensamento que não credita somente ao mérito um fator determinante, mas à inclusão

social com política pública. Não foram computadas possibilidades de resposta para *muito*, *bastante* e *regular*, permanecendo 0%.

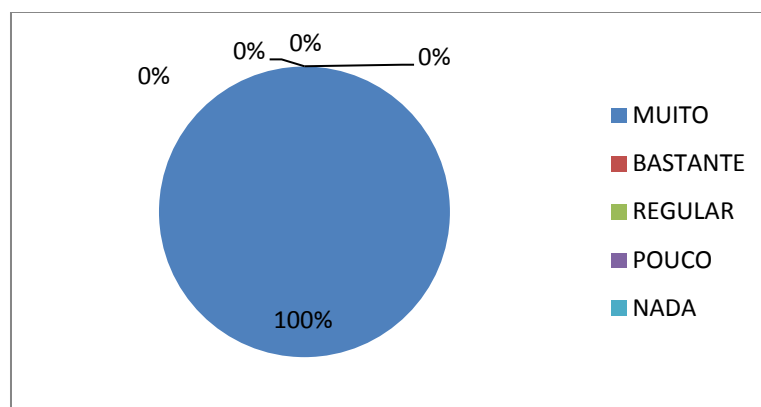
Gráfico 56 – Você se sente prestigiado (a) como coordenador (a) do IFTM/*Campus* Uberlândia?



Fonte: o autor.

É relevante o sentimento de pertencimento e, consequentemente, o de prestígio por algo ou alguém. De acordo com Gráfico 56, as respostas, *muito* (50%) e *pouco* (50%) apontam que há um caminho a ser seguido para abarcar todos (as) no *Campus* Uberlândia. Não foram computadas possibilidades de resposta *bastante*, *regular* e *nada*, permanecendo 0%.

Gráfico 57 – Você interage com o IFTM/*Campus* Uberlândia para melhoria da instituição?



Fonte: o autor.

A pesquisa confere interação importante para a melhoria do *Campus* Uberlândia. De acordo com o Gráfico 57, as respostas (*muito*, 100%)

confirmam a participação dos coordenadores na construção do *Campus* Uberlândia como algo a ser aprimorado e discutido coletivamente. A educação deve ser retomada para pontuar algo a ser modificado ou aprofundado, com vistas à conjectura social e à finalidade democrática como objetivo principal.

5.5. INTRODUÇÃO DAS PERGUNTAS DAS LETRAS K A N

Todos os questionários destinados aos (às) educandos (as), aos (às) educadores (as), aos (às) pedagogos (as) e aos (às) coordenadores apresentam quatro perguntas abertas das letras k a n, presentes nos Apêndices J a P. Confirmando que todos (as) responderam as perguntas das letras k a n. Informo que alguns (as) entrevistados (as) foram aleatoriamente escolhidos (as). Esses (as) escolhidos (as) estão definidos (as) por números, preservando a sua identidade e segurança, conforme compromisso firmado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entre o pesquisador e pesquisado (a). O termo mencionado encontra-se dividido por características de idade e funções profissionais nos Apêndices das letras A a E.

A importância do sigilo será mantida na pesquisa de campo, conforme prevê o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e demais deveres. E por isso, o número e a resposta correspondem a cada entrevistado (a) da pesquisa de campo. Todos (as) os (as) entrevistados (as) estão numerados (as) nos Apêndices J a P.

Os Apêndices restantes, F a I, são modelos de todos os questionários referentes aos (às) educandos (as), aos (às) educadores (as), aos (às) pedagogos (as) e aos (às) coordenadores.

5.6. QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) EDUCANDOS (AS)

Informo que algumas respostas serão apresentadas nesse subitem 5.6, enquanto as demais respostas estão nos Apêndices definidos (M a P) para as (as) educandos (as) dos níveis médio/técnico, técnico e superior. Ressalvo que as escolhas das respostas foram aleatórias, seguindo número e resposta. O que há nas respostas respondidas nesse subitem 5.6 são contradições, quando relacionadas às questões fechadas no subitem 5.1, mas também apontam para a relevância dos benefícios.

k) Você recebeu o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não (), o benefício é importante e por quê?

- Educando (a) do nível médio/técnico que recebeu algum benefício:

18 – “Sim, porque trouxe mais conhecimento e experiência acadêmica e para a vida profissional.”

- Educando (a) do nível médio/técnico que não recebeu nenhum benefício:

19 – “Não, extremamente importante por poder garantir que estudantes que não possuem baixa renda participem das atividades oferecidas pelo *Campus*.”

- Educando (a) do nível superior que recebeu algum benefício:

4 – “Sim, pois possibilita a participação de todos, que talvez não iria devido à condição financeira.”

- Educando (a) do nível superior que não recebeu nenhum benefício:

9 – “Não, o benefício torna-se importante para a qualidade de ensino a ser obtida pelo estudante.”

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da

sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

- Educando (a) do nível médio/técnico que recebeu algum benefício:

11 – “Sim, pois os estudantes do *Campus* Uberlândia têm condição financeira baixa.”

• Educando (a) do nível médio/técnico que não recebeu nenhum benefício:

28 – “Sim, para alunos que realmente necessite do benefício.”

- Educando (a) do nível superior que recebeu algum benefício:

5 – “Sim, pois seria utilizado de forma mais útil, do que entregar para pessoas que não precisem.”

- Educando (a) do nível superior que não recebeu nenhum benefício:

10 – “Sim, para contribuir ainda mais com a permanência do aluno.”

m) Você acredita que somente o seu desempenho acadêmico/escolar é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

- Educando (a) do nível médio/técnico que recebeu algum benefício:

1 – “Não, pois muitas vezes o aluno não terá melhorias somente com seu desempenho e não são todos os beneficiários.”

• Educando (a) do nível médio/técnico que não recebeu nenhum benefício:

19 – “Não, porque a cidadania e a forma que buscamos melhoria de vida não se baseia no boletim escolar. E podemos levar em consideração os alunos que possuem dificuldade em compreender as matérias.”

- Educando (a) do nível superior que recebeu algum benefício:

5 – “Não, só conhecimento, mas ética e conduta.”

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

- Educando (a) do nível médio/técnico que recebeu algum benefício:

4 – “Ajudas, pois a instituição pode ajudar a aluno, porém não é um direito do aluno receber o auxílio.”

- Educando (a) do nível médio/técnico que não recebeu nenhum benefício:

20 – “Direitos, sim, pois auxilia o estudante da instituição.”

- Educando (a) do nível superior que recebeu algum benefício:

7 – “Ajudas, porque o direito é inviolável e deve ser garantido a todos sem distinção. Desse modo, todos que fizessem inscrição e atendessem o edital quanto a classe econômica per capita inferior a 1,5 salário deveriam ser atendidos, e não fazer uma triagem investigando os mais vulneráveis para receber o benefício. Por esse motivo considero um ajuda.”

- Educando (a) do nível superior que não recebeu nenhum benefício:

9 – “Ajudas, o *Campus* desempenha essa ajuda para a tentativa da correção socioeconômica.”

5.7.QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) PEDAGOGOS (AS)

As respostas dos (as) pedagogos (as) apresentam contradições, quando relacionadas às questões fechadas do subitem 5.2, mas também apontam para a relevância dos benefícios. No Apêndice L, as respostas estão completas dos subitens 5.2 e 5.7.

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não (), o benefício é importante e por quê?

1 – “Sim, para possibilitar oportunidades iguais.”

2 – “Não. Não justificou.”

3 – “Sim, o benefício foi proveitoso, pois muitos eventos (congressos seminários, etc.) tem um custo muito alto, com inscrições, hospedagem, alimentação, traslado. Apesar das diárias nem sempre cobrirem o gasto total, ao menos auxilia com as despesas. Caso eu tenha que pagar tudo por conta própria, às vezes inviabiliza a participação nesses eventos, que, com certeza colaboram imensamente para a aquisição de conhecimentos que incidem no desenvolvimento do nosso trabalho.”

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

1 – “Sim, como se trata de assistência estudantil, estaria auxiliando na permanência efetiva do estudante.”

2 – “Sim, a maior parte do recurso pois assistir o estudante na alimentação e transporte é de grande importância.”

3 – “Não, considero que o estudante possui outros gastos além do transporte e alimentação, seja com a compra de livros, xerox, material de trabalho etc. Assim, o valor recebido pelo estudante, como é feito atualmente possibilita que ele arque com outras despesas (talvez necessárias) que vão além do transporte e alimentação.”

m) Você acredita que somente o desempenho da aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

1 – “Não, porque a melhoria de vida depende de outros fatores também.”

2 – “Não, existem vários fatores, como participação em projeto e eventos sociais.”

3 – “Não, o desempenho nas atividades acadêmicas é um dos fatores que impactam na melhoria de vida, mas não é o único. Na minha opinião, fatores relacionados à cultura, educação, meio ambiente, saúde, condições de trabalho (e acesso ao trabalho) também.”

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

1 – “Direitos, porque garante a permanência do estudante no ensino.”

1 – “Ajudas, porque contribui com o apoio financeiro para continuidade escolar.”

2 - “Direitos, porque o estudante precisa permanecer com êxito na escola e não somente ter o acesso.”

3 - Ajudas, entendo que Direito é algo que imputa a uma norma de interesse da coletividade. Já a ajuda (no meu entendimento) vem garantir os direitos que são inerentes à condição humana.”

5.8.QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) EDUCADORES (AS)

As respostas dos (as) educadores (as) apresentam contradições, quando relacionadas às questões fechadas do subitem 5.3, mas também apontam para a relevância dos benefícios. No Apêndice K, as respostas estão completas dos subitens 5.3 e 5.8.

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não (), o benefício é importante e por quê?

1 – “Sim, foi proveitoso, pois auxiliou nos custos.”

2 – “Sim, visita ao Parque Nacional da Canastra com pernoite. O benefício ajudou muitos com restrição financeira.”

3 – “Sim, apresentação de trabalho científico de aluno em congresso estímulo a pesquisa.”

4 – “Sim, para visita técnica.”

5 – “Sim, visitas técnicas. Foi extremamente proveitoso pois possibilitaram alunos com dificuldades financeiras participar.”

6 – “Sim, sem ele, a atividade não seria uma realidade para muitos estudantes.”

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

1 – “Sim, mais um mecanismo contra a evasão.”

2 – “Não, transporte público é barato (50% para estudante) e alimentação também (R\$ 2,00). Aluno entra no IFTM, desconhecendo esse benefício.”

3 – “Sim, são fatores importantes para a permanência do aluno e êxito.”

4 – “Sim, acho que se aumentaria o número de assistidos.”

5 – “Sim, auxiliará o mesmo na gestão do recurso para o seu recurso próprio bem, destinando os recursos para atividades e processos cruciais como transportes e alimentação.”

6 – “Sim, neste caso, estariam garantidas as condições mínimas para estudar neste campus.”

m) Você acredita que somente o desempenho da sua aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

1 – “Não, essa questão é muito mais complexa.”

2 – “Não, ‘minha aula’ (disciplina) é limitada ao contexto escolar e de vida do aluno. Pode contribuir, mas não irá resolver sozinha.”

3 – “Não, a escola forma o cidadão – ética e cidadania devem permear todo o período de aluno na escola.”

4 – “Não, melhoria de vida possui contexto amplo que não apenas ensino/conhecimentos.”

5 – “Não, tento ao máximo somar e não considero que somente o desempenho da minha aula seja suficiente.”

6 – “Não, esta parte é muito importante, mas é apenas uma parte.”

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

2 - “Direitos, a educação é um direito de todos e a assistência é um estímulo ao cumprimento desse direito.”

2 – “Ajudas, no cenário nacional da educação pública, representa um privilégio para os beneficiários. O IFTM já é uma referência positiva (infraestrutura, qualificação dos docentes, seleção dos discentes). A assistência estudantil torna-se um ‘luxo’ diante da realidade das demais escolas públicas (estaduais e municipais).”

3 – “Direitos, considerando a desigualdade social do país, garantir a permanência na escola é uma obrigação do Estado.”

4 – “Ajudas, por se tratar de benefícios.”

5 – “Ajudas, eu cursei minha graduação sem este recurso, tive muitas dificuldades financeiras e se tivesse este apoio o consideraria como uma ajuda pois na minha visão seria uma escola organizada de qualidade e bem gerida o direito e a assistência uma ajuda na otimização do processo.”

6 – “Direitos, no sentido que todo cidadão deve ir à escola e ter comida.”

6 - “Ajudas, sem ela, talvez não conseguisse estudar, mas a ajuda, entendo ter relação com o merecimento.”

5.9.QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) COORDENADORES (AS)

As respostas dos (as) coordenadores (as) apresentam contradições, quando relacionadas às questões fechadas do subitem 5.4, mas também apontam para a relevância dos benefícios. No Apêndice J, as respostas estão completas dos subitens 5.4 e 5.9.

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não (), o benefício é importante e por quê?

1 –“Sim, o perfil do aluno IFTM é de classe relativamente baixa. Só faria visita técnica o aluno que pudesse pagar por estadia/alimentação, o que, por si só, já é uma forma de segregação.”

2 –“Sim, porque foi possível ou presença de alunos que possivelmente não iriam por falta de recursos.”

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

1 –“Não, embora nosso aluno, em geral, tenha poucos recursos, o aluno que não está em condição de vulnerabilidade social pode pagar o valor integral.”

2 –“Sim, o recurso direcionado evita desvios como para compra de supérfluos ou mesmos ilícitos, sai como drogas, álcool etc.”

m) Você acredita que somente o desempenho da aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

1 –“Não sei responder.”

2 –“Não, melhoria de vida depende de situação econômica do país, região, cidade. Depende de fatores sociais como formação fora sala, etc.”

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

1 –“Direito, é direito constitucional receber uma educação pública, gratuita e de qualidade. O recurso da assistência atende a visitas técnicas, fazendo com que o aluno não tenha que pagar pelas experiências de viagem.”

2 –“Ajudas, ajuda, pois a permanência do aluno na instituição ser pautada na gratuidade dos cursos, cursos disponíveis, etc.”

5.10. CONCLUSÃO DO ESTUDO EMPÍRICO

O método correto é o diálogo. A convicção dos oprimidos de que devem lutar por sua libertação não é um presente dos líderes revolucionários, mas o resultado de sua própria conscientização. (Freire, 1980, p.85)

Nem todas as respostas dos (as) educandos (as) foram apresentadas, a maior parte se encontra nos Apêndices de M a P, enquanto as demais repostas de outros grupos de participantes foram apresentadas, presentes nos Apêndices J a L. O que se percebe é um pensamento comum de todos (as) participantes, qual seja, o benefício tornou-se uma forma de transferência de

renda. Uma pequena parte dos (as) participantes aponta para um valor agregado, como oportunidade para a produção de conhecimento, um valor maior e permanente. As modalidades da Coordenação de Assistência Estudantil cumprem um papel importante e seguem conforme os objetivos da Resolução n. 84/2014. Há necessidade de aprofundamento, ou melhor, uma tomada de consciência. O reconhecimento do benefício concedido financeiramente ou não é uma condição, mas o provir ideal é a condição de emancipação, o estar num lugar (a permanência) para produzir conhecimento é o fator relevante. O produzir conhecimento, fortalecendo a democracia e a inclusão social, o *dever-ser* relevante maior para cumprir a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia.

A desconfiança apresentada por alguns dos (as) participantes dos questionários sobre a transferência do benefício não condiz com suas próprias respostas, vistos que solicitaram para participar de eventos ou foram os próprios beneficiários de algumas modalidades, reconhecendo depois a sua importância. Fazer pensar que o outro não é merecedor do benefício é questionável. O aprimoramento contínuo do acesso se faz necessário e cabe a todos (as) a fiscalização. A desconfiança, tendo em vista o fim do programa de modalidades é uma medida que ignora os objetivos da Resolução n. 84/2014 e penaliza os (as) beneficiários (as).

Vale lembrar que as questões abertas – das letras k a n dos Apêndices J a P – confirmam e contradizem a importância das modalidades do programa da Coordenação de Assistência Estudantil. Por exemplo: em relação à questão de letra k, dentre quem recebeu ou não o benefício da modalidade auxílio estudantil, quem solicitou ou não solicitou o benefício, como educador (a), pedagogo (a) e coordenador (a), a maioria entende a relevância e visualiza uma oportunidade para ampliar o quadro de aprendizagem fora da sala de aula com diversas atividades. A questão de letra l quer saber sobre a oportunidade de diluir o benefício de assistência estudantil em novas modalidades: alimentação e transporte: a maioria concorda com a diluição. À questão de letra m, que avalia o desempenho acadêmico (isolado) ou da aula

concebida pelo (a) educador (a) que permite a melhoria do (a) educando (a) e da sua localidade, a maioria das respostas indica uma certa ressalva na responsabilidade exclusiva ao (à) educando (a), e se percebe um consenso pela complexidade, não se sabendo explicitar um fato específico. Por fim, à questão de letra n, que procura saber se o participante julga por direitos ou ajudas os benefícios concedidos da Coordenação de Assistência Estudantil, a maioria aponta por ajudas, um sentido equivocado, pois há uma resolução que prevê o benefício e quem deve ser beneficiado (a). Pensar o benefício como algo arbitrário e sem propósito (secundário) não faz jus ao objetivo das modalidades da Coordenação de Assistência Estudantil nem ao incômodo nas respostas dos (as) participantes sobre a injustiça social. Lembrando que o benefício não atende somente à questão de menor renda, mas também se amplia para atividade extracurricular, contribuindo para o crescimento social, cultural, esportivo e acadêmico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou adentrar a missão do IFTM/*Campus* Uberlândia, com vistas a uma cidadania ativa e responsável como ponto a ser buscado por todos (as), não fora, mas dentro de cada um (a), não isolado, mas na coletividade. Essa missão, que prevê a democracia e a inclusão social, não pode ser somente uma intenção, mas deve ser cultivada na prática. Conforme Bobbio (1992) e Eby (1976), o Estado de direito (Estado moderno) possui a sua limitação, o que não quer dizer deva ser substituído por algo limitante. Os benefícios concedidos pela Coordenação de Assistência Estudantil foram possíveis com a procura e luta social para minimizar uma desigualdade. A missão passa a ser uma realidade, conforme as respostas dos (as) participantes na pesquisa de campo, quando há reconhecimento positivo e interativo, tornando-se uma prática institucional sobre os benefícios concedidos. Uma cidadania ativa e responsável passa a ser um caminho para fortalecer o Estado de direito e, conseqüentemente, a democracia com inclusão social. Não há Estado de direito sem democracia ou ignorando-se a desigualdade social como um problema aceitável. A contradição das respostas dos (as) participantes no campo da pesquisa sobre a questão da injustiça social local e nacional apresenta uma perspectiva de realidade fragmentada e desumana, ocasionada pela meritocracia sob o sistema neoliberal. Acreditar que não haja desigualdade no país deflagra um passo para o não incômodo e pior: saber que há desigualdade e não se incomodar com a condição social do outro, apresentando um estágio alto de desumanidade preocupante. Os objetivos específicos se apresentam no campo teórico e no campo da pesquisa são comprovados, seja indireta, seja diretamente, e apontam para o reconhecimento do desafio de promover uma educação que resolva as dificuldades locais e nacionais.

A substituição do Estado de direito por um Estado mínimo é defender a não participação da população e, conseqüentemente, ignorar o papel da

democracia e de suas decisões na economia nacional. Acreditar que o sistema neoliberal resolva as mazelas que ele mesmo criou no âmbito social e ambiental é acreditar num sistema autônomo, por um lado, e desacreditar, por outro, na capacidade do homem de ser protagonista do seu meio. Conforme Santos (1926) e Freire (1980), o que deve prevalecer é o estado de alerta, como cidadão ativo e responsável, anunciando e denunciando a condição humana e o mundo natural para não recair no estado de indiferença.

A atribuição da meritocracia sob a tutela do sistema neoliberal como saída para justificar as mazelas sociais não minimiza o problema, apenas encobre e fragmenta o conhecimento, prejudicando a análise crítica e impedindo a autêntica transformação da realidade que coloque o homem como protagonista. Ao defender um Estado mínimo, sem política pública e social, o seu resultado é aumentar a desigualdade social e a deterioração do mundo natural à luz do sistema neoliberal, visto que o objetivo não é o bem-estar da maioria da população, mas de uma minoria que visa apenas ao lucro a qualquer custo, conforme afirmam Freitas, Silva e Menezes (2016). O mundo natural precisa ser preservado não somente para abastecer a humanidade, mas porque o mesmo possui a sua importância por si mesmo. Nesse sentido, o homem deve ser protagonista, como cidadão ativo e responsável, não para dominar o mundo natural, mas para defendê-lo, tendo em vista a cooperação, visando à melhoria da vida do homem e a preservação do mundo natural.

As respostas dos (as) participantes comprovam a importância dos benefícios concedidos pela Coordenação de Assistência Estudantil que, por sua vez, faz parte da missão do IFTM/*Campus* Uberlândia, configurando-se um ato democrático por priorizar a inclusão social como uma das políticas públicas. Nessa direção, necessita-se de uma cidadania ativa e responsável para que a missão esteja presente dentro e fora do *Campus* Uberlândia, entre as atividades curriculares e extracurriculares. A participação de todos (as) é necessário para aprofundar os benefícios disponíveis. Na pesquisa de campo, percebe-se a maioria interage em favor da melhoria do *Campus* Uberlândia.

Os benefícios concedidos pela Coordenação de Assistência Estudantil permitem aos (às) educandos (as) adentrar as diferenças sociais, nas diversidades esportivas, nas inúmeras culturas e nas imensas possibilidades ambientais. A transdisciplinaridade é uma oportunidade para escapar da fragmentação do conhecimento, ocasionada pela meritocracia à luz do sistema neoliberal. No contexto exposto, por uma cidadania ativa e responsável põe em prática a oportunidade da transdisciplinaridade das atividades curriculares e extracurriculares do *Campus* Uberlândia. Lutar por um Estado mediador é considerá-lo um caminho para a emancipação e o aperfeiçoamento do homem, bem como para colocá-lo na ordem de política pública como prioridade na defesa do mundo natural.

7. BIBLIOGRAFIA

- Alves, J. A. L. (2000). Direitos humanos, cidadania e globalização. *Lua Nova*, 50, pp. 185-206. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67313606010>.
- Barbosa, L. (2006). *Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.
- Bobbio, N. (1992). *A Era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus.
- Brandão, Z. (1994). *A crise dos paradigmas e a educação*. São Paulo: Cortez.
- Braverman, H. (1987). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Buffa, E., Arroyo, M., & Nosella, P. (Eds.). (2010). *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 14 Ed. São Paulo: Cortez. Retrieved from <https://pt.scribd.com/doc/88028243/Educacao-e-Cidadania-quem-educa-o-cidadao-Prof-Priscilla>.
- Charlot, B. (2007). Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, 4, pp. 129-136. Retrieved from http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/sala6_ativ4.pdf.
- Constituição da República Federativa do Brasil* (1988). Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Cotrim, G. (1988). *Fundamentos da educação: história e filosofia da educação* (9a ed.). São Paulo: Saraiva.
- Cury, R. J. (2002). *Legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)*. ONU. Retrieved from <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>
- Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

- Delors, J. (2002) *Educação: um tesouro a descobrir* (7a ed.). São Paulo: Cortez.
- Demo, P. (1993). *Desafios modernos da educação*. Petrópolis: Vozes.
- Demo, P. (2005). *A educação do futuro e o futuro da educação*. Campinas: Autores Associados.
- Eby, F. (1976). *História da Educação Moderna: teoria, organização e práticas educacionais*. (2a ed.). Porto Alegre: Globo.
- Freire, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Moraes.
- Freire, P. (1993) *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freitas, C. M., Silva, M. A., & Menezes, F. C. (2016). O desastre na barragem de mineração da Samarco – fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. *Ciência e Cultura*, 68(3), pp. 25-30. Retrieved from <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v68n3/v68n3a10.pdf>
- Gadotti, M. (1991). *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito* (10a ed.). São Paulo: Cortez.
- Gustin, M. B. S. (2008). *Cidadania e inclusão social*. Belo Horizonte: Forum.
- Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Caderno de Pesquisa*, 118, pp. 189-205. Retrieved from <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/09/cidadaniaesustobriga.pdf>.
- Kuenzer, A. Z. (1985). *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.
- Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. Retrieved from
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Retrieved from
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm.

Luck, H. (1994). *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teórico-metodológicos* (9a ed.). Petrópolis: Vozes.

Marx, K., & Engels, F. (1998). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes. Retrieved from <http://www.pet.eco.ufrj.br/images/PDF/ideologia-alema.pdf>.

Morin, E. (2002). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Morin, E. (2003). *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. (F. Nascimento, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Pacheco, E. M. (2011). *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo: Moderna. Acesso em 06/03/2017: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>

Pacheco, E. M. (2015). *Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora*. Natal: IFRN. Retrieved from
<https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1018/Fundamentos%20Político-Pedagógico%20dos%20Institutos%20Federais%20-%20Ebook.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Pitano, S. d. C., & Noal, R. E. (2009). Horizontes de diálogo em Educação Ambiental: contribuições de Milton Santos, Jean-Jacques Rousseau e Paulo Freire. *Educação em Revista, Belo Horizonte*, 25(3), pp. 283-298. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000300014>

Portilho, F. (2005). *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez.

Prado, D. L. A. (1984). *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: Nova

Fronteira.

Resolução n. 466, de dezembro de 2012. Retrieved from http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html

Resolução n. 72, de 1º de dezembro de 2014. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 63/2014. Retrieved from http://www.iftm.edu.br/uberaba/nap/pdf/resolucao_72_2014.pdf.

Resolução n. 84, de 1º de dezembro de 2014. Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 75/2014. Retrieved from <http://www.iftm.edu.br/proreitorias/extensao/resolucoes/arquivos/resolucao-84-2014.pdf>

Romanelli, O. (1995). *História da Educação (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes.

Santomé, J. T. (2003). *A educação em tempos de neoliberalismo*. Porto Alegre: Artmed.

Santos, M. A. (1982). *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes. Retrieved from <https://pt.slideshare.net/Gabrieldibernardi/pta-13-milton-santos-formao-scioespacial-3>.

Santos, M. A. (1988). *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo: Hucitec. Retrieved from https://geografiamb2.files.wordpress.com/2009/03/metamorfose_do_espaço_habitado_-_milton_santos.pdf.

Santos, M. A. (1992). 1992: a redescoberta da natureza. *Estudos Avançados*, 6(14), pp. 95-106. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a07.pdf>.

Santos, M. A. (1993). *O espaço do cidadão* (2a ed.). São Paulo: Nobel.

Santos, M. A. (1999). Modo de Produção Técnico-científico e Diferenciação Espacial. *Revista Território*, IV(6), pp. 5-20. Retrieved from http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf.

Santos, M. A. (2003). Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(1), pp. 309-314. Retrieved from

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v8n1/a24v08n1.pdf>.

Santos, M. A. (2006). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec. Retrieved from http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf.

Santos, M. A. (2011). O espaço da cidadania e outras reflexões. Organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigues Neves; Liana Bach Martins. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães. Retrieved from http://files.leadt-ufal.webnode.com.br/200000026-4d5134e4ca/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf.

Savani, D. (1997). *A nova lei da educação, trajetória, limites e perspectivas*. (2a ed.). Campinas: Autores Associados.

Sommerman, A. (2006). *Inter ou transdisciplinaridade? Da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes*. São Paulo: Paulus.

Vico, G. (1993). *De l'antique sagesse de l'Italie*. (J. Michelet, Trad.). Paris: Flammarion.

Vico, G. (1999). *Ciência Nova*. (M. Lucchesi, Trad.). Rio de Janeiro: Record.

8. APÊNDICES

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “(Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?)”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **(Lúcio Flávio de Sousa Costa, servidor do IFTM/*Campus* Uberlândia)**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **(à luz do (a) coordenador (a), verificar a importância da assistência estudantil, o papel dos benefícios concedidos, as perspectivas do (a) coordenador (a) como cidadão (ã) e compreender suas percepções de responsabilidade)**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **(Eu, Lúcio Flávio de Sousa Costa, pesquisador responsável aplicarei conforme a disponibilidade do (a) coordenador (a) no IFTM/*Campus* Uberlândia ou na sua residência. Após o Termo de Consentimento for assinado, eu repassarei o questionário para o (a) coordenador (a) responder com prazo de devolução de dois dias (02))**

Na sua participação, você **(terá que responder um questionário (pergunta e resposta), o qual pretende apontar a visão do (a) coordenador (a) sobre a assistência estudantil, a percepção de justiça social, o direito e a responsabilidade. O objetivo do questionário é compreender se a missão (inclusão social e Democracia) do IFTM/*Campus* Uberlândia promove de fato por meio da sua assistência estudantil)**.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. **(Não haverá necessidade de deslocamento para custeio de transporte nem fornecimento ao participante de lanche)**.

Os riscos consistem em **(no entendimento do questionário, causar dúvida, insegurança, desconforto e constrangimento. Afirmando que os seus dados estarão sob total sigilo (particular), acessível a qualquer solicitação do (a) entrevistado (a). Os riscos mencionados não causarão nenhum ônus ao SUS e o pesquisador principal assume qualquer contratempo a respeito do questionário. O método adotado será por questionário: maior parte das perguntas será fechada e uma pequena parte será aberta. O questionário será um misto de quantitativo e de qualitativo para análise e discussão, tendo em vista abordar o objetivo principal do tema da dissertação). Os benefícios serão (a melhoria da assistência estudantil e a busca do seu**

aprofundamento para todo o educando (a) matriculado (a) IFTM/*Campus* Uberlândia).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: (Eu, Lucio Flávio de Sousa Costa, servidor e Coordenador da Assistência Estudantil pelo IFTM/*Campus* Uberlândia. Endereço: Fazenda Sobradinho s/nº - Cx. Postal: 1020 - Bairro: Zona Rural - CEP: 38400-970 - Uberlândia/MG - Telefone: 3233-8848). Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34 - 3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “(Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?)”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **(Lúcio Flávio de Sousa Costa, servidor do IFTM/*Campus* Uberlândia)**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **(à luz do (a) educador (a), verificar a importância da assistência estudantil, o papel dos benefícios concedidos, as perspectivas do (a) educador (a) como cidadão (ã) e compreender suas percepções de responsabilidade)**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **(Eu, Lúcio Flávio de Sousa Costa, pesquisador responsável aplicarei conforme a disponibilidade do (a) educador (a) no IFTM/*Campus* Uberlândia ou na sua residência. Após o Termo de Consentimento for assinado, eu repassarei o questionário para o (a) educador (a) responder com prazo de devolução de dois dias (02))**

Na sua participação, você **(terá que responder um questionário (pergunta e resposta), o qual pretende apontar a visão do (a) educador (a) sobre a assistência estudantil, a percepção de justiça social, o direito e a responsabilidade. O objetivo do questionário é compreender se a missão (inclusão social e Democracia) do IFTM/*Campus* Uberlândia promove de fato por meio da sua assistência estudantil)**.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. **(Não haverá necessidade de deslocamento para custeio de transporte nem fornecimento ao participante de lanche)**.

Os riscos consistem em **(no entendimento do questionário, causar dúvida, insegurança, desconforto e constrangimento. Afirmando que os seus dados estarão sob total sigilo (particular), acessível a qualquer solicitação do (a) entrevistado (a). Os riscos mencionados não causarão nenhum ônus ao SUS e o pesquisador principal assume qualquer contratempo a respeito do questionário. O método adotado será por questionário: maior parte das perguntas será fechada e uma pequena parte será aberta. O questionário será um misto de quantitativo e de qualitativo para análise e discussão, tendo em vista abordar o objetivo principal do tema da dissertação). Os benefícios serão (a melhoria da assistência estudantil e a busca do seu**

aprofundamento para todo o educando (a) matriculado (a) IFTM/*Campus* Uberlândia).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: (Eu, Lucio Flávio de Sousa Costa, servidor e Coordenador da Assistência Estudantil pelo IFTM/*Campus* Uberlândia. Endereço: Fazenda Sobradinho s/nº - Cx. Postal: 1020 - Bairro: Zona Rural - CEP: 38400-970 - Uberlândia/MG – Telefone: 3233-8848). Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34 - 3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice C

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “(Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?)”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **(Lúcio Flávio de Sousa Costa, servidor do IFTM/*Campus* Uberlândia)**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **(à luz do (a) educando (a), verificar a importância da assistência estudantil, o papel dos benefícios concedidos, as perspectivas do (a) educando (a) como futuro cidadão (ã) e compreender suas percepções de responsabilidade)**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **(Eu, Lúcio Flávio de Sousa Costa, pesquisador responsável aplicarei conforme a disponibilidade do (a) educando (a) no IFTM/*Campus* Uberlândia ou na sua residência. Após o Termo de Consentimento for assinado, eu repassarei o questionário para o (a) educando (a) responder com prazo de devolução de dois dias (02))**

Na sua participação, você **(terá que responder um questionário (pergunta e resposta), o qual pretende apontar a visão do (a) educando (a) sobre a assistência estudantil, a percepção de justiça social, o direito e a responsabilidade. O objetivo do questionário é compreender se a missão (inclusão social e Democracia) do IFTM/*Campus* Uberlândia promove de fato por meio da sua assistência estudantil)**.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. **(Não haverá necessidade de deslocamento para custeio de transporte nem fornecimento ao participante de lanche)**.

Os riscos consistem em **(no entendimento do questionário, causar dúvida, insegurança, desconforto e constrangimento. Afirmando que os seus dados estarão sob total sigilo (particular), acessível a qualquer solicitação do (a) entrevistado (a). Os riscos mencionados não causarão nenhum ônus ao SUS e o pesquisador principal assume qualquer contratempo a respeito do questionário. O método adotado será por questionário: maior parte das perguntas será fechada e uma pequena parte será aberta. O questionário será um misto de quantitativo e de qualitativo para análise e discussão, tendo em vista abordar o objetivo principal do tema da dissertação). Os benefícios serão (a melhoria da assistência estudantil e a busca do seu**

aprofundamento para todo o (a) educando (a) matriculado (a) IFTM/*Campus* Uberlândia).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: (Eu, Lucio Flávio de Sousa Costa, servidor e Coordenador da Assistência Estudantil pelo IFTM/*Campus* Uberlândia. Endereço: Fazenda Sobradinho s/nº - Cx. Postal: 1020 - Bairro: Zona Rural - CEP: 38400-970 - Uberlândia/MG – Telefone: 3233-8848). Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34 - 3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do participante da pesquisa

Apêndice D

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “(Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?)”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **(Lúcio Flávio de Sousa Costa, servidor do IFTM/*Campus* Uberlândia)**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **(à luz do (a) pedagogo (a), verificar a importância da assistência estudantil, o papel dos benefícios concedidos, as perspectivas do (a) pedagogo (a) como cidadão (ã) e compreender suas percepções de responsabilidade)**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **(Eu, Lúcio Flávio de Sousa Costa, pesquisador responsável aplicarei conforme a disponibilidade do (a) pedagogo (a) no IFTM/*Campus* Uberlândia ou na sua residência. Após o Termo de Consentimento for assinado, eu repassarei o questionário para o (a) pedagogo (a) responder com prazo de devolução de dois dias (02))**

Na sua participação, você **(terá que responder um questionário (pergunta e resposta), o qual pretende apontar a visão do (a) pedagogo (a) sobre a assistência estudantil, a percepção de justiça social, o direito e a responsabilidade. O objetivo do questionário é compreender se a missão (inclusão social e Democracia) do IFTM/*Campus* Uberlândia promove de fato por meio da sua assistência estudantil)**.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a sua identidade será preservada.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa. **(Não haverá necessidade de deslocamento para custeio de transporte nem fornecimento ao participante de lanche)**.

Os riscos consistem em **(no entendimento do questionário, causar dúvida, insegurança, desconforto e constrangimento. Afirmando que os seus dados estarão sob total sigilo (particular), acessível a qualquer solicitação do (a) entrevistado (a). Os riscos mencionados não causarão nenhum ônus ao SUS e o pesquisador principal assume qualquer contratempo a respeito do questionário. O método adotado será por questionário: maior parte das perguntas será fechada e uma pequena parte será aberta. O questionário será um misto de quantitativo e de qualitativo para análise e discussão, tendo em vista abordar o objetivo principal do tema da dissertação). Os benefícios serão (a melhoria da assistência estudantil e a busca do seu**

aprofundamento para todo o educando (a) matriculado (a) IFTM/*Campus* Uberlândia).

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: (Eu, Lucio Flávio de Sousa Costa, servidor e Coordenador da Assistência Estudantil pelo IFTM/*Campus* Uberlândia. Endereço: Fazenda Sobradinho s/nº - Cx. Postal: 1020 - Bairro: Zona Rural - CEP: 38400-970 - Uberlândia/MG – Telefone: 3233-8848). Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34 - 3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Apêndice E
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o responsável legal
por menor de 18 anos

Considerando a sua condição de responsável legal pelo (a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele (a) participe da pesquisa intitulada “(Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?)”, sob a responsabilidade do (s) pesquisador (es) **(Lúcio Flávio de Sousa Costa)**.

Nesta pesquisa nós estamos buscando **(à luz do (a) educando (a), verificar a importância da assistência estudantil, o papel dos benefícios concedidos, as perspectivas do (a) educando (a) como futuro cidadão (ã) e compreender suas percepções de responsabilidade)**.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pelo pesquisador **(Eu, Lúcio Flávio de Sousa Costa, pesquisador responsável aplicarei conforme a disponibilidade do (a) educando (a) no IFTM/*Campus* Uberlândia ou na sua residência. Após o Termo de Consentimento do seu responsável for assinado, eu repassarei o questionário para o (a) educando (a) responder com prazo de devolução de dois dias (02))**.

Na participação do (a) menor sob sua responsabilidade, ele (a) **(terá que responder um questionário (pergunta e resposta), o qual pretende apontar a visão do (a) educando (a) sobre a assistência estudantil, a percepção de justiça social, o direito e a responsabilidade. O objetivo do questionário é compreender se a missão (inclusão social e Democracia) do IFTM/*Campus* Uberlândia promove de fato por meio da sua assistência estudantil)**.

Em nenhum momento, nem o (a) menor nem você serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados e ainda assim a identidade dele (a) e a sua serão preservadas.

Nem ele (a) nem você terão gastos nem ganhos financeiros por participar na pesquisa. **(Não haverá necessidade de deslocamento e/ou seu responsável para custeio de transporte nem fornecimento ao participante de lanche)**.

Os riscos consistem em **(no entendimento do questionário, causar dúvida, insegurança, desconforto e constrangimento. Afirmando que os seus dados estarão sob total sigilo (particular), acessível a qualquer solicitação do (a) entrevistado (a) e/ou seu responsável. Os riscos mencionados não causarão nenhum ônus ao SUS e o pesquisador principal assume qualquer contratempo a respeito do questionário. O método adotado será por**

questionário: maior parte das perguntas será fechada e uma pequena parte será aberta. O questionário será um misto de quantitativo e de qualitativo para análise e discussão, tendo em vista abordar o objetivo principal do tema da dissertação). Os benefícios serão **(a melhoria da assistência estudantil e a busca do seu aprofundamento para todo o (a) educando (a) matriculado (a) IFTM/Campus Uberlândia).** A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o (a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao (à) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do (a) menor sob sua responsabilidade, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

O (A) menor sob sua responsabilidade também poderá retirar seu assentimento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele (a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados, devendo o pesquisador responsável devolver-lhe o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por você.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: (Eu, Lucio Flávio de Sousa Costa, servidor e Coordenador da Assistência Estudantil pelo IFTM/Campus Uberlândia. Endereço: Fazenda Sobradinho s/nº - Cx. Postal: 1020 - Bairro: Zona Rural - CEP: 38400-970 - Uberlândia/MG –Telefone: 3233-8848). Você poderá também entrar em contato com o CEP - Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos na Universidade Federal de Uberlândia, localizado na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, bloco A, sala 224, *campus* Santa Mônica – Uberlândia/MG, 38408-100; telefone: 34-3239-4131. O CEP é um colegiado independente criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e para contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos conforme resoluções do Conselho Nacional de Saúde.

Uberlândia, de de 20.....

Assinatura do (s) pesquisador (es)

Eu, responsável legal pelo (a) menor
_____ consinto na sua participação na pesquisa
citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

Assinatura do responsável pelo (a) participante da pesquisa

Apêndice F

(Questionário Modelo para Educando (a))

TEMA DA DISCUSSÃO: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

MESTRANDO: LÚCIO FLÁVIO DE SOUSA COSTA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA GUEDES

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) EDUCANDO (AS) BENEFICIÁRIOS (AS) OU NÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFTM/*Campus* Uberlândia.

PREZADO ENTREVISTADO (A);

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para compor a Conclusão da Dissertação de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração das Organizações Educativas, cujo tema: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):
SEXO: () MASCULINO () FEMININO
IDADE: () 15 a 18 () 18 a 29 () 30 a 41 () 42 a 53 () 54 a 65 () 66 ou mais
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS: _____
NÍVEL DE ENSINO: () MÉDIO/TÉCNICO () SUPERIOR/PÓS () CONCOMITANTE/TEC.

MODALIDADE DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL BENEFICIADO (A)
() SÓCIO-EDUCACIONAL () RESIDÊNCIA () AUXÍLIO/VIAGEM () MORADIA
() PROEJA () NENHUMA MODALIDADE

Marcar com X de acordo com nível de adesão afirmativa a cada pergunta realizada:

- 1) Muito
- 2) Bastante
- 3) Regular
- 4) Pouco
- 5) Nada

QUESTIONÁRIOS	1	2	3	4	5
a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
b) Você crê que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?					
c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?					
d) Você julga que o Brasil é um país desigual?					
e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?					
f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?					
g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado na sua melhoria como estudante com bom desempenho?					
h) Você considera o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia interessado na sua vida fora da Instituição?					
i) Você se senti prestigiado (a) como estudante do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?					

k) Você recebeu o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por que?.

Caso não () o benefício é importante e por que?

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

m) Você acredita que somente o seu desempenho acadêmico/escolar é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

Apêndice G

(Questionário Modelo para Coordenador (a))

TEMA DA DISCUSSÃO: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

MESTRANDO: LÚCIO FLÁVIO DE SOUSA COSTA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA GUEDES

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) COORDENADORES (AS) DE CURSO DO IFTM/CAMPUS UBERLÂNDIA.

PREZADO ENTREVISTADO (A);

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para compor a Conclusão da Dissertação de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração das Organizações Educativas, cujo tema: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):
SEXO: () MASCULINO () FEMININO
IDADE: () 18 a 29 () 30 a 41 () 42 a 53 () 54 a 65 () 66 ou mais
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS: _____
ÁREA DE CONHECIMENTO: () CIÊNCIAS HUMANAS () CIÊNCIAS DA NATUREZA () CIÊNCIAS EXATAS () CIÊNCIAS APLICADAS () CIÊNCIAS DA TECNOLOGIA

Marcar com X de acordo com nível de adesão afirmativa a cada pergunta realizada:

- 1) Muito
- 2) Bastante
- 3) Regular
- 4) Pouco
- 5) Nada

QUESTIONÁRIOS	1	2	3	4	5
a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho					

escolar/acadêmico?					
c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?					
d) Você julga que o Brasil é um país desigual?					
e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?					
f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?					
g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?					
h) Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?					
i) Você se senti prestigiado (a) como coordenador (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?					

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?
Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não () o benefício é importante e por quê?

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?
Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

m) Você acredita que somente o desempenho da aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?
Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

Apêndice H

(Questionário Modelo para Educador (a))

TEMA DA DISCUSSÃO: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

MESTRANDO: LÚCIO FLÁVIO DE SOUSA COSTA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA GUEDES

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) EDUCADORES (AS) DO IFTM/*CAMPUS* UBERLÂNDIA.

PREZADO ENTREVISTADO (A);

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para compor a Conclusão da Dissertação de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração das Organizações Educativas, cujo tema: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):
SEXO: () MASCULINO () FEMININO
IDADE: () 18 a 29 () 30 a 41 () 42 a 53 () 54 a 65 () 66 ou mais
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS: _____
ÁREA DE CONHECIMENTO: () CIÊNCIAS HUMANAS () CIÊNCIAS DA NATUREZA () CIÊNCIAS EXATAS () CIÊNCIAS APLICADAS () CIÊNCIAS DA TECNOLOGIA

Marcar com X de acordo com nível de adesão afirmativa a cada pergunta realizada:

- 1) Muito
- 2) Bastante
- 3) Regular
- 4) Pouco
- 5) Nada

QUESTIONÁRIOS	1	2	3	4	5
a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela					

Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?					
c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?					
d) Você julga que o Brasil é um país desigual?					
e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?					
f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?					
g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?					
h) Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?					
i) Você se senti prestigiado (a) como educador (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?					

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não () o benefício é importante e por quê?

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

m) Você acredita que somente o desempenho da sua aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

Apêndice I

(Questionário Modelo para Pedagogo (a))

TEMA DA DISCUSSÃO: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

MESTRANDO: LÚCIO FLÁVIO DE SOUSA COSTA

ORIENTADOR: Prof. Dr. ANTÔNIO JOSÉ DE OLIVEIRA GUEDES

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS (ÀS) PEDAGOGOS (AS) DO IFTM/*CAMPUS* UBERLÂNDIA.

PREZADO ENTREVISTADO (A);

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para compor a Conclusão da Dissertação de Mestrado em Estudos Profissionais Especializados em Educação – Especialização em Administração das Organizações Educativas, cujo tema: Por uma cidadania ativa e responsável: um alicerce disponível para realizar a missão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro/*Campus* Uberlândia?

PERFIL DO (A) ENTREVISTADO (A):
SEXO: () MASCULINO () FEMININO
IDADE: () 18 a 29 () 30 a 41 () 42 a 53 () 54 a 65 () 66 ou mais
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO (A) () CASADO (A) () OUTROS: _____
ÁREA DE CONHECIMENTO: () CIÊNCIAS HUMANAS () CIÊNCIAS DA NATUREZA () CIÊNCIAS EXATAS () CIÊNCIAS APLICADAS () CIÊNCIAS DA TECNOLOGIA

Marcar com X de acordo com nível de adesão afirmativa a cada pergunta realizada:

- 1) Muito
- 2) Bastante
- 3) Regular
- 4) Pouco
- 5) Nada

QUESTIONÁRIOS	1	2	3	4	5
a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela					

Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?					
c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?					
d) Você julga que o Brasil é um país desigual?					
e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?					
f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?					
g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?					
h) Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?					
i) Você se senti prestigiado (a) como pedagogo (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?					
j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?					

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?
Caso sim (), o benefício foi proveitoso e por quê?

Caso não () o benefício é importante e por quê?

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?
Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

m) Você acredita que somente o desempenho da aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?
Caso sim (), por quê?

Caso não (), por quê?

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

Caso sejam direitos (), por quê?

Caso sejam ajudas (), por quê?

Apêndice J

Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) coordenadores (as)

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADESÃO AFIRMATIVA A CADA PERGUNTA

	1) Muito	2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual ?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
1	1	2	1	1	1
2	2	4	2	1	1
	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?	h) Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?	i) Você se senti prestigiado (a) como coordenador (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	
1	1	1	4	1	
2	1	3	5	4	

	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?
1	1
2	1

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

1	Sim, o perfil do aluno IFTM é de classe relativamente baixa. Só Faria visita técnica o aluno que pudesse pagar por estadia/alimentação, o que, por si só, já é uma forma de segregação.
2	Sim, porque foi possível ou presença de alunos que possivelmente não iriam por falta de recursos.

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

1	Não, embora nosso aluno, em geral, tenha poucos recursos, o aluno que não está em condição de vulnerabilidade social pode pagar o valor integral.
2	Sim, o recurso direcionado evita desvios como para compra de supérfluos ou mesmos ilícitos, sai como drogas, álcool etc.

m) Você acredita que somente o desempenho da aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

1	Não sei responder.
2	Não, melhoria de vida depende de situação econômica do país, região, cidade. Depende de fatores sociais como formação fora sala, etc.

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

1	Direito, é direito constitucional receber uma educação pública, gratuita e de qualidade. O recurso da assistência atende a visitas técnicas, fazendo com que o aluno não tenha que pagar pelas experiências de viagem.
2	Ajuda, ajuda, pois a permanência do aluno na instituição ser pautada na gratuidade dos cursos, cursos disponíveis, etc.

Apêndice K

Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) educadores (as)

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADESÃO AFIRMATIVA A CADA PERGUNTA

	2)	Muito 2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual ?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
1	2	3	1	1	2
2	4	4	1	1	1
3	1	2	3	1	1
4	2	5	1	3	3
5	1	3	1	1	1
6	1	3	1	1	1
	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?	h) Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?	i) Você se senti prestigiado (a) como educador (a) do	

				IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?
1	1	2	5	2
2	1	3	3	2
3	1	3	1	4
4	1	2	1	2
5	1	1	2	2
6	1	1	3	1

	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?
1	1
2	2
3	2
4	2
5	1
6	1

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

1	Sim, foi proveitoso, pois auxiliou nos custos
2	Sim, visita ao Parque Nacional da Canastra com pernoite. O benefício ajudou muitos com restrição financeira.
3	Sim, apresentação de trabalho científico de aluno em congresso – estímulo a pesquisa.
4	Sim, para visita técnica.
5	Sim, visitas técnicas. Foi extremamente proveitoso pois possibilitaram alunos com dificuldades financeiras participar.
6	Sim, sem ele, a atividade não seria uma realidade para muitos estudantes.

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

1	Sim, mais um mecanismo contra a evasão
2	Não, transporte público é barato (50% para estudante) e alimentação também (R\$ 2,00). Aluno entra no IFTM, desconhecendo esse benefício.
3	Sim, são fatores importantes para a permanência do aluno e êxito.
4	Sim, acho que se aumentaria o número de assistidos.
5	Sim, auxiliará o mesmo na gestão do recurso para o seu recurso próprio bem, destinando os recursos para atividades e processos cruciais como transportes e alimentação.
6	Sim, neste caso, estaria garantidas as condições mínimas para estudar neste <i>Campus</i> .

m) Você acredita que somente o desempenho da sua aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

1	Não, essa questão é muito mais complexa.
2	Não, “minha aula” (disciplina) é limitada ao contexto escolar e de vida do aluno. Pode contribuir, mas não irá resolver sozinha.
3	Não, a escola forma o cidadão – ética e cidadania devem permear todo o período de aluno na escola.
4	Não, melhoria de vida possui contexto amplo que não apenas ensino/conhecimentos.
5	Não, tento ao máximo somar e não considero que somente o desempenho da minha aula seja suficiente.
6	Não, esta parte é muito importante, mas é apenas uma parte.

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

1	Direitos, a educação é um direito de todos e a assistência é um estímulo ao cumprimento desse direito.
2	Ajudas, no cenário nacional da educação pública, representa um privilégio para os beneficiários. O IFTM já é uma referência positiva

	(infraestrutura, qualificação dos docentes, seleção dos discentes). A assistência estudantil torna-se um “luxo” diante da realidade das demais escolas públicas (estaduais e municipais).
3	Direitos, considerando a desigualdade social do país, garantir a permanência na escola é uma obrigação do Estado
4	Ajudas, por se tratar de benefícios.
5	Ajudas, eu cursei minha graduação sem este recurso, tive muitas dificuldades financeiras e se tivesse este apoio o consideraria como uma ajuda pois na minha visão seria uma escola organizada de qualidade e bem gerida o direito e a assistência uma ajuda na otimização do processo.
6	Direitos, no sentido que todo cidadão deve ir a escola e ter comida.
6	Ajudas, sem ela, talvez não conseguisse estudar, mas a ajuda, entendo ter relação com o merecimento.

Apêndice L

Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) pedagogos (as)

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADEÇÃO AFIRMATIVA A CADA PERGUNTA

	3)	Muito 2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual ?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
1	1	4	3	1	1
2	1	2	1	1	3
3	2	3	1	1	2
	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado com bom desempenho do (a) educando (a)?	h) Você considera o mérito como único modelo de ascensão social?	i) Você se senti prestigiado (a) como pedagogo (a) do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	
1	1	2	3	1	
2	1	1	3	1	

3	1	1	3	2
	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?			
1	1			
2	1			
3	3			

k) Você solicitou o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

1	Sim, para possibilitar oportunidades iguais.
2	Não.
3	Sim, o benefício foi proveitoso, pois muitos eventos (congressos seminários, etc.) têm um custo muito alto, com inscrições, hospedagem, alimentação, traslado. Apesar das diárias nem sempre cobrirem o gasto total, ao menos auxilia com as despesas. Caso eu tenha que pagar tudo por conta própria, às vezes inviabiliza a participação nesses eventos, que, com certeza colaboram imensamente para a aquisição de conhecimentos que incidem no desenvolvimento do nosso trabalho.

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

1	Sim, como se trata de assistência estudantil, estaria auxiliando na permanência efetiva do estudante
2	Sim, a maior parte do recurso pois assistir o estudante na alimentação e transporte é de grande importância.
3	Não, considero que o estudante possui outros gastos além do transporte e alimentação, seja com a compra de livros, xerox, material de trabalho etc. Assim, o valor recebido pelo estudante, como é feito atualmente possibilita que ele arque com outras despesas (talvez necessárias) que vão além do transporte e alimentação.

m) Você acredita que somente o desempenho da aula é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

1	Não, porque a melhoria de vida depende de outros fatores também.
2	Não, existem vários fatores, como participação em projeto e eventos sociais.
3	Não, o desempenho nas atividades acadêmicas é um dos fatores que impactam na melhoria de vida, mas não é o único. Na minha opinião, fatores relacionados à cultura, educação, meio ambiente, saúde, condições de trabalho (e acesso ao trabalho) também com impactos significativos na melhoria de vida das pessoas.

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

1	Direitos, porque garante a permanência do estudante no ensino.
1	Ajudas, porque contribui com o apoio financeiro para continuidade escolar.
2	Direitos, porque o estudante precisa permanecer com êxito na escola e não somente ter o acesso.
3	Ajudas, entendo que Direito é algo que imputa a uma norma de interesse da coletividade. Já a ajuda (no meu entendimento) vem garantir os direitos que são inerentes à condição humana.

Apêndice M

Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) educandos (as) participantes – nível superior

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADESÃO AFIRMATIVA A CADA
PERGUNTA

	4) Muito	2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual ?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
1	4	4	5	5	3
2	1	2	1	1	1
3	1	3	1	1	2
4	1	1	1	1	2
5	4	4	2	1	3
6	4	1	2	1	1
7	1	2	2	2	2
	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado na sua melhoria como	h) Você considera IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia interessado na sua vida fora da	i) Você se senti prestigiado (a) como estudante do	

		estudante com bom desempenho?	Instituição?	IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?
1	5	3	2	4
2	1	2	4	2
3	3	3	4	3
4	1	2	4	1
5	2	3	5	3
6	3	2	5	2
7	2	3	3	1

	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?
1	3
2	1
3	3
4	3
5	2
6	3
7	1

k) Você recebeu o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

1	Sim, pois me ajudou a arcar com as despesas do evento e propiciou aprendizado.
2	Sim, possível a participação do evento com melhor aproveitamento.
3	Não, ainda não, mas estou aguardando o recebimento. O benefício é muito importante para ser usado na alimentação e outros despesas de viagem.
4	Sim, pois possibilita a participação de todos, que talvez não iria devido a condição financeira.
5	Sim, pois auxiliou-me no pagamento de transporte.
6	Não, é importante, pois auxilia pra ajuda com muito e outros benefícios.

7	Sim, custear despesas de deslocamento.
----------	--

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

1	Sim, na alimentação, pois é a melhor forma de manter o estudante na instituição.
2	Sim, no caso a favor de reverter para alimentação.
3	Sim, mas com aumento do valor destinado a Assistência Estudantil para não diminuir tanto no valor destinado ao transporte, pra no caso de alunos de fora (Araguari) o transporte é 280,00 e o valor da assistência é inferior.
4	Não, o valor do auxílio já não supre o valor do transporte, pois no caso de Araguari, o ônibus é R\$ 280,00. Enquanto a alimentação fica em R\$ 40,00/mês.
5	Sim, pois seria utilizado de forma mais útil, do que entregar para pessoas que não precisem.
6	Não, apesar de usamos para fins escolares este dinheiro ainda nos auxilia a algo ou +.
7	Não, pois essas despesas atualmente somam aproximadamente R\$ 115,00/mês e o aluno pode custear outras despesas escolares.

m) Você acredita que somente o seu desempenho acadêmico/escolar é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

1	Não, pois há a necessidade de trabalhar com extensão para uma melhoria efetiva.
2	Não, só conhecimento, mas ética e conduta
3	Não, pra desempenho acadêmico (nota) não tem haver com o mercado de trabalho que exigente. Tem que equilibrar os dois para poder tentar melhorar a vida.
4	Não, é necessário uma série de fatores porém começa com o indivíduo.
5	Não, porque se não tiver vontade de melhorar não adianta boas notas.

6	Não, porque depende de outras pessoas fazerem sua parte interação coletiva.
7	Não, é necessário somar ou desenvolver uma série de habilidades desejáveis para atender demanda de mercado além da produtividade.

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

1	Direitos, pois todos pagamos impostos, e a educação deve ser uma prioridade do governo, e manter o aluno na escola é necessário por essa “ajuda”.
2	Direitos, já adquiridos esses direitos aos alunos da instituição.
3	Ajudas, porque o valor concedido não cobre o valor total gasto, no caso de alunos vindo para Araguari.
4	Ajudas, uma ajuda para que o aluno possa se manter no instituto, principalmente os que são de outras cidades, pois o transporte fica caro.
5	Direitos, são direitos desde que a pessoa necessite desse auxílio.
6	Direitos, por ser um órgão Federal, o governo deve ajudar o estudante, pois muitos estudam período integral.
7	Ajudas, porque o direito é inviolável e deve ser garantido a todos sem distinção. Desse modo, todos que fizessem inscrição e atendessem o edital quanto a classe econômica per capita inferior a 1,5 salário deveriam ser atendidos, e não fazer um triagem investigando os mais vulneráveis para receber o benefício. Por esse motivo considero um ajuda.

Apêndice N

Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) educandos (as) não participantes – nível superior

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADESÃO AFIRMATIVA A CADA
PERGUNTA

	5) Muito	2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
8	2	3	5	2	2
9	2	2	3	2	2
10	1	3	2	1	3
11	5	4	3	5	5
	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado na sua melhoria como estudante com bom desempenho?	h) Você considera IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia interessado na sua vida fora da Instituição?	i) Você se senti prestigiado (a) como estudante do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	

8	1	3	2	1
9	4	3	4	3
10	3	1	3	1
11	5	4	2	3

	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?
8	3
9	3
10	2
11	1

k) Você recebeu o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

8	Não, não é possível justificar, mas considero fundamental para a permanência do aluno na prática das teorias.
9	Não, o benefício torna-se importante para a qualidade de ensino a ser obtida pelo estudante.
10	Não, para auxiliar e subsidiar os custos com alimentação, moradia, pesquisas, etc.
11	Não, ajuda promover iguais oportunidades para os estudantes.

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

8	Não, pois ajuda de custo é muito pouca em relação ao custo de uma diária em local fora.
9	Sim, a ajuda estaria sendo feita de forma direta e sob fiscalização do <i>Campus</i> .
10	Sim, para contribuir ainda mais com a permanência do aluno.
11	Sim, por mais que os valores sejam reduzidos, as realidades financeiras não são iguais.

m) Você acredita que somente o seu desempenho acadêmico/escolar é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

8	Sim, sim pois, acresce ao desenvolvimento local e enfim o país.
9	Não, é necessário que vá além do desempenho acadêmico.
10	Não, outros fatores são necessários, como disponibilidade e proatividade.
11	Não, o desempenho acadêmico é importante porém as oportunidades não são iguais para todos.

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

8	Direitos, sim pois, nem todos os alunos são providos de condições financeiras para custear algumas atividades.
9	Ajudas, o <i>Campus</i> desempenha essa ajuda para a tentativa da correção sócio-econômica.
10	Não tenho o conhecimento para opinar.
11	Direitos, esse aluno vai contribuir futuramente para crescimento de empresas, órgãos públicos e cidades; seria um investimento.

Apêndice O

Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) educandos (as) participantes – nível médio e concomitante

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADESÃO AFIRMATIVA A CADA
PERGUNTA

6)	Muito	2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/Campus Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual ?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
1	1	1	1	1	2
2	1	1	1	2	2
3	4	5	1	1	1
4	1	2	1	2	3
5	2	1	3	1	4
6	2	1	1	1	2
7	1	2	1	1	1
9	1	2	1	2	3
10	1	3	3	1	3
11	2	1	3	1	1
12	1	1	2	2	2
15	2	2	1	1	1

16	3	3	1	1	1
17	1	2	1	1	1
18	1	1	3	1	3
24	1	1	2	1	1
25	1	2	4	3	3
26	1	2	1	2	2

	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado na sua melhoria como estudante com bom desempenho?	h) Você considera IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia interessado na sua vida fora da Instituição?	i) Você se senti prestigiado (a) como estudante do IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?
1	2	1	2	1
2	2	2	3	2
3	1	2	4	1
4	2	4	4	1
5	2	2	4	2
6	1	2	3	1
7	1	2	3	1
9	1	2	4	1
10	3	2	4	1
11	1	2	4	1
12	2	2	4	1
15	1	2	5	1
16	1	2	3	1
17	3	3	3	2
18	1	2	4	1
24	3	3	2	4
25	2	1	4	2

26	1	1	1	1
	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?			
1	1			
2	4			
3	2			
4	2			
5	5			
6	2			
7	2			
9	3			
10	2			
11	3			
12	3			
15	1			
16	1			
17	4			
18	2			
24	2			
25	1			
26	1			

k) Você recebeu o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

1	Sim, pois auxilia na vida acadêmica do participante.
2	Sim, pois auxilia para que o aluno tenha mais desempenho para essas atividades.
3	Sim, proveitoso pois cobriu custos durante a visita.
4	Sim, foi proveitoso, pois o benefício foi utilizado para os fins necessários
5	Sim, o benefício foi proveitoso, pois me ajudou a comprar os livros do CENIO, os quais eu precisava muito.

6	Sim, possibilita a todos os alunos a participar das diversas atividades.
7	Sim, pois ajudou a pagar alimentação.
9	Não, sim, porque auxilia nas atividades e dá um suporte para desenvolver os projetos.
10	Sim, proveitoso. Ajudou-me financeiramente.
11	Sim, pois além de me dar uma base financeira e o benefício me incentivou na atividade acadêmica.
12	Sim, foi proveitoso para dar motivação e continuidade nos estudos.
15	Sim, foi importante para crescimento pessoal através das viagens.
16	Sim, esportiva, foi proveitoso porque diminui o gasto da minha família nas viagens.
17	Sim, pois pude por posse escolar, crédito na carteirinha de alimentação das escolas tirar xerox para trabalhos escolares, entre outros.
18	Sim, porque trouxe mais conhecimento e experiência acadêmica e para a vida profissional.
24	Sim, pois cobriu os gastos da visita.
25	Não, desenvolver atividades no campo para ter melhor conhecimento.
26	Sim, porque eu usei ele para entrar no local visitado e para fazer uma refeição. Porque ficamos no local o dia inteiro.

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

1	Sim, porque o propósito do benefício são para estas atividades.
2	Sim, porque se essa é a finalidade da bolsa deveria ser usada para isso.
3	Sim, isso faria com que o aluno gastasse a assistência com a real necessidade.
4	Sim, pois assim já teria um alívio financeiro em relação ao transporte e alimentação.
5	Sim, pois facilitaria muito, já que muitas pessoas utilizam a bolsa para

	comprar passe e alimentação.
6	Não, porque o estudante tem gastos com a instituição de alimentação, transporte, como trabalhos.
7	Sim, porque o valor oferecido pela bolsa cobre os gastos com alimentação e transporte.
9	Não, pois seria injusto que a bolsa subsidiasse apenas alguns alunos
10	Não, acredito que deve ser uma renda extra para outros fins.
11	Sim, sem dúvidas, o valor do refeitório vai aumentar e pesar muito no bolso de alguns, se esse dinheiro aliviaria um pouco desse peso, tá ótimo.
12	Não, pois o valor recebendo pode ser usado para outros fins, que cabe o aluno decidir.
15	Sim, pois os estudantes do <i>Campus</i> Uberlândia têm condição financeira baixa.
16	Sim, porque é um dinheiro para ajudar nas necessidades não para ir ao shopping.
17	Sim, pois já ajudaria bastante o aluno com um pouco da despesa.
18	Sim, facilitaria e melhoraria a vida de todos os alunos não apenas aqueles que recebem ajuda.
24	Sim, para que a renda não seja derivada para outros fins.
25	Sim, para o benefício não desvirtuar a renda com outros gastos fora do <i>Campus</i> .
26	Sim, porque o valor dá pro aluno fazer as duas coisas citadas.

m) Você acredita que somente o seu desempenho acadêmico/escolar é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

1	Não, pois muitas vezes o aluno não terá melhorias somente com seu desempenho e não são todos os beneficiários.
2	Não, pois muita das vezes para se ter tal desempenho precisa-se de verba para ajudar.

3	Sim, pois irei ter uma maior possibilidade de ter um bom emprego.
4	Não, seria necessário apoio financeiro.
5	Não, pois além de desempenho acadêmico é importante a ética e o respeito.
6	Sim, porque a parte acadêmica é uma base de extrema importância.
7	Não, outros fatores que interferem na melhoria da qualidade de vida.
9	Sim, porque se tiver um desempenho acadêmico às portas se abrem.
10	Não, o conceito de cidadania não se limita a ao rendimento.
11	Não, pois vivemos em sociedade, se eu me preocupar só comigo posso até ter um crescimento individual, mas não ajudaria aos outros.
12	Não, porque é necessário o desempenho de todo um conjunto para melhoria de vida.
15	Não, pois desempenho crítico me forma mais como um cidadão do que notas.
16	Não, não existem questões socioeconômicas que influenciam diretamente no desenvolvimento.
17	Não, pois eu acredito que dependa também de professores, etc.
18	Sim, porque eu acredito que um bom estudo e esforço, você pode subir na vida.
24	Sim, pois aperfeiçoe meus conhecimentos para um melhor serviço.
25	Não, outros alunos têm que se empenharem para se tornar todos bons profissionais.
26	Sim, mas mesmo assim temos que ter muita garra e dedicação e bastante, esforço se quisermos mudar de vida.

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

1	Ajudas, é uma ajuda, pois não tem a obrigação deste tipo de auxílio.
2	Ajudas, porque ela irá ser apenas uma ajuda para permanência na escola.
3	Ajudas, pois não é obrigação da escola ajudar financeiramente, então é

	apenas uma ajuda ao estudante.
4	Ajudas, pois a instituição pode ajudar a aluno, porém não é um direito do aluno receber o auxílio.
5	Ajudas, pois nem todo mundo ganha a bolsa e muitas das que não ganham precisam também.
6	Ajudas, é algo para ajudar no desempenho dos alunos.
7	Direitos, porque o governo deve oferecer educação gratuita para a sua população.
9	Ajudas, porque é dado para quem realmente precisa porque se fosse direito todos deveriam ganhar.
10	Direitos, pois um aluno pode receber um benefício da instituição.
11	Ajudas, considero que não é obrigatório o ganho do auxílio é algo que a escola tenta disponibilizar para nos ajudar.
12	Ajudas, são ajudas, pois poucas escolas ou institutos ajudam o aluno com dinheiro (bolsas).
15	Direitos, pois estudante do IF não tem condições de trabalhar e com isso, precisa de outro mecanismo para arrecadar dinheiro.
16	Ajudas, porque deve beneficiar somente aqueles que mais precisam.
17	Ajudas, porque a Instituição não é obrigada a dar “ dinheiro para o aluno, e ela faz isso para ajudar os mais necessitados, por conta de sua localidade e de seus gastos dentro da Instituição.
18	Ajudas, porque várias escolas não têm esse privilégio e não é obrigação da escola a fazer isso.
24	Ajudas, pois alguns alunos possuem condições financeiras boa.
25	Ajudas, o Instituto não é obrigado apenas ajuda o aluno para ter um melhor curso.
26	Ajudas, porque há alunos que não tem condição de se manter dentro da instituição e nem para ir em visitas técnicas.

Apêndice P

**Demonstrativo do resultado do questionário dirigido aos (às) educandos (as)
não participantes – nível médio e concomitante**

MARCAR COM X DE ACORDO COM O NÍVEL DE ADESÃO AFIRMATIVA A CADA
PERGUNTA

	7) Muito	2) Bastante	3) Regular	4) Pouco	5) Nada
	a) Você acredita que o benefício (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil contribui com a permanência no IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?	b) Você crê que o benéfico (bolsa) concedido pela Assistência Estudantil favorece o desempenho escolar/acadêmico?	c) Você acha a melhor forma de conceder o benefício (bolsa) por questão de menor renda?	d) Você julga que o Brasil é um país desigual ?	e) Você pensa que o Uberlândia é uma cidade desigual?
8	1	3	1	1	1
13	2	1	1	1	3
14	1	2	3	1	1
19	1	2	3	1	2
20	2	2	1	1	3
21	1	3	3	1	1
22	2	1	3	1	1
23	1	1	2	4	4
27	1	2	3	1	3
28	1	1	1	3	4
	f) Você fica incomodado (a) com a injustiça social?	g) Você avalia o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia preocupado na sua melhoria como	h) Você considera IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia interessado na sua vida fora da	i) Você se senti prestigiado (a) como estudante do	

		estudante com bom desempenho?	Instituição?	IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia?
8	1	1	1	1
13	1	3	4	2
14	2	4	5	2
19	2	2	3	3
20	1	1	3	1
21	1	2	2	1
22	1	2	4	1
23	4	3	5	1
27	2	2	2	1
28	3	1	3	1

	j) Você interage com o IFTM/ <i>Campus</i> Uberlândia para melhoria da Instituição?
8	3
13	4
14	4
19	1
20	4
21	4
22	4
23	4
27	1
28	3

k) Você recebeu o benefício do auxílio estudantil (diária) alguma vez para atividade acadêmica (pedagógico), cultural ou esportiva?

8	Não, sim para ajudar o aluno que quer estudar.
13	Não, ele é importante, pois o auxílio estudantil ajuda muito porque a pessoa pode não ter condições financeiras estáveis.
14	Não, para ajudas a se manter nas viagens de mesmo ajudar na hora de

	colocar passe.
19	Não, extremamente importante por poder garantir que estudantes que não possuem baixa renda participem das atividades oferecidas pelo <i>Campus</i> .
20	Não, pois tem pessoas com uma baixa renda.
21	Não, pois todos querem participar, porém nem todos têm condições.
22	Não, é importante para motivar os alunos que não possuem uma boa renda.
23	Não, ajuda os alunos.
27	Não, e sim importante, ajuda na sua renda, sendo dinheiro ou moradia etc.
28	Não, o benefício é um bom incentivo para suprir necessidades e favorecer o aprendizado do aluno de menor renda.

l) Você concorda que o valor total ou maior parte do recurso de bolsa da Assistência Estudantil concedida pela Assistência Estudantil poderia ser destinado para subsidiar o estudante do IFTM/*Campus* Uberlândia no uso da sua ida e retorno pelo transporte público (coletivo) e no uso gratuito do Refeitório para a sua alimentação?

8	Sim, pois é muito caro o valor pago pelos estudantes.
13	Não, porque têm muitos dos alunos que vem de vam e que recebem bolsa.
14	Sim, pois na minha opinião já tirando esses gastos ajuda muito.
19	Não, porque os alunos que não concorrem a bolsa podem bancar os seus gastos aqui no Instituto. E o auxílio estudantil diária serve para todos os alunos, independente da renda.
20	Não, pois alunos necessitam do dinheiro ou até mais.
21	Não, pois não são custos muito altos e há coisas que precisam de mais ajuda de custo.
22	Não, deveria ser usado não só para o transporte coletivo e no refeitório, mas também para outras atividades escolares.
23	Sim, ajuda quem não tem condição.

27	Não, algumas usam já para o transporte e também para a alimentação.
28	Sim, para alunos que realmente necessite do benefício.

m) Você acredita que somente o seu desempenho acadêmico/escolar é o bastante para melhoria de vida e sua localidade?

8	Não, é importante saber conviver em ambientes escolares.
13	Não, porque também é levado em conta as oportunidades que surgem diante do estudante.
14	Sim, pois vou conseguir entrar em uma universidade e depois trabalhar e conseguir dinheiro.
19	Não, porque a cidadania e a forma que buscamos melhoria de vida não se baseia no boletim escolar. E podemos levar em consideração os alunos que possuem dificuldade em compreender as matérias.
20	Não, pois os alunos não são os únicos na sociedade.
21	Não, porque é necessário um conjunto de outros fatos para que ocorra tal melhoria.
22	Não, porque além do desempenho escolar também tem o trabalho.
23	Não, porque cada um tem fazer sua parte.
27	Não, se todos tiver um bom desempenho, a melhoria é outra.
28	Sim, possibilita a abertura de oportunidades

n) Você julga que os benefícios concedidos pela Assistência Estudantil são direitos ou ajudas?

8	Ajudas, algumas escolas não oferecem esse benefício.
13	Ajudas, a partir que o estudante entra na escola, ele tem mais gastos com comida e ônibus, por isso, a bolsa, para somente aqueles que vêm de ônibus seria uma boa ideia direcionar a bolsa para esses fins, todavia, para aqueles que vêm de van, a bolsa teria que continuar do jeito que está, ou ter a possibilidade do estudante escolher o tipo de bolsa que vai ganhar, se é destinada a comida e ônibus ou apenas o dinheiro mesmo.
14	Ajudas, pois a escola não é obrigada a dar bolsas.

19	Ajudas, os benefícios são destinados aos estudantes que necessitam dessa ajuda para permanecerem no Instituto. E nem todos que se inscrevem e estão dentro das normas estabelecidas são beneficiados com a bolsa.
20	Direitos, sim, pois auxilia o estudante da instituição.
21	Ajudas, a escola quer que seus alunos estejam focados nos estudos, então os incentivam com tais auxílios.
22	Ajudas, porque nem todas as escolas têm esse tipo de recurso.
23	Ajudas, porque ajuda muito o estudante.
27	Ajudas, uma pessoa com uma renda baixa não daria conta de se manter no Instituto, uma renda regular sim mais com bastante dificuldade.
28	Direitos, direito de igualdade.